

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006
PARA A
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
(CGU)

(Documento Corporativo Oficial, Peça II do Processo de Prestação de Contas do exercício de 2006, atendendo ao Ofício-Circular nº 022/2007/CGU-Regional RJ/CGU-PR, de 19.01.2007, à Norma de Execução NE nº 03/2006, de 28.12.2006, da CGU-PR, que considera a Decisão Normativa DN nº 081/2006 e a Instrução Normativa IN nº 047/2004, ambas do Tribunal de Contas da União, que regulamentam o assunto. Tem por objetivo dar conhecimento à CGU/TCU sobre o andamento do negócio no período).

SUMÁRIO

Página

Dados Gerais sobre a Unidade Jurisdicionada

Mensagem do Presidente

Apresentação

I – GESTÃO

1.	Negócios da Empresa	1
1.1.	Visão da Economia e do Mercado Brasileiro	1
1.2.	Visão Geral dos Negócios.....	2
1.2.1.	Operação do Sistema.....	2
1.2.2.	Manutenção das Instalações	4
1.2.3.	Comercialização de Energia Elétrica	5
1.2.4.	Comercialização dos Serviços de Transmissão	6
1.2.5.	Comercialização de Serviços de Apoio Técnico, Operacional e Administrativo.....	8
1.3.	Evolução do Sistema Elétrico	9
1.3.1.	Capacidade Instalada, Propriedade e Concessões do Serviço Público de Energia Elétrica ..	9
1.3.2.	Energia Assegurada dos Empreendimentos de Geração.....	9
1.3.3.	Extensão das Linhas de Transmissão em Operação	10
1.3.4.	Capacidade de Transformação das Subestações em Operação	11
1.3.5.	Digitalização da Supervisão e do Controle das Usinas e Subestações	11
1.3.6.	Sistema de Transmissão Digital de Telecomunicações	11
1.4.	Investimento	12
1.5.	Principais Relacionamentos de FURNAS	24
1.5.1.	Relacionamento com a Controladora Eletrobrás	24
1.5.2.	Relacionamento com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	25
1.5.3.	Relacionamento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).....	26
1.5.4.	Relacionamento com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).....	26
1.5.5.	Relacionamento com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	26
1.5.6.	Parcerias	26
1.5.7.	Sociedades de Propósito Específico (SPE)	27
1.5.8.	Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG).....	29
1.5.9.	Relacionamento com Entidades Internacionais do Setor de Energia.....	32
2.	Desempenho Corporativo	34
2.1.	Resultados	34
2.2.	Indicadores Econômico-Financeiros	36
2.3.	Orçamento.....	37
2.4.	Compromissos de Longo Prazo.....	44
2.5.	Contratação de Materiais e Equipamentos	44
2.6.	Melhoria Contínua e Inovação	44
2.6.1.	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	44
2.6.2.	Patentes, Licenças de Uso e Transferências de Tecnologia.....	45
2.6.3.	Desenvolvimento da Excelência da Gestão.....	46

3.	Governança Corporativa	48
3.1.	Estrutura Societária.....	48
3.2.	Sistema de Governança Corporativa	49
3.3.	Práticas de Governança Corporativa	51
3.3.1.	Processo Deliberativo	51
3.3.2.	Processo de Relatórios Corporativos Oficiais de Prestação de Contas.....	52
3.3.3.	Processo de Divulgação de Informações Corporativas	52
3.3.4.	Código de Ética	53
3.4.	Premiações	53
4.	Desenvolvimento Sustentável.....	54
4.1.	Demonstrativo do Valor Adicionado.....	54
4.2.	Relacionamento com Empregados, Comunidades e Meio Ambiente	55
4.2.1.	Participação dos Empregados nos Lucros.....	55
4.2.2.	Política de Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social Corporativa.....	55
4.2.3.	Política Ambiental.....	55
4.3.	Compromisso Social	56
4.4.	Uso Racional de Energia e Água	58
4.5.	Meio Ambiente	59
4.6.	Corpo Funcional	61
4.6.1.	Gestão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR).....	61
4.6.2.	Força de Trabalho	62
4.6.3.	Concurso Público	64
4.6.4.	Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal.....	64
4.6.5.	Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho	65
4.6.6.	Taxa de Gravidade de Acidentes do Trabalho	65
4.6.7.	Atendimentos Ambulatoriais	66
4.6.8.	Evolução do Custo do Plano de Saúde por Usuário.....	66
4.6.9.	Atendimentos Sociais.....	67
4.6.10.	Objetivos Sociais.....	67
4.7.	Informações de Natureza Social e Ambiental.....	69

II – CONTROLE INTERNO

1.	Análise dos Controles e Procedimentos pela Auditoria Interna.....	71
2.	Pareceres do Conselho Fiscal	72
3.	Ações junto a Órgãos Externos de Fiscalização e Controle.....	72
4.	Outras Ações Relevantes	75
5.	Remuneração de Conselheiros de Administração e Diretores	76
6.	Remuneração e Serviços da Auditoria Independente	76
Anexo I	Resolução de Diretoria nº 001/2261	
Anexo II	Transferências de Recursos (Convênios e Outros Meios)	
Anexo III	Projetos e Instituições Beneficiados por Renúncia Fiscal	
Anexo IV	Resolução de Diretoria nº 002/2381	

DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

Nome Completo da Empresa:

FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Número do CNPJ:

23.274.194/0001-19

Natureza Jurídica:

Sociedade Anônima de economia mista federal de capital fechado, subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás

Vinculação Ministerial:

Empresa de administração indireta do Governo Federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Endereço Completo da Sede:

Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo
Rio de Janeiro – CEP 22283-900 – RJ
Tel.: (21) 2528-5442
Fax: (21) 2528-4908

Endereço da Página Institucional na *Internet*:

www.furnas.com.br

Código e Nome do Órgão das Unidades Gestoras e Gestões Utilizados no Siafi:

Órgão: 91081 – Empresa de Energia
UG: 910811 – FURNAS – Centrais Elétricas S.A.
Gestão: 91000 – Entidades que utilizam conta única

Nome de Criação e Finalidade

FURNAS é uma sociedade anônima criada, em 28 de fevereiro de 1957, pelo Decreto nº 41.066 e, nesta mesma data, autorizada a funcionar com a missão básica de construir a primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil.

Na condição de subsidiária da Eletrobrás, foi-lhe conferida a missão de construir e operar centrais elétricas de interesse supra-estadual e sistemas de transmissão em alta e extra-alta tensões que visassem à integração interestadual dos sistemas ou transportes de energia produzida em aproveitamentos energéticos binacionais.

A Empresa possui instalações nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, interligando oito estados e o Distrito Federal, onde está situada cerca de metade da população brasileira, que responde por, aproximadamente, 63% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Para tanto, conta com um diversificado parque gerador, no qual figuram 11 usinas hidrelétricas, das quais 2 em parceria com a iniciativa privada, 1 sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), e 2 térmicas convencionais.

O sistema de transmissão de FURNAS é composto por 46 subestações, com capacidade de transformação de 101.107 MVA, e 19.278 km de linhas de transmissão, incluindo circuitos destinados à transmissão da energia da UHE Itaipu, nas tensões de 750 kV CA e ± 600 kV CC, e circuitos estratégicos, para otimização eletro-energética do País, que interligam as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte.

Em 2006, alcançou-se um montante de vendas contratadas de 56.322 GWh, em que pese a desconstrução de 100% da energia prevista nos Contratos Iniciais, em conformidade com a Lei nº 9.648/1998.

Norma que estabeleceu a estrutura orgânica

A estrutura orgânica da Empresa foi estabelecida, quando da sua criação, em seu Estatuto Social e Regimento Interno. A última atualização desses documentos ocorreu, respectivamente, em julho e agosto de 2006, e apresenta a seguinte composição:

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e por uma Diretoria, constituída pelo Diretor-Presidente e cinco Diretores.

A estrutura organizacional da Companhia é estabelecida com base nas seguintes áreas de atividades, além da Presidência: Gestão Corporativa; Financeira; Engenharia; Construção; Operação do Sistema e Comercialização de Energia.

As áreas de atividades subordinadas ao Diretor-Presidente e a cada Diretor têm seu detalhamento, compreendendo a denominação, a posição e as atribuições dos órgãos que as integram, estabelecido no Manual de Organização da Companhia, devendo, a posição, corresponder a um dos seguintes níveis de hierarquia administrativa: Superintendência / Coordenação; Departamento / Assessoria; Divisão.

Publicação no DOU do Estatuto da Empresa

O Estatuto originariamente aprovado integra a escritura de constituição da Companhia, lavrada, em 28.02.1957, no Livro nº 600, às páginas 12/16, do 15º Tabelionato de Notas da cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.1957, e no de Minas Gerais, em 14.03.1957, arquivada por despacho de 12.03.1957, sob o nº 81.860, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16.02.1971, com vigência a partir de 01.06.1971, (I) a sede da Sociedade, primitivamente em Passos (MG), foi transferida para o Rio de Janeiro; (II) a primitiva razão social (Central Elétrica de Furnas S.A.) foi alterada para FURNAS – Centrais Elétricas S.A. (Ata publicada no Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, em 07.03.1971). Em conseqüência, os atos constitutivos da Sociedade e as alterações estatutárias foram, por despacho de 15.06.1971, arquivados, sob o nº 44.174, na Junta Comercial do então Estado da Guanabara que, a respeito, expediu certidão, publicada no Diário Oficial do antigo Estado (Parte I), em 29.06.1971 (página 10.196).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prestes a completar 50 anos, FURNAS continua cumprindo sua missão de gerar e transmitir energia para a sustentação do desenvolvimento nacional, operando, em níveis de excelência, o maior sistema de extra-alta tensão da América Latina.

Com 11 usinas hidrelétricas, duas termelétricas, quase 20 mil quilômetros de linhas de transmissão e 46 subestações, foi responsável por cerca de 13% de toda energia produzida, 40% da energia transportada e 52% da capacidade de transformação do Sistema Interligado Nacional, operando um sistema de transmissão com disponibilidade superior a 99%, índice expressivo em termos mundiais.

A necessidade de ampliar a oferta de energia para o atendimento da demanda decorrente do crescimento do País levou a que, durante o exercício, FURNAS devotasse particular atenção à formação de consórcios para viabilização dos empreendimentos hidrelétricos de Foz do Chapecó, Serra do Facão e Baguari, ao mesmo tempo da preparação para o início dos empreendimentos de Simplício e Batalha, diretamente pela Empresa.

No que tange à transmissão de energia, entraram em operação as subestações de Gurupi e Pirineus, que possibilitaram, respectivamente, a conexão da Usina Peixe Angical e a melhoria do suprimento à região de Anápolis, importante pólo industrial de Goiás. Para aumentar a confiabilidade do suprimento de energia nos estados de São Paulo e Minas Gerais, as subestações de Ibiúna, Itutinga e Campinas receberam importantes reforços e melhorias. Na interligação entre as regiões Sudeste e Sul, as modificações realizadas no Tronco de 750 kV do Sistema de Itaipu proporcionaram um significativo ganho na transferência energética, da ordem de 500 MW médios, fundamental para complementar o abastecimento da região Sul, que apresentava reduzidos níveis de armazenamento em seus reservatórios.

A Empresa investiu, diretamente, cerca de R\$ 900 milhões em ampliações e reforços de seu parque de geração e transmissão, incluindo a modernização das usinas de Furnas, Marechal Mascarenhas de Moraes e Luiz Carlos Barreto de Carvalho, todas no curso do rio Grande, com mais de 40 anos em operação.

É importante registrar que FURNAS, ao cumprir sua missão, não se descuidou de atuar para a transformação do extrato social, investindo em projetos sociais e atividades culturais nas regiões em que possui instalações. A Empresa continuou coordenando o Comitê de Entidades de Combate à Fome e pela Vida, que reúne cerca de mil empresas públicas e privadas e, diretamente, desenvolveu 117 projetos sociais, atingindo 134 mil pessoas, nas áreas de educação e formação, cidadania e direitos, saúde e nutrição, e trabalho e renda. Dezesesseis exposições foram realizadas em seu Espaço Cultural e 38 projetos culturais foram apoiados.

O elevado grau de comprometimento do quadro de pessoal de FURNAS e a confiança depositada pelo Governo Federal, em particular pelo Ministério de Minas e Energia e pela Eletrobrás, tornaram possível o cumprimento de nossa missão e, portanto, devem merecer o agradecimento do Corpo Diretivo da Empresa que, na certeza de ter correspondido às expectativas de seus acionistas, clientes e da sociedade, apresenta o seu Relatório de Gestão 2006.

APRESENTAÇÃO

Desde 2003, FURNAS vem se reorganizando com o objetivo específico de dar unidade de forma e conteúdo às informações constantes dos seus Relatórios Corporativos Oficiais, que têm natureza de prestação de contas, um dos fundamentos da Governança Corporativa. São eles, o Relatório de Gestão para a Controladoria-Geral da União (CGU), o Relatório da Administração e o Relatório Anual de Atividades. A correspondência SA.P.E.016.2003, de 05.12.2003, em resposta ao Ofício-Circular 013/2003/GAB/CGURJ/CGU-PR, já apresentava essa intenção.

FURNAS, enquanto sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, regida pela Lei 6404/1976, necessita responder aos requisitos de informação exigidos por acionistas, organismos de fomento do desenvolvimento, mercado de capitais e sociedade civil e, também, por organismos de fiscalização do Poder Público.

Adicionalmente, enquanto subsidiária da Eletrobrás, FURNAS foi chamada a atender às obrigações impostas pela Lei *Sarbanes-Oxley*, para permitir que a *Holding* se ajuste às regras do mercado internacional, para listagem na Bolsa de Nova Iorque, por meio de emissão de ADR, nível 2. Além disso, presta informações necessárias à listagem das ações da Eletrobrás no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa e no *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), da *Security and Exchange Commission* (SEC).

A estrutura padronizada, aprovada pela Diretoria Executiva, por meio da RD nº 001/2261, de 01.02.2005 (Anexo I), para elaboração dos Relatórios Corporativos Oficiais da Empresa, objetiva atender às orientações dessa Controladoria-Geral quanto aos requisitos de conteúdo, ainda que não se alinhe, pelos motivos acima expostos, à composição requerida. Dessa forma, algumas informações estão sendo apresentadas nos seguintes anexos ao Relatório de Gestão:

- Anexo II – Transferências de Recursos (Convênios e Outros Meios);
- Anexo III – Projetos e Instituições Beneficiados por Renúncia Fiscal.

Além disso, informamos que FURNAS não possui Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos e tão pouco Gastos com Cartões de Crédito.

As alterações ocorridas na reestruturação do Setor Elétrico conduziram a Diretoria Executiva a aprovar a elaboração de novo Edital para contratação de serviços para desenvolvimento do Planejamento Estratégico de FURNAS, em 13.02.2007.

A recente aprovação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Governo Federal, onde a ampliação dos recursos energéticos é primordial para suporte ao crescimento econômico esperado, afeta sobremaneira os objetivos e metas da Empresa, enquanto uma das principais responsáveis pela oferta de energia elétrica do País.

O relatório ora apresentado foi aprovado pela Resolução de Diretoria nº 002/2381, de 27.03.2007 (Anexo IV).

I – GESTÃO

1. NEGÓCIOS DA EMPRESA

1.1. Visão da Economia e do Mercado Brasileiro

No ano de 2006, a política monetária foi caracterizada por uma redução da taxa básica de juros (Selic), atingindo o patamar de 13,25% ao ano. A inflação esteve sob controle e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 3,16%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, cresceu 2,9%. Esta taxa foi o resultado da elevação de 2,7% do valor adicionado a preços básicos e do aumento de 4,4% nos impostos sobre os produtos. A elevação do valor adicionado decorreu do desempenho de todos os três setores que o compõem: agropecuária (3,2%), indústria (3,0%) e serviços (2,4%). No mesmo período, o PIB *per capita* teve um crescimento real de 1,4%.

O câmbio não reduziu o saldo da balança comercial em 2006 e o Brasil registrou novo recorde histórico com um saldo de US\$ 46 bilhões, 3,05% superior ao obtido em 2005. A apreciação cambial, porém, contribuiu para o aumento de 24,2% das importações (US\$ 91 bilhões), em relação ao ano anterior. As exportações (US\$ 137 bilhões) cresceram 16,2%, influenciadas por produtos básicos ou manufaturados de pouco valor agregado.

O consumo de energia elétrica em 2006 foi de 347 TWh, com crescimento de 3,8% em relação ao verificado em 2005, segundo dados preliminares divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Com este resultado, foi mantida a tendência histórica de crescimentos anuais do mercado de eletricidade superiores aos da economia. Por outro lado, a expansão verificada em 2006 representou uma desaceleração em relação ao ano anterior, quando o consumo havia crescido 4,6%, que pode ser explicada pelo desempenho mais fraco da economia brasileira e por fatores climáticos: como 2006 foi um ano com temperaturas médias mais baixas que as históricas e com alto índice de precipitação pluviométrica, houve menor utilização dos equipamentos de refrigeração e de irrigação, que apresentam elevada representatividade no desempenho do mercado consumidor.

O consumo industrial, que responde por 44% do total, registrou alta de 3,6%, acima do crescimento esperado para a produção industrial brasileira neste ano, de cerca de 3%. O consumo do segmento residencial, com participação de 25% no total, apresentou uma expansão de 3,9%, com a incorporação de 1,65 milhão de novas unidades consumidoras residenciais. A categoria comercial, cujo consumo representa 16% do consumo total, foi a que registrou o crescimento mais elevado, 4,5% ante 2005. Este resultado foi consequência do aumento do número de novos pontos comerciais, com destaque para a ampliação da rede hoteleira e de outras instalações voltadas para o turismo.

A região Sudeste, com participação de 54% no mercado brasileiro, apresentou elevação de 4,2% no seu consumo total, com maior contribuição da categoria comercial. A região Norte, apesar de representar apenas 6,2% do consumo nacional, obteve o significativo crescimento de 4,9% no seu consumo. No Nordeste, que responde por 17% do mercado brasileiro, o consumo aumentou 3,8%. Já na região Sul, com 17% de participação, o crescimento teve alta de 3,3%, reflexo dos efeitos do clima sobre ramos industriais importantes, que apresentaram perda nas exportações. Por fim, na região Centro-Oeste, que corresponde a 6% do mercado nacional, os efeitos do clima influenciaram, negativamente, importantes ramos industriais exportadores e eletrointensivos, fazendo com que o consumo desta região tivesse o mais fraco desempenho, com expansão de somente 1%.

1.2. Visão Geral dos Negócios

1.2.1. Operação do Sistema

Nas áreas de estudos elétricos, planejamento elétrico da operação e operação do SIN, foram desenvolvidas atividades visando compatibilizar necessidades de manutenção, limitações operativas e características dos equipamentos de FURNAS aos requisitos exigidos pelos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Na área de operação do SIN, fora da Rede Básica, a Empresa promoveu o planejamento e a operação do seu Sistema Elétrico, em consonância com os procedimentos operacionais vigentes entre as empresas interligadas.

Em 2006, foi ampliado o parque gerador com a entrada em operação da UHE Peixe Angical (452 MW), resultante de associação com a iniciativa privada sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), com a empresa Energias do Brasil, sendo a participação de FURNAS de 40% na propriedade do empreendimento.

Na área de transmissão, destacou-se a entrada em operação de novas instalações, relacionadas, a seguir, que proporcionaram maior confiabilidade e melhor desempenho na operação do SIN:

- SE Pirineus, com 2 vãos de linha, na região de Anápolis (GO);
- LT 500 kV Peixe Angical – Gurupi, com 92 km, construída em associação com a iniciativa privada, sob a forma de SPE, com a empresa Energias do Brasil, visando a conexão da UHE Peixe Angical ao SIN.

Com vistas à melhoria da confiabilidade e da qualidade da transmissão de energia pelo Tronco de Corrente Contínua (CC), associado ao setor 50 Hz, 6.300 MW, da UHE Itaipu, foram instalados novos bancos de filtros de 3º e 5º harmônicos, na SE Ibiúna. Projetados para evitar distorções provocadas pela conversão CC/CA, os filtros harmônicos são imprescindíveis para a transmissão de energia pelo Tronco de Corrente Contínua. Cargas industriais e equipamentos eletrônicos, em escala crescente, passaram a “poluir” o Sistema com distorções harmônicas, provocando sobrecarga nos filtros originais e colocando em risco a transmissão da energia. Ao longo do ano de 2006, as sobrecargas nos filtros existentes foram controladas por meio da redução da potência transmitida pelo elo CC e do desligamento das LT 345 kV Interlagos – Ibiúna e 500 kV Ibiúna – Bateias. Tais sobrecargas foram eliminadas com a entrada em operação, em regime de teste, dos referidos bancos de filtros de 3º e 5º harmônicos, em Ibiúna.

No âmbito do planejamento elétrico da operação, foram realizados estudos pré-operacionais de novos equipamentos, análises de projetos, estudos para ajustes de proteções, testes de aceitação em fábrica e comissionamentos de proteções, e estudos no Simulador de Sistemas Elétricos, destacando-se:

- Banco de autotransformadores 525/345 kV – 400 MVA, da SE Ouro Preto;
- 5º Banco de autotransformadores 330/138/13,8 kV – 225 MVA, da SE Vitória;
- Bancos de reatores *shunt* 60 Mvar/345 kV, associados aos terminais das SE Vitória e Ouro Preto, referentes à LT 345 kV Vitória – Ouro Preto;

- 3º Banco de autotransformadores 765/512,12/69 kV – 1.650 MVA, da SE Ivaiporã;
- Seccionamento, em circuito duplo, com 149 m de extensão, da LT Campos – Vitória circuito 1 e instalação de dois bancos de autotransformadores 330/138/13,8 kV, 225 MVA, para conexão da SE Viana;
- Seis vãos de LT, em 138 kV, na SE Viana, para conexão com a Empresa Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa);
- 2ª Etapa da ampliação da Unidade Geradora (UG) 21 (166 MW), da UTE Santa Cruz, e elaboração de estudos elétricos específicos para definição dos novos ajustes dos principais controladores (tensão, velocidade e sinal adicional estabilizador) face à atualização dos modelos para as UG 11 e 21;
- Integração da UHE Peixe Angical (452 MW) ao SIN, incluindo a definição/atualização das lógicas da Interligação Norte–Sul associadas ao empreendimento, com participação do ONS;
- Acompanhamento da implantação dos novos filtros de 3º e 5º harmônicos, em Ibiúna;
- Análise das perturbações no Sistema FURNAS (cerca de 1.350 ocorrências).

Os acordos operativos com as empresas transmissoras e distribuidoras interligadas, os quais estabelecem procedimentos necessários à operação do SIN, foram efetivados.

Em conformidade com a NBR ISO 9001:2000, foi renovada a certificação dos Centros de Operação da Empresa, de acordo com o que rege o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão com o ONS.

Ensaio, em tempo real, no Simulador de Sistemas Elétricos, instalado no Escritório Central, com vistas à melhoria contínua do desempenho dos mecanismos de regulação, controle e proteção de usinas, linhas e demais equipamentos, foram realizados. Nessa tecnologia de ponta, FURNAS é referência internacional e vem atendendo a demandas de empresas nacionais e internacionais de energia elétrica.

Diversos Esquemas de Controle de Emergências (ECE) foram implantados, objetivando melhorar o desempenho e aumentar a confiabilidade do SIN, em situações de operação em regime normal e de emergência. Destacaram-se as alterações físicas no barramento de transferência da SE Ivaiporã (PR) e as modificações no ECE, ambas associadas ao Tronco de Transmissão de 750 kV do Sistema de Itaipu. Esses procedimentos proporcionaram um aumento de até 2.100 MW na capacidade máxima de intercâmbio entre as regiões Sudeste e Sul, o que significou um ganho na transferência energética, da ordem de 500 MW médios. Tais medidas foram fundamentais para complementar o abastecimento de energia para a região Sul, que apresentava baixo índice pluviométrico, com reduzidos níveis de armazenamento em seus reservatórios.

Na mesma linha de atendimento às necessidades de melhoria contínua, realizou atualização dos diversos equipamentos que compõem o Sistema de Supervisão e Controle dos Centros de Operação.

As instalações de geração ficaram disponíveis em 92,8% do tempo (87,1%, se incluídas as indisponibilidades devidas ao processo de modernização), e as de transmissão tiveram suas linhas disponíveis em 99,2%.

1.2.2. Manutenção das Instalações

Dando continuidade ao Plano de Recuperação de Linhas de Transmissão, foi efetuada substituição de 18.060 isoladores, 1.657 espaçadores-amortecedores, pintura de 262 torres e recuperação de 1.507 fundações de torres em vários circuitos de linhas.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos nas subestações, foram implementadas as seguintes ações:

- Revisão geral e ensaios de comissionamento em 13 disjuntores de extra-alta tensão (345, 500 e 765 kV), de diversas áreas da Empresa, de forma a manter a alta confiabilidade operacional;
- Reparos em 15 equipamentos, envolvendo transformadores e reatores, revisão geral em 9 disjuntores, modernização de 8 seccionadoras, 800 kV, e estabelecimento dos limites e critérios de sobrecarga em transformadores e linhas de transmissão, em atendimento à solicitação do ONS.

Quanto ao seu parque gerador, prosseguiram os trabalhos de modernização das unidades das UHE Mascarenhas de Moraes e Furnas, iniciou-se a modernização das unidades da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito), e executou-se a supervisão de comissionamento das unidades da UHE Peixe Angical.

Adicionalmente, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da manutenção:

- Incorporação do projeto Sistema Integrado de Manutenção e Operação (SIMO), visando à otimização da gestão das atividades de operação e manutenção, ao Edital de Licitação de Fornecimento de Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning* – ERP), incluindo serviços de implementação, garantia, manutenção e suporte;
- Continuação da instalação dos sistemas de monitoramento nas unidades geradoras das UHE Marimbondo, Porto Colômbia e Funil e, em processo de licitação, a contratação do sistema para as unidades 3 e 4 da UTE Santa Cruz, visando maior disponibilidade dos respectivos equipamentos;
- Atendimento a 2 ocorrências de emergência em linhas de transmissão, envolvendo a queda de 2 torres, em linhas de 750 kV, 2, em 600 kV, CC, e 1, em 345 kV, restabelecendo a capacidade de transmissão dos circuitos envolvidos. No total, foram substituídas 5 torres, derrubadas por ação de fortes ventos, com destaque para o evento que envolveu a queda simultânea de 2 circuitos de 750 kV e 1 de 600 kV CC;
- Aquisição de estruturas modulares de alumínio, para atendimento a emergências, que visam aumentar a disponibilidade da transmissão, reduzindo o tempo de recomposição de LT, em casos de quedas de estruturas;
- Recapitação da LT 230 kV Brasília Geral – Xavantes, envolvendo a substituição de 3 torres completas, a instalação de 19.750 amortecedores, em 375 torres, e a transformação em ancoragens móveis das cadeias de suspensão em 85 torres, visando à entrada em operação da SE Pirineus;
- Continuação das atividades de recuperação da turbina a vapor nº 1 e de limpeza química das caldeiras 3 e 4, na UTE Santa Cruz;
- Instalação de cabos pára-raios com fibras ópticas nas LT Campos – Viana, Vitória – Viana e Rio Verde – Barra do Peixe, para ampliação do Sistema de Telecomunicações;

- Implantação das centrais telefônicas digitais para o Tronco Sul (Ibiúna, Ivaiporã, Foz do Iguaçu, Mogi, Tijuco Preto, Guarulhos, Itapeva e Itaberá) e para os cinco centros de operação;
- Continuação da implantação da Rede de Dados Operativos, separada da Rede de Dados Corporativos, visando à segurança do Sistema Elétrico;
- Implantação do Sistema Óptico (Sisop) e prosseguimento da migração do Sistema Analógico para o Digital de Telecomunicações;
- Modernização dos Sistemas Digitais de Supervisão das SE Cachoeira Paulista e Brasília Sul e das UHE Itumbiara e Marimbondo, no âmbito do projeto do Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade (Sinocon), sob responsabilidade do ONS.

1.2.3. Comercialização de Energia Elétrica

Durante os anos de 2003 e 2004, o Governo Federal lançou as bases de um novo modelo para o Setor Elétrico Brasileiro, sustentado pelas Leis nº 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004 e pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos dois ambientes para celebração de contratos de compra e venda de energia: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), do qual participam Agentes de Geração e de Distribuição de energia; e o Ambiente de Contratação Livre (ACL), do qual participam Agentes de Geração, Comercializadores e Consumidores Livres.

No ACR, a comercialização de energia se realiza por meio de leilões públicos de energia, regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que podem ser realizados diretamente pela Agência ou por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), resultando em contratos bilaterais regulados, denominados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), celebrados entre cada Agente Vendedor e todos os Compradores (Distribuidores) participantes dos leilões.

No ACL, há livre negociação entre os Produtores Independentes, Comercializadores e Consumidores Livres. Para os Concessionários de Serviço Público sob Controle Federal, existe a exigência legal de Leilões ou Chamadas Públicas para Compra e Venda de Energia. Nesse Ambiente, os acordos de compra e venda de energia são pactuados por meio de contratos bilaterais.

FURNAS vem participando dos leilões regulados do ACR, sejam estes destinados à venda de energia existente ou à licitação de novos empreendimentos de geração.

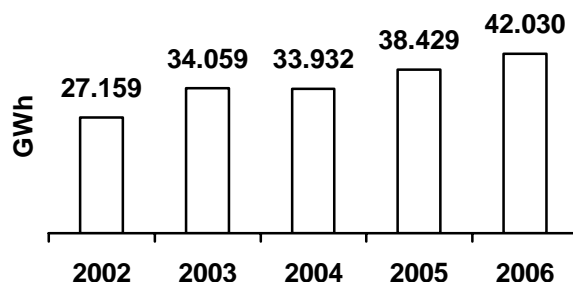
Após a participação com sucesso do Primeiro Leilão de Energia Existente, em 2004 e no Primeiro Leilão de Energia Nova, realizado em dezembro de 2005, FURNAS, além de vender, com bons preços, a energia associada à UHE Manso, obteve a concessão de três novas usinas – UHE Simplício, Batalha e Baguari – que representaram 54% da quantidade total de energia hidrelétrica nova disponibilizada na licitação.

No Terceiro Leilão de Ajuste, realizado em setembro de 2006, FURNAS vendeu 10 MW médios, durante os meses de outubro a dezembro de 2006.

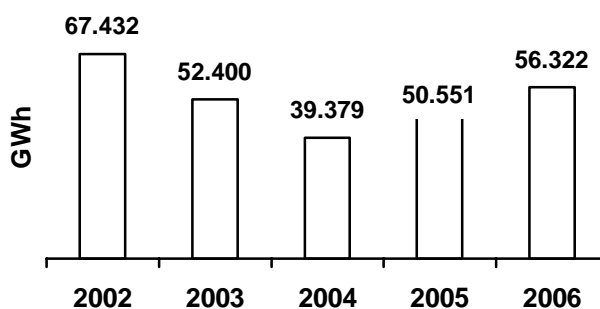
A Empresa continuou a participar, com êxito, de diversas licitações para venda de energia no ambiente de contratação livre, tornando-se um dos principais agentes desse mercado.

Os recursos disponíveis para venda de energia existente são compostos pela energia de usinas próprias de FURNAS e pela compra de energia da Semesa S.A., Proman S.A, da EPE – Pantanal Energia, da Cien e da Eletronuclear. No caso da Eletronuclear, tal compra, homologada por meio da Resolução Aneel nº 252/2005, está vinculada ao cumprimento dos Decretos nº 2.655/1998 e 4.550/2002 e da Portaria MME nº 320/2004.

Evolução da Geração Própria de Energia de FURNAS



Energia Elétrica Comercializada por FURNAS

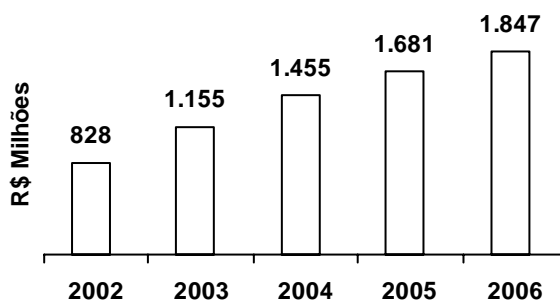


Obs.: A Lei nº 9.648/1998 determinou a descontração da energia de 25% dos contratos iniciais, em 2003, de 50%, em 2004, de 75%, em 2005, e de 100%, em 2006. Inclui ajustes dos exercícios de 2002, de 2003 e de 2004, realizados nos meses de janeiro de 2003, de 2004 e de 2005, respectivamente.

1.2.4. Comercialização dos Serviços de Transmissão

A evolução da Receita Anual Permitida (RAP), apresentada no gráfico a seguir, inclui a receita das instalações de transmissão disponibilizadas à empresa Itaipu Binacional e excetua a receita dos contratos de transmissão bilaterais, não regulados.

Evolução da Receita Anual Permitida de FURNAS



(*) Valor de 2005 ajustado, de R\$ 1.593 milhões para R\$ 1.681 milhões, para incorporar a receita das instalações de transmissão associadas à Itaipu.

A RAP de FURNAS é atualizada, anualmente, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e incorpora o adicional de receita de instalações de transmissão, autorizadas pela Aneel, destacando-se, em 2006, a disponibilização dos seguintes reforços:

- Entrada em operação do banco de capacitores série, em 230 kV, 183 Mvar, para a LT 230 kV Rio Verde – Itumbiara;
- Entrada em operação, na SE Viana, do módulo de entrada da LT 345 kV Viana – Campos – Vitória e respectivo módulo de interligação de barramentos;
- Ampliações, na SE Marimbondo, associadas ao banco de reatores de barra, em 500 kV;
- Ampliações, na SE Serra da Mesa, associadas ao 2º banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV, de 400 MVA.

Evolução das Receitas dos Contratos de Transmissão

Os contratos bilaterais de transmissão, celebrados entre FURNAS e os agentes do Setor Elétrico (geradores, transmissores, distribuidores e consumidores livres), geram receitas adicionais à RAP, de diferentes naturezas, cuja evolução é apresentada a seguir:

	R\$ Mil				
Natureza do Contrato	2002	2003	2004	2005	2006
Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)	1.517	5.328	6.314	11.352	13.180
Contrato de Compartilhamento de Instalações (CCI)	-	1.830	703	2.633	2.031
Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	285	506	581	1.177	1.036
Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM)	-	-	-	2.717	1.563
Contrato de Compartilhamento de Faixa de Passagem (CCFP)	-	-	519	155(*)	
Contrato de Compartilhamento de Infra-estrutura					2.000
Total	1.802	7.664	8.117	18.034	19.810

(*) Receitas repassadas, a partir de abril de 2005, para o contrato CPSOM nº 15.089, de acordo com a cláusula 17 do § 8º do CCFP.

Com o objetivo de manter a tendência de crescimento da receita dos contratos de transmissão, foram implementadas ações, com destaque para as seguintes:

- Comprometimento com a utilização de materiais, equipamentos de qualidade, instalações e métodos operativos adequados que garantam bons níveis de regularidade, eficiência, segurança, atualidade e cortesia na prestação de seus serviços;
- Adequação dos custos, criando condições competitivas que assegurem a modicidade tarifária;
- Atuação, com postura pró-ativa junto ao mercado, na busca de novos contratos de transmissão.

1.2.5. Comercialização de Serviços de Apoio Técnico, Operacional e Administrativo

Em 2006, FURNAS prestou serviços técnicos e gerenciais na área de geração e transmissão para empresas do setor elétrico, tanto públicas quanto da iniciativa privada, nacionais e internacionais. Nesse período, foram emitidas 35 propostas.

Principais Atividades Desenvolvidas

Cliente	Atividade
Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwansa (Gamek) – Angola	Prosseguimento da prestação de serviços nas atividades de operação e manutenção da UHE Capanda
Hidropastaza S.A. – Equador	Serviços de fiscalização da construção da UHE <i>San Francisco</i>
Electricidade de Moçambique (EDM)	Treinamento de gerentes das áreas administrativa, comercial, construção, operação e manutenção de LT e segurança do trabalho Treinamento de instrutores do centro de treinamento Especificação das características e equipamentos do centro de treinamento
Enerpeixe S.A.	Para implantação da UHE Peixe Angical: – Serviços de gerenciamento, controle da qualidade e apoio técnico na construção da Usina – Estudos de materiais para aplicação no concreto e nas barragens – Assessoria na aquisição de áreas e/ou constituição de servidão administrativa para o aproveitamento e para a LT Peixe – Gurupi – Serviços hidrométricos na bacia do rio Tocantins, na área do aproveitamento Operação e manutenção da UHE Peixe Angical, SE associada e LT, serviços de hidrologia e de planejamento energético de médio e curto prazo, de auscultação da barragem e de engenharia de manutenção e de operação do sistema elétrico Elaboração e fornecimento do Manual de Operação da UHE Peixe Angical Supervisão do comissionamento da UHE Peixe Angical, SE associada e LT Peixe Angical – Gurupi
Companhia Transudeste de Transmissão	Para implantação da LT 345 kV Montes Claros – Irapé, circuito simples, com 140 km: – Serviços de gerenciamento ambiental – Gerenciamento técnico da implantação e controle da qualidade
Cachoeira Paulista Transmissão e Energia S.A.	Serviços de operação e manutenção da LT 500 kV Cachoeira Paulista – Tijuco Preto, circuito simples, com 180 km
Samarco Mineração S.A.	Estudos de viabilidade de conexão à Rede Básica da LT 345 kV Vitória – Ouro Preto 2
Companhia de Transmissão Centroeste	Para a implantação da LT 345 kV Furnas – Pimenta 2, circuito simples, com 75 km: – Serviços de apoio técnico-administrativo às atividades da contratante – Gerenciamento ambiental e técnico da implantação e controle de qualidade
Companhia Brasileira de Alumínio	Estudos de desempenho elétrico para verificar a viabilidade da conexão da UHE Tijuco Alto, com cerca de 140 MW de capacidade instalada, localizada entre os municípios de Cerro Azul e Adrianópolis (PR)

Cliente	Atividade
Clientes Diversos	Serviços na área de tecnologia do concreto e geotecnia para as obras da UHE Pinalito (República Dominicana), PCH Mosquitão (GO) e AHE São Salvador (TO) Treinamento na área de apoio e controle da qualidade e serviços no Simulador de Sistemas Elétricos

1.3. Evolução do Sistema Elétrico

1.3.1. Capacidade Instalada, Propriedade e Concessões do Serviço Público de Energia Elétrica

Usina	Capacidade Instalada (MW)	Propriedade (%)	Vencimento de Concessão
Hidrelétrica			
Própria			
Itumbiara	2.082	100,00	26.02.2020
Marimbondo	1.440	100,00	07.03.2017
Furnas	1.216	100,00	07.07.2015
Luiz Carlos B. de Carvalho (Estreito)	1.050	100,00	07.07.2015
Mascarenhas de Moraes	476	100,00	31.10.2023
Corumbá I	375	100,00	29.11.2014
Porto Colômbia	320	100,00	16.03.2017
Funil	216	100,00	07.07.2015
Em Parceria			
Serra da Mesa	1.275	48,47	07.05.2011
Manso (*)	212	69,81	09.02.2035
Sociedade de Propósito Específico (SPE)			
Peixe Angical (**)	452	40,00	07.11.2036
Térmica			
Própria			
Santa Cruz	766	100,00	07.07.2015
Roberto Silveira (Campos)	30	100,00	27.07.2007
São Gonçalo (Fora de Operação)	-	100,00	27.07.2007

(*) Concessão compartilhada com a empresa Proman.

(**) Concessão pertencente à empresa Enerpeixe.

1.3.2. Energia Assegurada dos Empreendimentos de Geração

Os montantes de energia assegurada de cada usina operada por FURNAS correspondem às quantidades máximas de energia e potência elétricas associadas ao empreendimento, que poderão ser utilizadas para comprovação de atendimento de carga ou comercialização por meio de contratos.

A revisão das energias asseguradas do Sistema foi feita em 2004, quando o Ministério de Minas e Energia, mediante critérios de garantia de suprimento de déficit máximo de 5%, definiu a forma de cálculo da garantia física dos empreendimentos de geração.

Usina	2002	2003	2004	MW Médio	
				2005	2006
Hidrelétrica					
Própria					
Itumbiara	1.028	1.015	1.015	1.015	1.015
Marimbondo	707	726	726	726	726
Furnas	679	598	598	598	598
Luiz Carlos B. de Carvalho (Estreito)	588	495	495	495	495
Mascarenhas de Moraes	286	297	295	295	295
Corumbá I	192	209	209	209	209
Porto Colômbia	209	185	185	185	185
Funil	114	121	121	121	121
Em Parceria					
Serra da Mesa	694	671	671	671	671
Manso	92	92	92	92	92
Sociedade de Propósito Específico (SPE)					
Peixe Angical	-	-	-	-	63
Térmica					
Santa Cruz	410	410	450	547	496
Roberto Silveira (Campos)	21	21	21	21	21

Obs.: Os valores da UTE Santa Cruz variaram de 2004 a 2006, em função de seu cronograma de expansão e conversão de suas máquinas para ciclo combinado.

1.3.3. Extensão das Linhas de Transmissão em Operação

A partir de 2006, além das Linhas de Transmissão próprias, entraram em operação as primeiras Linhas construídas em associação com outras empresas, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE). Assim, a extensão das mesmas passa a ser informada, em rubricas separadas, como se segue.

Próprias

O acréscimo de 1 km, em relação a 2005, deveu-se à padronização de arredondamentos das extensões de Linhas de Transmissão.

Tensão (kV)	km				
	2002	2003	2004	2005	2006
≤ 230	4.349	4.349	4.349	4.349	4.349
345	5.784	5.686	5.686	6.069	6.070
500	3.596	4.371	4.549	4.549	4.549
± 600 (CC)	1.612	1.612	1.612	1.612	1.612
750	2.698	2.698	2.698	2.698	2.698
Total	18.039	18.716	18.894	19.277	19.278

Obs.: Os decréscimos na extensão das LT deveram-se ao seccionamento em algumas linhas, dando origem a desativações em trechos de linhas, e também à conversão de uma LT de 345 kV em 500 kV.

Sociedades de Propósito Específico (SPE)

Em 2006, foi energizada a LT 500 kV Peixe Angical – Gurupi e incluída a LT 345 kV Montes Claros – Irapé que, embora energizada em 2005, teve sua efetiva operação comercial em 2006.

Tensão (kV)	Total (km)	2006
		Propriedade (%)
345	139	24
500	92	40
Total	231	-

1.3.4. Capacidade de Transformação das Subestações em Operação

A evolução da capacidade de transformação instalada (MVA) das subestações de FURNAS, em 2006, deveu-se, principalmente, a disponibilização de transformadores nas SE Viana, Peixe Angical, Serra da Mesa, Campinas e Samambaia.

Potência Aparente (MVA)	2002	2003	2004	2005	2006
≤ 230	3.813	3.913	4.074	4.048	5.213
345	23.531	24.206	24.426	25.021	25.246
500	38.868	42.278	43.078	44.888	47.598
750	19.800	21.400	21.400	23.050	23.050
Total	86.012	91.797	92.978	97.007	101.107

1.3.5. Digitalização da Supervisão e do Controle das Usinas e Subestações

Desde 1997, FURNAS vem implantando Sistemas Digitais de Supervisão e Controle em todos os novos empreendimentos de geração e transmissão, seja em novas instalações ou na ampliação de instalações existentes. Em 2006, 17 instalações encontram-se totalmente digitalizadas e 17, com digitalização parcial.

A Empresa participa, desde 2003, do projeto Sinocon, sob responsabilidade do ONS, com o objetivo de modernizar os equipamentos digitais de supervisão dos agentes.

1.3.6. Sistema de Transmissão Digital de Telecomunicações

O Sistema de Transmissão de Telecomunicações, formado por subsistemas rádio e óptico, possui 5.251 km de rotas digitalizadas, que atendem a 78% do total das unidades operativas de FURNAS. Seu crescimento, em 2006, deveu-se à instalação de cabos pára-raios com fibras ópticas (*Optical Ground Wire – OPGW*) entre as SE Viana e Vitória. Das 60 unidades operativas (46 subestações, 13 usinas e o Centro de Operação, localizado no Escritório Central no Rio de Janeiro), 47 são atendidas por tecnologia digital e 3, por analógica. Dez unidades são atendidas por terceiros.

Em 2006, foram instalados 494 km de cabos OPGW nas LT Corumbá – Brasília Sul e Rio Verde – Barra do Peixe, dos 560 km previstos no contrato assinado com a Embratel.

1.4. Investimento

A execução das Ações Orçamentárias de FURNAS no Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), nos respectivos Programas de Investimento, encontra-se discriminada a seguir:

Gestão da Política de Energia

Programa do PPA: 0276

Ação: Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica

- Programa de Trabalho: 6508
- Orçado em 2006: R\$ 18.203 mil
- Realizado em 2006: R\$ 16.672 mil
- Objetivo: Elaboração de estudos de novos aproveitamentos de geração visando à expansão da oferta de energia elétrica por meio da implantação de novas usinas.
- Principais realizações em 2006:
 - Continuidade dos estudos de viabilidade do AHE Água Limpa, com destaque para os serviços de engenharia, levantamentos cartográficos e trabalhos de campo de: topografia, hidrometria, geologia e geotecnia; em desenvolvimento normal os cadastramentos das propriedades nas áreas do reservatório, além das ações ambientais de levantamento dos meios físicos, bióticos e socioeconômicos;
 - Entregues à Aneel, para análise e aprovação, os estudos de inventário da bacia do rio Ji-Paraná (RO);
 - Apresentadas informações complementares aos Estudos de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), solicitadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sobre as UHE Jirau e Santo Antonio; estudos foram aprovados por aquela entidade e realizadas Audiências Públicas para a obtenção da Licença Prévia (LP).
- Justificativa do desvio: Esta ação não apresentou desvio significativo.

Ação: Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica

- Programa de Trabalho: 6510
- Orçado em 2006: R\$ 945 mil
- Realizado em 2006: R\$ 545 mil
- Objetivo: Promover estudos que visem definir obras necessárias para viabilizar a ampliação da transmissão de energia elétrica, além de permitir otimização energética entre os subsistemas elétricos e aumentar a confiabilidade e a segurança do SIN.
- Principais realizações em 2006:
 - Aprovados, pela EPE, e encaminhados ao Ministério de Minas e Energia (MME), estudos de viabilidade técnica e econômica para suprimento à área centro e norte do Estado do Rio de Janeiro, visando o escoamento pleno da energia gerada pela UTE TermoRio;
 - Continuidade dos estudos de viabilidade técnica e econômica para a expansão do suprimento às áreas de Goiás e Brasília;
 - Prosseguimento dos estudos de análise técnica e econômica, no âmbito da transmissão, para a integração das UHE Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, ao SIN. Uma versão preliminar do relatório foi encaminhada ao MME para comentários;
 - Iniciado o Estudo de Avaliação do Sistema do Estado do Rio de Janeiro, considerando novos agentes geradores e consumidores.
- Justificativa do desvio: Prevista para 2006 a execução de um conjunto de estudos de viabilidade que não foram executados ou foram delegados a outra empresa, como, por exemplo, a LT 230 kV Mascarenhas – Verona, entre outros, reduzindo a realização orçamentária.

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Programa do PPA: 0296

Ação: Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Reforços nas Torres da LT 750 kV Foz – Ivaiporã, LT Ivaiporã – Itaberá I e II e na LT Itaberá –Tijuco Preto I e II)

- Programa de Trabalho: 3360
- Orçado em 2006: R\$ 12.439 mil
- Realizado em 2006: R\$ 638 mil
- Objetivo: Reforçar as estruturas das torres do 3º trecho das LT 750 kV Ivaiporã – Itaberá I e II e Itaberá – Tijuco Preto I e II, do circuito de Itaipu, com o objetivo de minimizar os riscos de queda das estruturas, devido aos ventos extremamente fortes da região. A execução das obras depende de autorização do ONS para o desligamento das respectivas LT.
- Justificativa do desvio: Os investimentos destinados a essa Ação não foram realizados, em função do ONS não ter autorizado o desligamento das LT envolvidas.

Ação: Implantação da UHE Paulistas (Batalha), com 52,5 MW (MG/GO) e Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de extensão

- Programa de Trabalho: 1G96
- Orçado em 2006: R\$ 18.116 mil
- Realizado em 2006: R\$ 9.763 mil
- Objetivo: Construção da UHE Paulistas (Batalha), localizada no rio São Marcos, entre os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG), com área inundada de 138,13 km², 2 turbinas do tipo *Kaplan*, potência total instalada de 52,5 MW. Contempla, além disso, a conexão da Usina ao SIN, por meio de uma linha de transmissão, 138 kV, com 75 km de extensão, circuito simples, entre a SE Paulistas (implantação de um módulo geral 138 kV, 1 entrada de linha 138 kV e 2 vãos de conexão de transformador 138 kV) e a SE Paracatu 1 (implantação de uma entrada de linha de transmissão, 138 kV), pertencente à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Empreendimento adjudicado a FURNAS, por meio do Leilão Aneel 002/2005. O contrato de concessão foi assinado em 15.08.2006.
- Principais realizações, em 2006:
 - Iniciadas as atividades de investigação de campo, serviços de topografia e de sondagem para subsidiar a elaboração do projeto básico. O Projeto Básico Ambiental (PBA) foi entregue ao Ibama no dia 27.11.2006 e o Projeto Básico de Engenharia, foi entregue a Aneel em 28.12.2006;
 - Iniciada a aquisição dos terrenos.
- Justificativa do desvio: O respaldo orçamentário somente se deu em 09.11.2006, por meio da Medida Provisória nº 330, o que impediu a plena implementação das realizações previstas.

Ação: Implantação de Ciclo Combinado na UTE Roberto Silveira, com acréscimo de 80 MW, em Campos (RJ)

Programa de Trabalho: 5117

- Orçado em 2006: R\$ 100 mil
- Realizado em 2006: R\$ 0 (zero)
- Objetivo: Ampliar a capacidade da UTE Roberto Silveira, em Campos (RJ), por meio da implantação de ciclo combinado, agregando 80 MW aos 30 MW, já instalados.
- Justificativa do desvio: Em função das incertezas quanto ao suprimento do gás, FURNAS vem encontrando dificuldades em conseguir nova parceria para realizar o empreendimento e, em decorrência, o cronograma deverá ser revisto, junto a Aneel.

Ação: Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica

- Programa de Trabalho: 4469
- Orçado em 2006: R\$ 31.771 mil
- Realizado em 2006: R\$ 18.987 mil
- Objetivo: Relaciona-se aos programas de manutenção e recuperação das usinas de FURNAS em operação, de modo a permitir a operação segura dessas unidades. Considera, além disso, os investimentos relacionados ao Sistema de Hidrometrologia de FURNAS (SHF), cuja implantação da Rede Telemétrica (em especial o monitoramento telemétrico das bacias contribuintes aos reservatórios), é considerada obrigação da Empresa, a partir da Resolução Aneel nº 396/1998.
- Principais realizações, em 2006:
 - Concluído, na UHE Furnas, o reparo em dois transformadores e a construção de edificações para a modernização da Usina;
 - Concluídas, na UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, a construção da caixa separadora de água e óleo na estação de tratamento de esgoto, a implantação de ruas na vila residencial e a execução de rede de alimentação de água, energia elétrica e telefonia para as novas edificações entre a Usina e o vertedouro;
 - Em andamento a revisão das especificações técnicas para a licitação da Rede Telemétrica do SHF, bem como a execução de obras civis de infra-estrutura. Além disso, encontra-se em operação experimental o Banco de Dados do SHF, o qual unificará o armazenamento de dados hidrometrológicos da Empresa;
 - Concluída, na UHE Mascarenhas de Moraes, a adequação da rede de esgoto, na vila residencial; e paralisadas as obras de edificação para a construção do prédio administrativo.
- Justificativa do desvio: Alterações nas especificações técnicas do edital para o fornecimento de equipamentos para o SHF fizeram com que a licitação fosse postergada para 2007. As obras civis de infra-estrutura para o Sistema de Telemetria encontram-se com sua execução atrasada em função de condições climatológicas adversas.

Ação: Implantação de Sistema de Transmissão Macaé (RJ) – Campos (RJ), 3º circuito (345 kV – 92 km)

- Programa de Trabalho: 1A01
- Orçado em 2006: R\$ 38.138 mil
- Realizado em 2006: R\$ 24.615 mil
- Objetivo: Permitir o pleno escoamento da energia produzida pelas usinas térmicas a gás, conectadas nesse tronco, a partir da SE Macaé. As UTE Macaé Merchant e Norte Fluminense possuem, somados, cerca de 1.700 MW de capacidade geradora. A importância dessa interligação está em evitar as restrições de transmissão, que poderiam impedir o despacho pleno e simultâneo das duas Usinas, localizadas nesse tronco de transmissão, e na melhoria da confiabilidade do mesmo ao atendimento às regiões Norte Fluminense e ao Estado do Espírito Santo. Obra adjudicada a FURNAS por meio do Leilão Aneel 001/2004 – lote G.
- Principais realizações, em 2006:
 - Contratados o projeto, o fornecimento e a construção e concluídos os serviços de implantação do traçado e do levantamento topográfico.
- Justificativa do desvio: O cronograma de implantação do empreendimento está comprometido em virtude do atraso na emissão da Licença Prévia (LP). Prevista para agosto de 2005, ao final do exercício de 2006, ainda não havia sido emitida, provocando reprogramação de eventos e impossibilitando o início das obras de implantação. Além disso, houve atraso no fornecimento dos equipamentos das SE e das estruturas metálicas da LT.

Ação: Modernização da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes (MG), com Capacidade Instalada de 476 MW – Fase II

- Programa de Trabalho: 1D35
- Orçado em 2006: R\$ 400 mil
- Realizado em 2006: R\$ 0 (zero)
- Objetivo: O projeto conclui os serviços de modernização da UHE Mascarenhas de Moraes, não contemplados na Fase I. Objetiva, principalmente, recuperar a confiabilidade operacional das UG 1 a 4 e 9 e 10, em função da atual situação dos equipamentos em geral e, especificamente, do isolamento das barras do enrolamento dos estatores dos geradores dessas unidades, bem como a eliminação da crescente dificuldade de obtenção de sobressalentes devido à idade tecnológica dos componentes.
- Justificativa do desvio: Devido à reavaliação do cronograma de modernizações das usinas de FURNAS em operação, as atividades referentes a esta ação foram postergadas.

Ação: Preservação e Conservação Ambiental de Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

- Programa de Trabalho: 105M
- Orçado em 2006: R\$ 47.364 mil
- Realizado em 2006: R\$ 24.304 mil
- Objetivo: Promover ações de preservação e conservação do meio ambiente, relacionadas aos projetos em operação, incluindo a obtenção e renovação de licenças ambientais de funcionamento, além de resgatar o passivo socioambiental advindo da implantação dos empreendimentos de geração e transmissão.
- Principais realizações, em 2006:
 - Concluído o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na LT Bateias – Ibiúna e, em andamento, o da UHE Serra da Mesa;
 - Continuidade dos serviços de reflorestamento nas UHE Furnas, Mascarenhas de Moraes, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Porto Colômbia, Marimbondo, Corumbá e Itumbiara;
 - Concluídos os serviços de recuperação de erosão na área do reservatório da UHE Itumbiara; realizada modernização da estação de tratamento de água e esgoto na Casa de Força; e construída cerca e mata-burro em área de erosão;
 - Adquirida área destinada à implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral (na categoria de Parque Natural Municipal), como parte da compensação ambiental, na LT 750 kV Itaberá – Tijuco Preto III;
 - Concluída a construção da caixa neutralizadora de lavagens das caldeiras 3 e 4 e a ampliação e modernização das estações de tratamento de esgoto e de água, na UTE Santa Cruz; e iniciado o trabalho Estudo de Diagnóstico Geoambiental.
- Justificativa do desvio: Os pagamentos à Agência Ambiental de Goiás foram postergados para 2007, em função da necessidade de aditamentos aos contratos referentes aos empreendimentos UHE Serra da Mesa e Corumbá e a atrasos ocorridos na emissão dos relatórios de serviços prestados pela mesma. Houve, também, atraso na conclusão das negociações com os órgãos ambientais licenciadores, para a compensação ambiental regida pela Resolução nº 002/1996 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), referentes às LT Bateias – Ibiúna, Foz – Ivaiporã III, Cachoeira Paulista – Adrianópolis III, Vitória – Ouro Preto 2 e Itaberá – Tijuco Preto III, resultando em postergação de eventos. Atraso na conclusão do relatório de auditoria social para liberação do aporte relativo aos assentamentos da UHE Serra da Mesa. Postergação de pagamentos de indenizações, referentes a desapropriações de terrenos, que aguardam a solução de pendências processuais.

Ação: Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

- Programa de Trabalho: 2192
- Orçado em 2006: R\$ 110.203 mil
- Realizado em 2006: R\$ 93.397 mil
- Objetivo: Promover a implantação de reforços em SE e LT voltados à adequação do suprimento de energia elétrica na área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, com qualidade e confiabilidade. Considera os reforços no sistema de transmissão indicados no Plano de Ampliações e Reforços (PAR), do ONS, e no Plano de Expansão da Transmissão (PET), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), período 2006-2010, que são de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Elétrico Brasileiro.
- Principais realizações em 2006:
 - Concluída, na SE Viana, a implantação do segundo banco de autotransformadores 345/138 kV e 4 x 75 MVA (autorizado pela Resolução Aneel 062/2005), assim como os vãos de linha para a Escelsa, permitindo a passagem de carga maior de energia e redistribuição dos fluxos de potência, garantindo maior segurança e evitando a necessidade de racionamentos e desligamentos no Estado do Espírito Santo;
 - Concluída, na SE Angra, a implantação de um banco de reatores de 45,33 Mvar cada, em 500 kV (Resolução Aneel 546/2003), permitindo o maior escoamento de energia elétrica proveniente das UNE Angra I e II;
 - Concluída, na SE Adrianópolis, a instalação de um módulo de interligação (autorizada pela Resolução Aneel 546/2003), reduzindo o crescimento dos níveis de curto circuito na rede de transmissão do Estado do Rio de Janeiro, decorrente da entrada de novas usinas térmicas na região;
 - Concluída, na LT Adrianópolis – Macaé – Campos, a substituição de cabos pára-raios, melhorando a confiabilidade do sistema;
 - Parcialmente concluído o fornecimento de materiais e equipamentos para ampliação das SE Santa Cruz e Jacarepaguá, que fazem parte da integração da potência adicional da UTE Santa Cruz; a LT Santa Cruz – ZIN encontra-se com o processo licitatório concluído e o contrato assinado; a recapacitação das LT Santa Cruz – Jacarepaguá II e III encontra-se com o edital para a licitação em andamento.
- Justificativa do desvio: Os pagamentos relativos ao fornecimento do óleo isolante dos bancos de reatores das SE Cachoeira Paulista e Adrianópolis, já em operação, foram postergados para 2007. Além disso, o não atendimento de alguns itens, por parte do empreiteiro responsável pelas obras da SE Viana, causaram a postergação de pagamentos para 2007.

Ação: Implantação de Ciclo Combinado da UTE São Gonçalo, com acréscimo de 193 MW

- Programa de Trabalho: 5119
- Orçado em 2006: R\$ 100 mil
- Realizado em 2006: R\$ 0 (zero)
- Objetivo: Ampliar a capacidade da UTE São Gonçalo (RJ) por meio da implantação de ciclo combinado, agregando 193 MW novos.
- Justificativa do desvio: Em função das incertezas quanto ao suprimento do gás, FURNAS vem encontrando dificuldades em conseguir parceria para o empreendimento e, em decorrência, o cronograma deverá ser revisto junto a Aneel.

Ação: Implantação de Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – UHE Simplício com 305,7 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 KV, com 120 km de extensão (MG/RJ)

- Programa de Trabalho: 1G98
- Orçado em 2006: R\$ 32.238 mil
- Realizado em 2006: R\$ 11.425 mil
- Objetivo: Construção da UHE Simplício e da Pequena Central Hidrelétrica (PCE) Anta, localizadas no rio Paraíba do Sul, entre os municípios de Três Rios (RJ), Sapucaia (RJ), Além Paraíba (MG) e Chiador (MG), com área inundada de 13,56 km². Para UHE Simplício (com 101,9 MW cada), serão 5 turbinas, sendo 3 do tipo *Francis* e 2 do tipo *Kaplan* e, para a PCH Anta (com 14 MW cada), com uma potência total instalada de 333,7 MW. Além disso, contempla uma LT interligando a SE da PCH Anta à SE da UHE Simplício, bem como a conexão ao SIN, por meio de uma LT, 138 kV, com 120 km de extensão, em circuito duplo e a SE Rocha Leão. Empreendimento adjudicado a FURNAS por meio do Leilão Aneel 002/2005. O contrato de concessão foi assinado em agosto de 2006.
- Principais realizações, em 2006:
 - Início da aquisição dos terrenos.
- Justificativa do desvio: O respaldo orçamentário somente se deu em novembro de 2006, pela Medida Provisória nº 330, o que trouxe dificuldades na plena implementação das realizações previstas.

Ação: Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais

- Programa de Trabalho: 2194
- Orçado em 2006: R\$ 114.941 mil
- Realizado em 2006: R\$ 97.636 mil
- Objetivo: Promover a implantação de reforços em SE e LT voltados à adequação do suprimento de energia elétrica na área dos Estados de São Paulo e Minas Gerais com qualidade e confiabilidade. Considera os reforços nas instalações de transmissão indicadas no Plano de Ampliações e Reforços (PAR), do ONS, e no Plano de Expansão da Transmissão (PET), da EPE, período 2006-2010, que são de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Elétrico Brasileiro.
- Principais realizações em 2006:
 - Concluída, na SE Itutinga, a implantação do banco de reatores, em 345 kV – 60 Mvar, (autorizado pela Resolução Aneel 641/2002), com a função de manter a tensão em conformidade com os valores operacionais, reduzindo-a, se necessário, entre 4 e 5 kV;
 - Concluída, na SE Ibiúna, a implantação de 3 disjuntores e de 2 bancos de filtros harmônicos (autorizado pela Resolução Aneel 739/2003), reduzindo a sobrecarga no Tronco de Corrente Contínua de Itaipu, minimizando o risco de indisponibilidade;
 - Concluída, na SE Campinas, a implantação de 2º banco de transformadores 500/345 kV – 560 MVA, (autorizado pela Resolução Aneel 242/2004), visando eliminar sobrecarga, quando da perda da LT Campinas – Cachoeira Paulista 500 kV. Eleva a confiabilidade e a segurança do suprimento de energia na região.
- Justificativa do desvio: A energização do 2º banco de transformadores, em 500/345 kV, com 560 MVA, na SE Campinas, ocorrida em dezembro de 2006, foi postergada em um mês em relação ao cronograma previsto, em virtude de problemas verificados no ensaio de tipo dos transformadores, adiando pagamentos para 2007. Além disso, o atraso no início das obras relativas à implantação do banco de reatores em 500 kV, com 180 Mvar, na SE Ibiúna e do 5º banco de transformadores, em 345/138 kV, com 150 MVA, na SE Campinas, impediu a plena realização do orçamento previsto para essas obras.

Ação: Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

- Programa de Trabalho: 4478
- Orçado em 2006: R\$ 111.213 mil
- Realizado em 2006: R\$ 75.676 mil
- Objetivo: Promover a manutenção, reabilitação e otimização do Sistema de Transmissão de FURNAS, contando com a aquisição de sobressalentes e equipamentos-reserva, necessários a evitar indisponibilidades e a aumentar a confiabilidade. Além disso, também são contemplados pagamentos indenizatórios para liberação de terrenos de LT e SE, implantação e expansão de terminais remotos do *Supervisory Control and Data Acquisition* (SCADA) / Controle Automático de Geração (CAG) e rede de oscilografia das SE.
- Principais realizações em 2006:
 - Realizadas diversas obras de manutenção e modernização nas subestações da Empresa, envolvendo troca de sistemas de proteção, substituição de equipamentos, instalação de pára-raios, de equipamentos de proteção contra incêndio e de ar condicionado. Destacou-se o andamento do reparo nos transformadores conversores das SE Foz do Iguaçu e Ibiúna. Na SE Tijuco Preto, foi concluído o reparo de um dos transformadores;
 - Continuidade das ações relativas ao fornecimento e projeto de modernização dos sistemas de supervisão e controle (Sinocon) para substituição de proteção em diversas subestações;
 - Em fase de contratação, o fornecimento de 26 disjuntores e 8 chaves seccionadoras para as SE Brasília Geral, Brasília Sul, Furnas, Jacarepaguá, Guarulhos, Itutinga e Porto Colômbia.
- Justificativa do desvio: Os processos de aquisição referentes aos sistemas auxiliares mecânicos (de proteção contra incêndio, de ar condicionado e Grupo Diesel de Emergência) de diversas subestações em operação sofreram atrasos por problemas nas licitações. Outros atrasos importantes, em função da entrega de componentes importados, ocorreram, contribuindo na realização orçamentária inferior ao previsto para esta ação.

Ação: Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste (345 kV – 50 km) – (SP)

Programa de Trabalho: 1G97

- Orçado em 2006: R\$ 28.829 mil
- Realizado em 2006: R\$ 20.444 mil
- Objetivo: Implantação das LT 345 kV Tijuco Preto – Itapeti (circuitos 3 e 4) e Itapeti – Nordeste (circuito duplo, com a construção inicial, apenas, do primeiro circuito) e instalações vinculadas, integrantes do Sistema de Transmissão da Região Sudeste. Esta LT interligará a SE Tijuco Preto, situada no Estado de São Paulo, e as SE Itapeti e Nordeste, de propriedade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), visando reforçar o atendimento à região da Grande São Paulo, dando-lhe maior confiabilidade. Esse empreendimento foi adjudicado a FURNAS por meio do Leilão Aneel 001/2005 (Lote G).
- Principais realizações em 2006:
 - Negociação quanto ao início dos serviços de topografia;
 - Em fase de adequação do EIA/RIMA ao Termo de Referência (TR), visando a obtenção da Licença Prévia;
 - Em andamento o fornecimento de equipamentos e materiais para as subestações e linhas de transmissão.
- Justificativa do desvio: O respaldo orçamentário somente se deu em novembro de 2006, por meio da Medida Provisória nº 330, o que dificultou a implementação das realizações previstas referentes à implantação da Ação.

Ação: Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal

- Programa de Trabalho: 2200
- Orçado em 2006: R\$ 161.517 mil
- Realizado em 2006: R\$ 125.506 mil
- Objetivo: Promover a implantação de reforços em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica na área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal, com qualidade e confiabilidade. Considera os reforços indicados no PAR, do ONS, e no PET, da EPE, período 2006-2010, que são de extrema relevância para o desempenho e segurança do Sistema Elétrico Brasileiro.
- Principais realizações em 2006:
 - Concluída, na SE Gurupi, a implantação de um vão de linha, em 500 kV, conectando a UHE Peixe Angical ao SIN;
 - Concluída, na SE Serra da Mesa, a implantação de um banco de transformadores, 500/230 kV – 400 MVA, (Resolução Aneel 242/2004), eliminando a necessidade de limitar a geração da UHE Cana Brava em 250 MW, para evitar risco de colapso de tensão em 230 kV, na região norte de Goiás, quando da perda do transformador de 500/230 kV – 1 x 400 MVA da SE Serra da Mesa;
 - Concluída, na SE Itumbiara, a implantação de um banco de capacitores série, 230 kV – 183 Mvar, (Resolução Aneel 242/2004), viabilizando a exportação da geração de energia elétrica do Estado do Mato Grosso para os centros de carga da região Sudeste;
 - Concluída, também na SE Itumbiara, a implantação de um vão de interligação (Resolução Aneel 130/2005), proporcionando redução do impacto de faltas em barras em configuração normal, com o benefício adicional de possibilitar a alternativa de retorno à operação em duas seções, com desligamento seletivo de uma delas, durante a manutenção de algum equipamento primário;
 - Concluída, na SE Pirineus, a implantação de dois vãos de linha (Resolução Aneel 130/2005), passando o suprimento energético à região de Anápolis a ser feito por esta subestação, com resultante alívio para os equipamentos de transformação das SE Anhanguera e Xavantes, que suprem a região de Goiânia;
 - Concluído o seccionamento da LT Brasília Geral – Xavantes *Loop* Pirineus (Resolução Aneel 130/2005), que entrou em operação comercial, aumentando a confiabilidade para a região de Anápolis, caracterizada como importante pólo industrial do Estado de Goiás;
 - Concluída, na SE Samambaia, a implantação de um banco de transformadores, 500/345 kV – 350 MVA cada, (Resolução Aneel 130/2005), permitindo o aumento de intercâmbio de energia elétrica entre as regiões Norte e Sul;
 - Concluída, na SE Rio Verde, a implantação de um banco de compensação série, 230 kV – 216,4 Mvar, (Resolução Aneel 130/2005), viabilizando a exportação da geração de energia elétrica do Estado do Mato Grosso para os centros de carga da região Sudeste.
- Justificativa do desvio: Apesar das energizações ocorridas em 2006, anteriormente citadas, houve atraso no fornecimento de alguns equipamentos, resultando em adiamento de pagamentos para 2007. Além disso, houve atraso no processo licitatório das SE Rio Verde (2 bancos de capacitores em 230 kV, sendo 1 com 33,9 Mvar e outro com 37,2 Mvar) e Itumbiara (banco de capacitores série em 230 kV, com 33,9 Mvar), postergando as previsões de investimento relacionadas aos mesmos para 2007.

Ação: Modernização da UHE Furnas de 1.200 MW (MG)

- Programa de Trabalho: 3292
- Orçado em 2006: R\$ 75.634 mil
- Realizado em 2006: R\$ 72.186 mil
- Objetivo: Modernizar as unidades geradoras da UHE Furnas, 1.216 MW de capacidade instalada, visando aumentar a vida útil e a confiabilidade operacional, por meio da implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção. A digitalização da Usina, por intermédio da adequação de suas unidades geradoras, permitirá o aumento da segurança operacional e aumentará, substancialmente, a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos. O empreendimento considera os serviços de modernização das UG 01 a 06, bem como a execução de serviços nas unidades 07 e 08, a fim de possibilitar a operação remota da UHE Furnas, o que consiste, basicamente, do detalhamento do projeto executivo, execução das obras civis, fornecimento de equipamentos e materiais, transporte, desmontagem, montagem, instalação e ensaios de campo.
- Principais realizações, em 2006:
 - Modernização da UG 06, envolvendo sua entrada em operação, construção da sala de vigilância, casa de relés, salas de baterias e carregadores; construção e montagem da casa do Grupo Diesel de emergência da casa de força; ampliação da casa de controle, sala de ventilação nº 3 (margem esquerda) e sala de exaustão nº 1;
 - Em fase de detalhamento e certificação o projeto executivo; as atividades relacionadas ao fornecimento de equipamentos e componentes evoluem em conformidade com o cronograma atual; as obras civis prosseguem, com destaque para os serviços relacionados à: construção da sala de quadros da tomada d'água e da construção da bacia de contenção de óleo (tanque de óleo isolante);
 - Continuidade dos seguintes serviços: construção da sala de ventilação nº 2; demolição, rompimento e furação de bases de painéis; montagem do sistema de CO₂ na casa de força (UG 05, 07 e 08); montagem de leitos e eletrodutos para cabos; lançamento e ligação de cabos de força e controle e implantação do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC).
- Justificativa do desvio: Esta ação não apresentou desvio significativo.

Ação: Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes com 476 MW (MG) – Fase I

- Programa de Trabalho: 3302
- Orçado em 2006: R\$ 25.990 mil
- Realizado em 2006: R\$ 23.459 mil
- Objetivo: Modernizar a UHE Mascarenhas de Moraes, 476 MW de potência instalada, visando aprimorar e otimizar as condições de funcionamento, preservando o desempenho adequado e a maior eficiência, além de restabelecer sua vida útil para mais algumas décadas. A Usina apresentava degradação avançada do seu isolamento, além de carecer de peças sobressalentes, o que poderia ocasionar paradas não programadas de longa duração, com perda de produção de energia. Os investimentos são destinados à modernização total das UG 05, 06, 07 e 08, e parcial das UG 01, 02, 03, 04, 09 e 10 da UHE Mascarenhas de Moraes, recuperando as turbinas, geradores e equipamentos auxiliares, incluindo a implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção. Além disso, prevê a digitalização da Usina, por meio da adequação das suas UG, o que permitirá a sua operação remota a partir da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, possibilitando o aumento da segurança operacional e da confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da Usina.
- Principais realizações em 2006:
 - Concluídos os seguintes serviços: montagem dos novos ventiladores do sistema de exaustão das UG 01 e 02 e da área de montagem; comissionamento das UG

04 e 08, com seus retornos à operação comercial em abril de 2006 e março de 2006, respectivamente; lançamento dos cabos de alimentação/supervisão da Unidade de Aquisição e Controle 138 kV da SE; construção das bacias de contenção dos transformadores da UG 01; ampliação e reforma do edifício de controle; execução de reforço estrutural para passagem de tubulação de drenagem oleosa e eletrodutos na galeria de cabos e a modernização da UG 01; execução das estacas raiz para reforço da fundação da chave seccionadora 8905, na SE 345 kV; montagem do novo sistema de ventilação; modernização da UG 09; comissionamento da UG 01 e execução de atividades prévias para a modernização da UG 02.

- Justificativa do desvio: Esta ação não apresentou desvio significativo.

Ação: Implantação de Ciclo Combinado na UTE Santa Cruz – Fase 1 – com acréscimo de 350 MW (RJ)

- Programa de Trabalho: 3414
- Orçado em 2006: R\$ 41.807 mil
- Realizado em 2006: R\$ 39.102 mil
- Objetivo: Ampliação da capacidade da UTE Santa Cruz por meio da implantação de ciclo combinado, que consiste na incorporação de 2 turbogeradores, com capacidade de 175 MW cada, tendo como combustível principal o gás natural e como alternativo o óleo diesel, que irão gerar energia por meio de caldeiras de recuperação de calor que acionarão os outros 2 turbogeradores a vapor, de 80 MW, agregando 350 MW novos aos 600 MW já existentes.
- Principais realizações em 2006:
 - Concluído o fornecimento e a montagem dos equipamentos eletromecânicos, restando o comissionamento desses equipamentos e do ciclo combinado a gás natural e a óleo diesel e do ciclo aberto a gás natural.
- Justificativa do desvio: Esta ação não apresentou desvio significativo.

Ação: Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho com 1.050 MW (MG)

- Programa de Trabalho: 7066
- Orçado em 2006: R\$ 160.380 mil
- Realizado em 2006: R\$ 157.496 mil
- Objetivo: Modernizar a UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, 1.050 MW de capacidade instalada. A Usina possui seis unidades geradoras, sendo que a primeira entrou em operação em março de 1969, estando em atividade há mais de 37 anos. Devido ao estado dos equipamentos e sistemas há dificuldades na execução das manutenções, tanto devido à falta de peças de reposição como do estado físico dos componentes dos equipamentos. O projeto em questão visa recuperar a confiabilidade operacional das unidades geradoras, bem como evitar indisponibilidades forçadas intempestivas das mesmas, sem prazo pré-determinado, envolvendo custos adicionais significativos em relação às modificações planejadas, além de perdas maiores de geração. A modernização dessa Usina contempla ações envolvendo a recuperação total das turbinas, geradores e sistemas associados e, ainda, a implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção, prolongando a vida útil da planta. Considera também, a digitalização da Usina, por meio da adequação das suas unidades geradoras, o que permitirá o incremento da segurança operacional e aumentará, substancialmente, a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos.
- Principais realizações em 2006:
 - Foram concluídas as inspeções subaquáticas do concreto e das peças metálicas dos tubos de sucção; a instalação do canteiro de obras; e a modernização das pontes rolantes nº 01 e 02;

- Continuidade do detalhamento e certificação do projeto e do planejamento executivo, e o fornecimento de equipamentos encontra-se de acordo com o planejamento executivo atual;
- Continuidade dos seguintes serviços: construção da casa de relés e da casa do Grupo Gerador Diesel de emergência da SE; construção da sala de controle das unidades 01 e 02;
- Iniciados os serviços no sistema de água de resfriamento, com instalação de válvulas de bloqueio entre as UG 02 e 03.
- Justificativa do desvio: Esta ação não apresentou desvio significativo.

Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Programa do PPA: 0807

Ação: Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

- Programa de Trabalho: 4101
- Orçado em 2006: R\$ 13.674 mil
- Realizado em 2006: R\$ 6.478 mil
- Objetivo: Promover ações voltadas à adequação de bens imóveis e modernizações nas edificações existentes, em função das atividades da Empresa.
- Principais realizações em 2006:
 - Concluída a ampliação das instalações da Área de Geração de Construção Manso, em Aparecida de Goiânia (GO);
 - Concluídas as obras da Área de Apoio e Controle Técnico, em Goiânia, referentes à ampliação das unidades do Laboratório de Durabilidade e de Química e do prédio da Área de Liberação de Áreas Oeste. Em andamento as obras do galpão de manutenção e da ampliação do centro de treinamento.
- Justificativa do desvio: Atraso nas obras de melhorias e ampliação no Laboratório de Hidráulica Experimental (escritório e canal de ensaio II). A mudança de escopo das obras de construção dos novos prédios do Laboratório de Solos e Concreto (laboratório de química e durabilidade de concreto, almoxarifado, centro de treinamento e de apoio administrativo e manutenção), com atraso no cronograma inicialmente previsto, provocou reflexos na realização orçamentária. Reprogramados, também, os cronogramas de execução e várias obras de pequeno porte.

Ação: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.

- Programa de Trabalho: 4102
- Orçado em 2006: R\$ 44.655 mil
- Realizado em 2006: R\$ 20.955 mil
- Objetivo: Aquisição, manutenção e adequação de bens móveis, máquinas e equipamentos em função das atividades da Empresa.
- Principais realizações em 2006:
 - Continuidade das ações de renovação do mobiliário das instalações do Escritório Central;
 - Aquisição de empilhadeira para apoio aos laboratórios de Goiânia (GO).
- Justificativa do desvio: Em função do atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual nº 11.306/2006, alguns processos de aquisição sofreram postergações para o exercício de 2007, tais como os processos para aquisição de equipamentos e de móveis e utensílios. O processo de aquisição de caminhões foi adiado para 2007 em função da necessidade de especificações técnicas adequadas às tarefas a serem desenvolvidas.

Ação: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

- Programa de Trabalho: 4103
- Orçado em 2006: R\$ 63.176 mil
- Realizado em 2006: R\$ 42.015 mil
- Objetivo: Expansão do Sistema de Telecomunicações da Empresa e adequação da infra-estrutura necessária à manutenção da tecnologia e à gestão com qualidade e confiabilidade.
- Principais realizações em 2006:
 - Continuidade das melhorias, com destaque para a instalação do Sistema Óptico Digital de FURNAS (Sisop), compreendendo a implantação do subsistema Multiserviços e a melhoria dos elementos dos subsistemas de Transporte e Acesso; concluída a expansão para o atendimento a SE Rio Verde;
 - Continuidade da modernização das Centrais Telefônicas dos Centros de Operação, sendo que foram comissionadas as centrais localizadas no Escritório Central e na SE Jacarepaguá; as centrais localizadas na SE Campinas, UHE Furnas e UHE Itumbiara encontram-se em fase de instalação e comissionamento;
 - Continuidade da modernização das Centrais Telefônicas do Sistema Interno de Telefonia (SIT), com destaque para a instalação e o comissionamento das centrais das SE Ivaiporã, Itaberá e Guarulhos.
- Justificativa do desvio: Em função do atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual nº 11.306/2006, alguns processos de aquisição sofreram postergações para 2007. Além disso, ocorreu atraso na conclusão do processo de aquisição do *software* de Gerência Eletrônica de Documentos (GED), devido à necessidade de adequação do edital e de interposição de recurso por parte de uma empresa que participou do processo licitatório. Adicionalmente, a licitação realizada para a aquisição de equipamentos de refrigeração da Rede de Telecomunicações da Rota Itaipu fracassou, em função dos valores terem ficado superiores aos previstos. A licitação para a LT Ibiúna – Bateias foi concluída em dezembro e, dessa forma, o fornecimento e o pagamento ocorrerão somente em 2007. No projeto de ampliação e atualização da Rede Corporativa de FURNAS, o processo de aquisição do *Vídeo Wall* iniciou-se no 2º semestre de 2006 e tem previsão de conclusão em 2007. Não houve realização no que se refere à aquisição do *No Break*, iniciada no 2º semestre de 2006, provocando impactos na realização orçamentária desta ação. Além disso, a aquisição de nova impressora para o computador de grande porte não foi necessária, devido à opção por solução de locação do serviço de impressão. Os atrasos sofridos pelo projeto de contratação e implantação do ERP fizeram com que não se iniciasse, em 2006, a aquisição da respectiva infra-estrutura necessária para o novo ambiente.

1.5. Principais Relacionamentos de FURNAS

1.5.1. Relacionamento com a Controladora Eletrobrás

FURNAS, como empresa subsidiária da Eletrobrás, participa do Conselho Superior do Sistema Eletrobrás (Consise), que reúne os presidentes de todas as empresas do Grupo para formular e implantar estratégias corporativas de interesse comum. Nesse sentido, participa de reuniões do Comitê de Planejamento Estratégico da Eletrobrás (Copese), com o objetivo de fornecer subsídios ao Consise. O trabalho do Copese visa melhorar o relacionamento entre a *holding* e suas empresas controladas, por meio de macroorientações que permeiem os planejamentos estratégicos de cada uma das empresas, respeitadas as especificidades de cada uma.

A Empresa participa do Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (Cicop), também no âmbito do Consise, que estimula ações de pesquisa e visa à inovação tecnológica para obtenção de registros de propriedade intelectual (patentes, marcas e programas de computador), transferência de tecnologia e parcerias das empresas do Sistema com universidades, centros de pesquisa e indústrias. No Cicop, atua nas seguintes forças-tarefa: gestão da tecnologia e da inovação; propriedade intelectual e patentes; eficiência energética; revitalização do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel); articulação com a indústria; energias renováveis; desenvolvimento de projetos regionais; P&D nas empresas federalizadas; e termoeletricidade.

Em relação às atividades de Eficiência Energética, destacaram-se, em 2006, as seguintes atividades de conservação de energia desenvolvidas em parceria com a *holding*:

- I *Workshop* de Conservação de Energia das empresas do Grupo, como participante da força-tarefa Eficiência Energética;
- Iniciadas as atividades de convênio com o objetivo de implementação do Programa Procel nas Escolas, em 50 municípios dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal, no período de 36 meses. O valor do convênio perfaz um total de R\$ 4.145 milhões, cabendo a Eletrobrás 71% do valor e a FURNAS os 29% restantes.

O Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente (Copem) continua desenvolvendo ações estratégicas e diretrizes, visando uma atuação coordenada e harmônica das suas empresas, de forma a obter maior eficiência e abrangência no cenário energético nacional. FURNAS está representada no Comitê por dois diretores: de Engenharia; e de Operação do Sistema e Comercialização de Energia. Participa, por meio de seu quadro técnico, dos estudos já iniciados sobre o planejamento de mercado e da oferta de energia elétrica.

Em fevereiro de 2006, o Copem se reuniu com a finalidade de apresentar um histórico dos encontros técnicos das empresas do Grupo Eletrobrás, ocorridos nos anos de 2004 e 2005, além de apreciar e aprovar o seu Regimento Interno. Nessa reunião foram definidos os subcomitês, suas respectivas atribuições e o número de representantes por empresa integrante.

O Programa Luz para Todos visa universalizar o acesso à energia elétrica no País, gerando maior inclusão social e possibilitando o progresso de regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Constitui-se em uma das marcas do Governo Federal no combate às desigualdades e na promoção de uma sociedade mais justa. Coordenado pelo MME, é executado pela Eletrobrás, por meio de suas controladas.

FURNAS coordena o Programa, na região Sudeste e no Estado de Goiás, conforme o decreto nº. 4.873/2003. Em 2006, sua atuação abrangeu 250 mil ligações, beneficiando 1,3 milhões de pessoas.

Nesse Programa, vetor de desenvolvimento e renda para os beneficiados, foram criadas as Ações Integradas, um conjunto de atividades realizadas pelas coordenações estaduais, por meio de programas sociais nas esferas federal, estadual e local, junto às comunidades atendidas. Seu objetivo é obter maximização do uso racional de energia elétrica, bem como, desenvolvimento socioeconômico. Destacaram-se: criação de viveiros de mudas para produção de hortaliças; tanques para criação de peixes; equipamentos comunitários de costura; Arcas das Letras (caixas-estantes para implantação de bibliotecas), doadas a comunidades rurais, para incentivo à leitura; tanques de resfriamento de leite; máquinas de beneficiamento de arroz; Aldeias da Cidadania nas comunidades Kalunga; Centros Comunitários de Produção (CCP) e Centros Comunitários de Capacitação de Técnicos Agrícolas para disseminação do uso eficiente e produtivo de energia.

Destacaram-se, também, as seguintes atividades desenvolvidas em articulação com a Eletrobrás:

- Continuidade na adequação dos controles internos e das sistemáticas de documentação de FURNAS, sob coordenação de auditoria contratada pela Eletrobrás, às obrigações impostas pela Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), de modo a permitir que a *holding* se ajuste às novas regras do mercado internacional, para listagem na Bolsa de Nova Iorque, por meio de emissão de ADR, nível 2;
- Prestação de informações necessárias à listagem das ações da Eletrobrás no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa e no *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), da *Security and Exchange Commission* (SEC);
- Prosseguimento do Acordo de Cooperação com a Eletrobrás e a Eletronorte para o Estudo de Inventário do Potencial Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Teles Pires;
- Prestação de informações sobre a execução orçamentária de FURNAS junto a Diretoria Financeira da Eletrobrás, além de apresentar a Proposta de Orçamento para o ano de 2007, juntamente com o Plano de Dispêndios Gerais (PDG);
- Participação no Grupo de Diretrizes para Orçamentos de Subestações, que elaborou o documento Revisão das Diretrizes para a Elaboração de Orçamentos de Subestações, previsto no Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Eletrobrás e a Aneel.

1.5.2. Relacionamento com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

FURNAS participa de atividades técnicas para elaboração e análise dos documentos a serem produzidos relativos ao planejamento do setor energético, assim como por meio de disponibilização de dados e informações relevantes nos seguintes grupos de trabalho: mercado, expansão da geração, expansão da transmissão e meio ambiente.

Em 2006, a Empresa participou da coleta de dados da EPE, fornecendo as informações para a elaboração do Balanço Energético Nacional (BEN) – 2006, ano base 2005, que passou a ser de responsabilidade exclusiva daquela empresa.

1.5.3. Relacionamento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

FURNAS, como titular de concessão de serviço público para fins de geração de energia elétrica, participa na categoria Geração, proporcionalmente ao volume de energia comercializada, calculado com base nos resultados realizados nos 12 meses precedentes. Sua participação se dá no Conselho de Administração e na Convenção Arbitral.

1.5.4. Relacionamento com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

FURNAS possui representação na Assembléia Geral e é um dos membros titulares do Conselho de Administração do ONS, na categoria Transporte.

Em 2006, destacaram-se as seguintes atividades:

- Atuação, junto ao ONS, no sentido de aumentar a confiabilidade do sistema elétrico e otimizar seu desempenho, conciliando essas ações com a preservação da integridade de seus ativos, e participação dos estudos para definição da filosofia de operação do sistema;
- Participação da elaboração do Plano de Ampliações e Reforços (PAR), referente ao triênio 2007-2009, e do planejamento da operação elétrica do SIN, para o ano de 2007.

1.5.5. Relacionamento com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

FURNAS atua junto à Aneel, no âmbito de suas atividades, no que se refere a assuntos relacionados aos processos de legalização dos empreendimentos de geração e transmissão, envolvendo, entre outros: autorização de obras; prorrogação de prazos de energização; comunicação de energização/conclusão de empreendimentos; prestação de informações sobre implementação de reforços e melhorias de equipamentos; e sobre o Programa de P&D, em seus diversos ciclos; participação e acompanhamento dos processos de fiscalização das instalações em operação; pedidos de aprovação e revisão de receitas; e homologação de contratos de compra e venda de energia.

1.5.6. Parcerias

Natureza da Parceria	Parceiro	Potência e Energia Asseguradas (%)	
		Participação de FURNAS	Participação de Parceiro
Contrato para conclusão da UHE Serra da Mesa e do arrendamento a FURNAS, pelo parceiro, de bens e instalações de sua propriedade e por ele postos a serviço na usina (contrato geral de 26 de abril de 1995)	Semesa S.A.	48,46	51,54
Contrato de partilhamento da concessão do APM Manso (10 de fevereiro de 2000)	Proman	69,81	30,19

1.5.7. Sociedades de Propósito Específico (SPE)

Na condição de subsidiária da Eletrobrás, a possibilidade de FURNAS participar acionariamente de empreendimentos de energia elétrica viabilizou-se, a partir de julho de 2003, com a mudança do seu Estatuto Social, que propiciou as seguintes associações, sob a forma de SPE:

Empreendimentos de Geração

Enerpeixe

Em 2004, foi assinado o acordo de acionistas da UHE Peixe Angical (452 MW), localizada no rio Tocantins, Estado de mesmo nome. As três unidades geradoras da Usina entraram em operação em 2006. Sua estrutura societária é composta pelas seguintes empresas:

Empresa	Participação Societária (%)
EDP Brasil S.A.	60
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	40

Companhia Retiro Baixo Energética

Em agosto de 2006, foi assinado o acordo de acionistas para implantação e exploração da UHE Retiro Baixo (82 MW), localizada no rio Paraopeba, Estado de Minas Gerais, com a seguinte estrutura societária:

Empresa	Participação Societária (%)
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	49
Orteng Equipamentos e Sistemas S.A.	25,5
Logos Engenharia S.A.	15,5
Arcadis Logos Energia S.A.	10

Baguari Geração de Energia Elétrica

Em agosto de 2006, foi assinado o acordo de acionistas para implantação e exploração da UHE Baguari (140 MW), localizada no rio Doce, Estado de Minas Gerais, com a seguinte estrutura societária:

Empresa	Participação Societária (%)
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. (*)	51
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	34
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	15

(*) SPE da Neoenergia S.A., para fins de exploração da UHE Baguari.

Foz do Chapecó Energia

Em dezembro de 2006, FURNAS, na condição de sócia da SPE Chapecoense Geração S.A., autorizou-a a assinar o acordo de acionistas para implantação e exploração da UHE Foz do Chapecó (855 MW), localizada no rio Uruguai, entre os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A Foz do Chapecó Energia apresenta a seguinte estrutura societária:

Empresa	Participação Societária (%)
CPFL Geração de Energia S.A.	51
Chapecoense Geração S.A.	40
Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)	9

A estrutura societária da Chapecoense Geração S.A. é a seguinte:

Empresa	Participação Societária (%)
Pentágono <i>Trust</i>	50,1
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	49,9

România Participações

Em dezembro de 2006, FURNAS, na condição de sócia da SPE Serra do Facão Participações S.A., autorizou-a a assinar o acordo de acionistas para implantação e exploração da UHE Serra do Facão (210 MW), localizada no rio São Marcos, Estado de Goiás. A România Participações apresenta a seguinte estrutura societária:

Empresa	Participação Societária (%)
Serra do Facão Participações S.A.	49,5
Alcoa Alumínio S.A.	35
DME Energética Ltda.	10
Camargo Corrêa Energia	5,5

A estrutura societária da Serra do Facão Participações S.A. é a seguinte:

Empresa	Participação Societária (%)
Oliveira <i>Trust Servicer</i> S.A.	50,1
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	49,9

Empreendimentos de Transmissão

Companhia Transleste de Transmissão

Em 2004, foi assinado o acordo de acionistas para implantação e exploração, pelo prazo de 30 anos, da LT 345 kV Montes Claros – Irapé, 150 km de extensão. Embora energizada em 2005, essa LT teve sua efetiva operação comercial em 2006. Sua estrutura societária é composta pelas seguintes empresas:

Empresa	Participação Societária (%)
Companhia Técnica de Engenharia Elétrica (Alusa)	41
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	25
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	24
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	10

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas

Em 2004, foi assinado o acordo de acionistas para implantação e exploração da LT 345 kV Furnas – Pimenta II, 75 km de extensão, com a seguinte estrutura societária:

Empresa	Participação Societária (%)
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	51
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	49

Companhia Transudeste de Transmissão

Em 2004, foi assinado o acordo de acionistas para implantação e exploração LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora, 140 km de extensão, com a seguinte estrutura societária:

Empresa	Participação Societária (%)
Companhia Técnica de Engenharia Elétrica (Alusa)	41
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	25
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	24
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	10

Companhia Transirapé de Transmissão

Em 2004, foi assinado o acordo de acionistas para implantação e exploração da LT 230 kV Irapé – Araçuaí, 65 km de extensão, com a seguinte estrutura societária:

Empresa	Participação Societária (%)
Companhia Técnica de Engenharia Elétrica (Alusa)	41
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	24,5
FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	24,5
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	10

1.5.8. Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG)

Identificação da Entidade

Nome:

Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social

CNPJ:

34.269.803/0001-68

Patrocinadoras

Instituída por FURNAS – Centrais Elétricas S.A. em 05 de agosto de 1971, a FRG conta, também, com o patrocínio da Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, além de patrocinar seus próprios empregados.

Demonstrativo Anual

- Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

R\$ 609.291.489,80

- Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	22.433.038,67
Contribuição Definida (CD)	7.597.544,01
Total	30.030.582,68

- Valor total das contribuições pagas pela Patrocinadora

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	34.972.413,97
Contribuição Definida (CD)	7.390.278,20
Total	42.362.692,17

- Valor total de outros recursos repassados pela Patrocinadora

R\$ 235.720.059,33

- Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições

Discriminação	Valor (R\$)
Reconhecimento e Consolidação de Dívidas	192.167.435,58
Aluguel de edificações na Rua Real Grandeza, 219 (Blocos A, B e C)	24.948.754,66
Custeio Administrativo	18.603.869,09
Total	235.720.059,33

- Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Investimentos da FRG em 31.12.2006

Plano de Benefício Definido (BD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)	
		Plano	Total
Renda Fixa	3.338.511.685	74,04	71,35
Renda Variável	820.084.106	18,19	17,53
Imóveis	140.519.395	3,12	3,00
Empréstimos a Participantes	210.137.751	4,66	4,49
Total do Plano BD	4.509.252.937	100,00	96,37

Plano de Contribuição Definida (CD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)	
		Plano	Total
Renda Fixa	47.236.847	87,10	1,01
Renda Variável	6.996.953	12,90	0,15
Total do Plano CD	54.233.800	100,00	1,16

Fundos Assistenciais (FA)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)	
		Plano	Total
Renda Fixa	114.632.510	99,38	2,45
Empréstimos a Participantes	716.441	0,62	0,02
Total dos Fundos Assistenciais	115.348.951	100,00	2,47

Investimento Total da FRG 4.678.835.688

Rentabilidade dos Investimentos

A rentabilidade dos investimentos no exercício superou, com significativa margem, as metas de rentabilidade exigidas para os planos de benefícios e para os fundos assistenciais, conforme se verifica na tabela a seguir.

Discriminação	Rentabilidade de Investimento (%)	Meta de Rentabilidade Exigida (%)
Plano BD	20,56	8,98 (*)
Plano CD	18,93	10,03(**)
Fundos Assistenciais	19,41	8,98(***)

(*) INPC + 6% a.a.

(**) IGP-DI + 6% a.a.

(***) INPC + 6% a.a.

Resultados dos Planos Previdenciários

A rentabilidade dos investimentos no exercício aponta para a consecução de resultados superavitários nos Planos BD e CD.

Na composição do resultado do Plano BD está incluída parcela de, aproximadamente, R\$ 306 milhões, que corresponde à fração do déficit atuarial de responsabilidade dos participantes e assistidos da entidade, apurado ao final do exercício de 2000, quando do cumprimento das determinações contidas na Emenda Constitucional nº 20/1998.

A quitação dessa obrigação vem sendo postergada, desde 2001, devido à intenção das patrocinadoras de promoverem a migração dos filiados ao Plano BD para dois outros planos, nas modalidades de Benefício Definido Saldado e de Contribuição Definida, com a assunção da parcela do déficit correspondente à massa de migrantes. O último processo de migração, realizado em meados de 2002, não foi concluído, em decorrência de impedimento judicial – antecipação de tutela concedida à Associação de Aposentados de FURNAS – em ação que tramita na 28ª Vara Federal.

Controles Internos

Com o objetivo de sistematizar e aprimorar suas atividades voltadas para controles internos, normas e processos, e conformidades, foi criada na FRG, em 2006, área específica de Controle Interno, visando garantir alto grau de confiabilidade nos negócios atuais e futuros da entidade, por meio do monitoramento dos riscos, da avaliação e implementação de controles, da revisão das normas e manuais, do mapeamento dos processos, e da padronização dos documentos corporativos.

Ainda em 2006, foi contratada consultoria especializada para prestar serviços referentes a: gestão de riscos e de controles internos, análise das boas práticas de mercado, acompanhamento dos planos de ação propostos, e monitoramento das obrigações legais e institucionais da FRG, dentre outros.

No que se refere às atividades de organização e métodos, a FRG efetuou a padronização de todos os formulários corporativos, iniciou a revisão das normas e manuais, bem como o mapeamento dos processos e avaliação de riscos na Diretoria de Investimentos.

Políticas de Investimentos – Principais Alterações no Exercício

Com o objetivo fundamental de ampliar a segurança nas operações da entidade, foram implementadas várias alterações nas políticas de investimentos, destacando-se as seguintes:

Limites de Investimento e de Diversificação

- Redução de 30% para 25% do capital investido em Renda Variável (ações, fundos de ações e alguns tipos de debêntures), com a transferência de 5% para Renda Fixa, em função de política voltada para maior segurança;
- Redução do limite de investimento em títulos de emissão de uma mesma instituição não-financeira de 10% para 5% dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas;
- Redução do limite de investimento em quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) de 25% para 15% do patrimônio líquido desse fundo.

Índices de Referência

- Adoção do IBRX-50 (Índice Brasil – 50) como índice de referência (*benchmark*) para a Carteira de Ações em Mercado, em substituição ao Ibovespa, uma vez que equilibra os fatores liquidez, ações em circulação e patrimônio das empresas e tende a refletir os fundamentos das melhores empresas negociadas em Bolsa.

Política de Risco de Crédito

- Na política de investimentos do exercício de 2005 previa-se, para o exercício de 2006, a elevação de pelo menos um nível nos *ratings* mínimos, para classificar um título de renda fixa como baixo risco de crédito. Em 2006 foram adotados critérios ainda mais conservadores do que os previstos em 2005, elevando-se os *ratings* das agências internacionais em dois níveis e os das nacionais em três níveis;
- Estabelecidos parâmetros para priorizar o mercado primário na compra de títulos de Renda Fixa e utilizar, no caso de operações no mercado secundário, plataformas eletrônicas de negociação, tão logo estejam consumadas as habilitações necessárias. A escolha se deve às vantagens que essas plataformas proporcionam, quais sejam, maior transparência, impessoalidade, segurança e referência de preços para marcação a mercado.

1.5.9. Relacionamento com Entidades Internacionais do Setor de Energia

Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME)

Associado ao Conselho Mundial de Energia (*World Energy Council – WEC*)

O WEC, fundado em 1923, congrega entidades do campo da energia para estudar e promover o abastecimento e uso sustentável dos recursos energéticos mundiais. O CBCME é uma entidade não governamental, sem fim lucrativo, da qual FURNAS participa como membro mantenedor, desde que foi criada em 1957. Abriga a sede do Comitê no seu Escritório Central, no Rio de Janeiro e dá suporte à realização de eventos nacionais e internacionais.

Em 2006, destacaram-se as seguintes publicações, editadas pelo Comitê: “Dicionário de Terminologia Energética”; “O Brasil e a Integração Energética Regional da América Latina e do Caribe”; “O Desenvolvimento Energético Global Sustentável”; “O Caso do Carvão”; “Desempenho das Usinas Geradoras”; “Novas Realidades, Novas Necessidades”; “Eficiência Energética – Sonho e Realidade”; “Boletim Estatística Brasileira da Energia – nº 51”.

Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRÉ-Brasil)

Associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (*Conseil International des Grands Réseaux Electriques – CIGRÉ*)

O CIGRÉ é uma organização mundial, criada em 1921, voltada ao desenvolvimento, valorização e difusão dos conhecimentos referentes à eletricidade transmitida em alta tensão – com o objetivo de promover o intercâmbio e desenvolvimento técnico, tecnológico e da engenharia.

O CIGRÉ-Brasil foi criado em 1971 e hoje possui 16 comitês de estudos relacionados às diversas áreas técnicas de interesse do setor elétrico, dos quais três são coordenados por FURNAS. Técnicos das áreas de planejamento, engenharia, operação e manutenção participam do Comitê atuando em grupos de trabalhos, cursos e seminários, onde os assuntos técnicos específicos são estudados e debatidos entre especialistas. Dentre os eventos promovidos pelo Comitê, destaca-se o Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE), considerado o mais importante do Setor Elétrico Brasileiro que, em 2007, será realizado no Rio de Janeiro, sob coordenação e patrocínio da Empresa.

Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB)

Associado ao Comitê Internacional de Grandes Barragens (*International Committee on Large Dams – ICOLD*)

O ICOLD, criado em 1928, realiza congressos e simpósios voltados para a apresentação de trabalhos técnicos e pesquisas científicas relativas aos empreendimentos hidráulicos, seus benefícios e impactos econômicos e sociais. Entre as várias publicações do ICOLD destaca-se o *World Register of Dams*, com mais de 33 mil referências.

O CBDB, criado em 1961, é uma organização não governamental, destinada a estimular a troca de informações e de experiências em planejamento, projeto, construção e operação de barragens. Funciona no Brasil como um dos 85 comitês nacionais, instituídos pelo ICOLD, nos países membros. Sua sede está instalada em local cedido por FURNAS no Escritório Central, no Rio de Janeiro. Presentemente, possui cerca de 1.400 sócios individuais e 55 sócios corporativos espalhados por todo o Brasil. Uma de suas principais atividades é a publicação de livros e boletins que constituem um grande acervo de publicações técnicas.

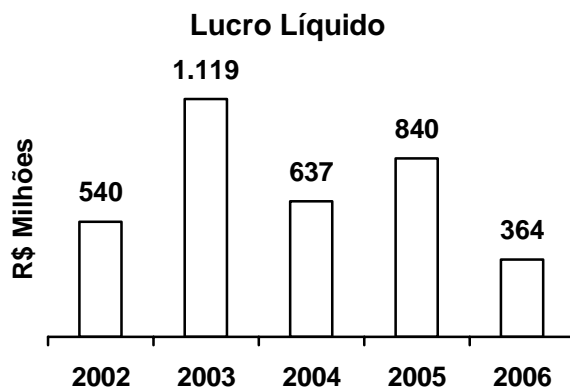
O CBDB, com o apoio de FURNAS, organizou, em 1982, o Congresso Mundial de Barragens, promovido pelo ICOLD. Além disso promove regularmente, desde 1962, o Seminário Nacional de Grandes Barragens e, mais recentemente, o Simpósio sobre Pequenas e Médias Centrais Hidrelétricas.

2. DESEMPENHO CORPORATIVO

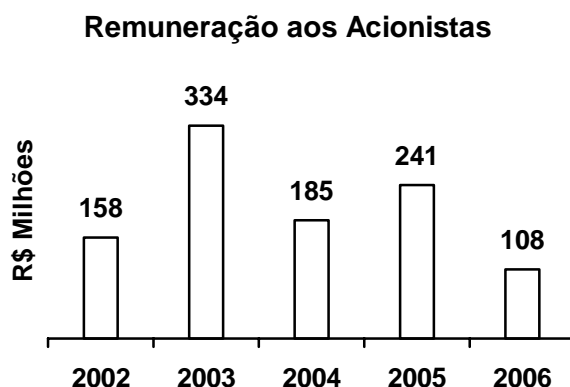
Os indicadores apresentados, a seguir, refletem a evolução do desempenho corporativo, no período 2002-2006.

2.1. Resultados

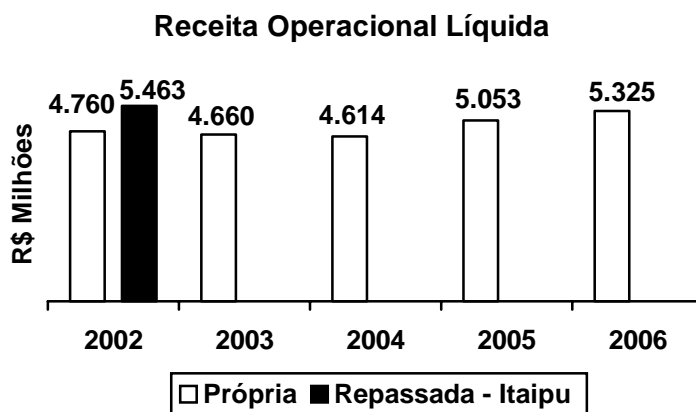
O lucro líquido, em 2006, representou uma diminuição de 57% em relação ao resultado do ano anterior. Este resultado é consequência de fatos não recorrentes, tais como as provisões para crédito de liquidação duvidosa, constituídas nesse exercício.



Em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, FURNAS destina a seus acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio, o montante de 25% do lucro líquido ajustado.

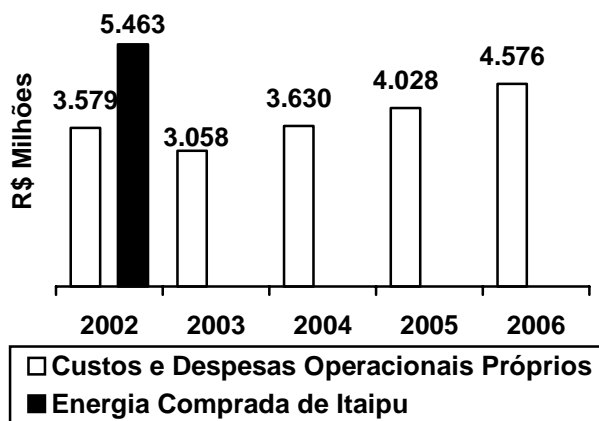


A receita operacional líquida, em 2006, foi 5,4% superior a do exercício anterior, resultado do início da vigência de contratos firmados por ocasião do leilão de venda de energia existente, ocorrido em dezembro de 2004.



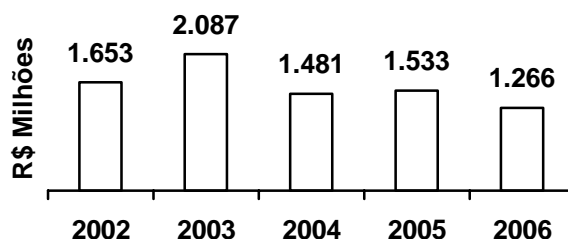
A variação de 14% nos custos e despesas operacionais, em 2006, foi caracterizada, principalmente, pela constituição de provisões para crédito e liquidação duvidosa, no montante de R\$ 205 milhões, e pelo aumento das despesas não gerenciáveis, tais como: encargos de uso da rede elétrica, no total de R\$ 112 milhões, e da despesa associada ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que cresceu, aproximadamente, R\$ 85 milhões, em relação ao exercício anterior.

Custos e Despesas Operacionais



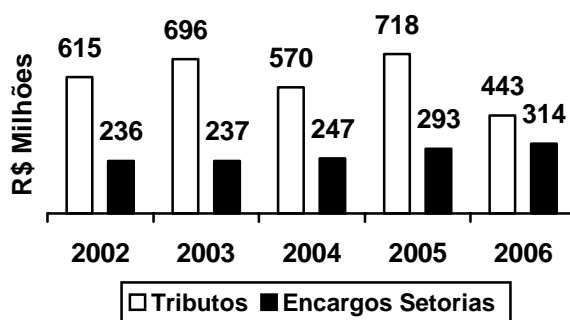
O EBITDA, de 2006, reduziu-se em 21%, em relação ao exercício anterior. Este resultado foi influenciado por fatores não recorrentes relativos aos custos e despesas operacionais, como anteriormente mencionado.

Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)



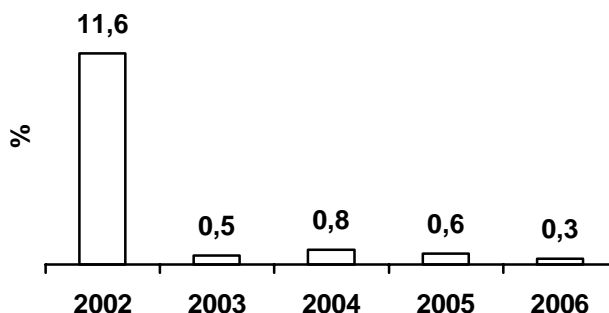
A apropriação de tributos e encargos, em 2006, que representou 13% da receita bruta, gerou uma redução de 30% em relação ao exercício anterior. Tal resultado é consequência do aperfeiçoamento das práticas de gestão tributária e da redução do lucro líquido.

Tributos e Encargos Setoriais



A inadimplência vem se mantendo em níveis satisfatórios e com tendência de redução nos últimos quatro anos.

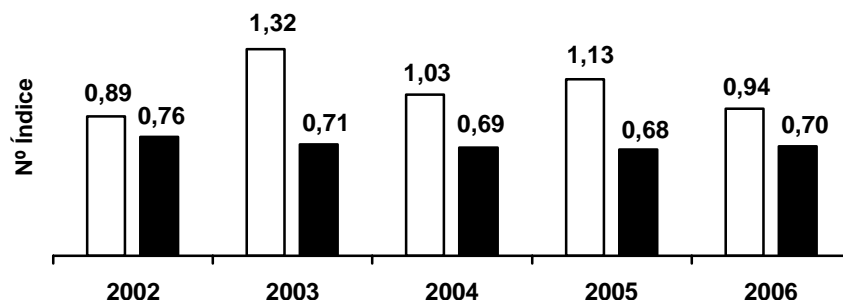
Inadimplência sobre Receita Bruta



2.2. Indicadores Econômico-Financeiros

O comportamento dos índices de liquidez corrente e de liquidez geral mantiveram-se próximos à média dos últimos anos.

Liquidez Corrente e Liquidez Geral

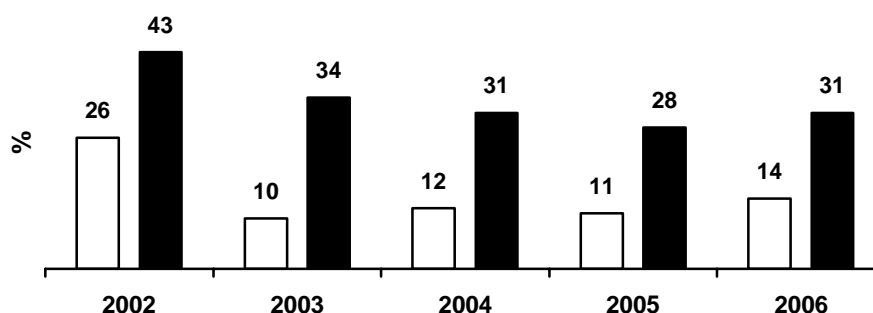


□ Liquidez Corrente = $\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

■ Liquidez Geral = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

Os níveis reduzidos dos endividamentos de curto prazo e de longo prazo traduzem-se em oportunidades de alavancagem adicional da Empresa para fazer frente a eventuais necessidades do seu programa de investimento.

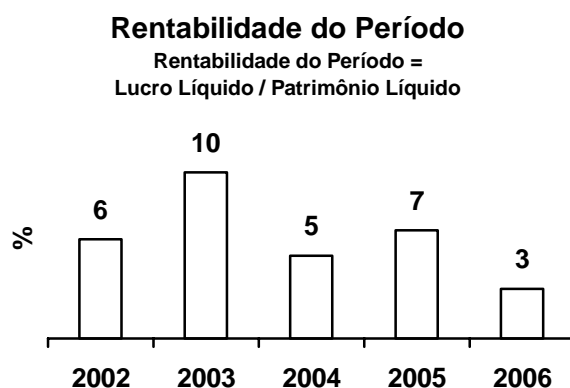
Endividamento de Curto Prazo e Endividamento Total



□ Endividamento de Curto Prazo = $\text{Passivo Circulante} / \text{Ativo Total}$

■ Endividamento Total = $(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}) / \text{Ativo}$

A queda da rentabilidade, em 2006, foi motivada por eventos excepcionais que impactaram o resultado do exercício.



2.3. Orçamento

Demonstrativo de Fontes e Usos dos Recursos – 2006

O Demonstrativo de Fontes e Usos dos Recursos de FURNAS foi aprovado pelo Ofício nº 453/2006/MP/SE, do Departamento de Coordenação e Controle das Estatais (Dest), em 30.11.2006.

	R\$ Milhões		
	Realizado	Revisão Anual PDG – 2006 (*)	Utilização (%)
	(A)	(B)	(A/B)*100
RECURSOS TOTAIS	6.717	6.718	100
Receitas	6.196	6.077	102
Operacional	5.824	5.689	102
Não Operacional	372	388	96
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido			
Retorno Financiamento de Longo Prazo	162	272	60
Recursos de Financiamentos de Longo Prazo	358	369	97
Operações Internas – Moeda	243	250	97
Operações Internas – Bens e Serviços			
Operações Externas – Moeda			
Operações Externas – Bens e Serviços			
Outras Fontes	116	119	97
Outras Fontes			
DISPÊNDIOS TOTAIS	6.401	6.939	92
Dispêndios de Capital	1.494	1.862	80
Investimento	881	1.152	77
Inversões Financeiras	43	129	33
Amortização de Principal	462	462	100
Operações Internas	180	178	101
Operações Externas			
Outras Fontes	282	284	99
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Dividendos	108	119	90
Dispêndios Correntes	4.907	5.077	97
Pessoal e Encargos Sociais	513	565	91
Serviços de Terceiros	334	364	92
Utilidades e Serviços	21	21	98
Materiais e Produtos	2.530	2.534	100

	Revisão Anual		Utilização
	Realizado	PDG – 2006 (*)	(%)
	(A)	(B)	(A/B)*100
Tributos e Encargos Parafiscais	727	744	98
Juros e Outros	171	177	97
Operações Internas	53	43	124
Operações Externas			
Outras Fontes	117	134	88
Outros Dispendios Correntes	610	673	91

(*) Valores indicados no Ofício Dest nº 453, de 30.11.2006.

Acompanhamento da Execução Orçamentária dos Programas de Investimento

Descrição	Programa	Realizado 2006	Limite da Lei nº 11.306/2006	R\$ Mil
				Diferença
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica	1EH	16.672	18.203	1.531
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica	1ER	545	945	400
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	2BI	6.478	13.674	7.196
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2BM	20.955	44.655	23.700
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	2IE	42.015	63.176	21.161
Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP)	4IT	638	12.439	11.801
Implantação UHE Batalha	5BT	9.763	18.116	8.353
Implantação Ciclo Combinado UTE Roberto Silveira	5CA	0	100	100
Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	5GM	18.987	31.771	12.784
Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	5LC	157.496	160.380	2.884
Implantação do Sistema de Transmissão LT Macaé – Campos III	5MC	24.615	38.138	13.523
Modernização da UHE Furnas (1.200 MW)	5MF	72.186	75.634	3.448
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes (600 MW) – Fase I	5MM	23.459	25.990	2.531
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes – Fase II	5MS	0	400	400
Preservação e Conservação Ambiental	5PA	24.304	47.364	23.060
Reforços no Sistema de Transmissão RJ / ES	5RE	93.397	110.203	16.806
Implantação Ciclo Combinado UTE Santa Cruz	5SC	39.102	41.807	2.705
Implantação Ciclo Combinado UTE São Gonçalo	5SG	0	100	100
Implantação UHE Simplício	5SI	11.425	32.238	20.813
Reforços no Sistema de Transmissão SP / MG	5SP	97.636	114.941	17.305

Descrição	Programa	Realizado 2006	Limite da Lei nº 11.306/2006	Diferença
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	5TM	75.676	111.213	35.537
Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste	5TN	20.444	28.829	8.385
Reforços no Sistema de Transmissão GO / MT / DF	6GO	125.506	161.517	36.011
Total		881.299	1.151.833	270.534

Ocorrências na Programação Orçamentária

Programa de Investimento	Crédito Especial e Suplementações 2006 (Revisões 1 e 2) R\$ Mil	Justificativa
1EH – Estudos Viabilidade Ampliação da Geração de Energia Elétrica	(4.073)	Investimento ajustado por conta da redução do limite destinado a FURNAS e à necessidade de acomodar os novos empreendimentos de expansão, adquiridos nos leilões de 2005 e não previstos no PDG 2006 Cronogramas dos estudos revistos de forma a não desviá-los de sua condução normal, principalmente quanto aos trabalhos relacionados ao rio Madeira, onde houve atraso na definição, pelo Ibama, das ações complementares aos estudos de ictiofauna, limnologia e arqueologia, que subsidiaram o estudo de viabilidade ambiental das UHE Jirau e Santo Antônio
1ER – Estudos Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica	108	Estudos de viabilidade técnica e econômica para suprimento à área Centro e Norte do Estado do Rio de Janeiro, visando o escoamento pleno da energia gerada pela UTE TermoRio, foram aprovados pela EPE e encaminhados ao MME. Prosseguem os estudos de análise técnica e econômica do sistema de transmissão necessário para a integração das AHE Santo Antônio, Jirau e Belo Monte ao SIN
2BI – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	(446)	Mudança de escopo das obras de construção dos novos prédios do Laboratório de Solos e Concreto (laboratório de química e durabilidade de concreto, almoxarifado, centro de treinamento e de apoio administrativo e manutenção), que provocou atraso no cronograma previsto, com reflexos na realização orçamentária. Reprogramados os cronogramas de execução de várias obras de pequeno porte
2BM – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	13.046	Processo de aquisição de caminhões adiado para 2007 em função da necessidade de especificações técnicas adequadas às tarefas a serem desenvolvidas Dificuldades fruto do cancelamento de pregão eletrônico por ausência de fornecedor e/ou fornecedores que não atenderam o prazo de entrega dos editais
2IE – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	(732)	Ajuste representa o cancelamento de eventos em função de atraso no processo licitatório associado à modernização dos sistemas de telecomunicação
4IT – Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP)	(3.463)	Execução das obras de reforços nas estruturas não realizadas porque dependem da autorização do ONS para desligamento das linhas de transmissão envolvidas. O cancelamento representa a postergação do cronograma de implantação dos reforços no trecho Itaberá – Tijuco Preto em virtude da ausência de autorização de desligamento, pelo ONS
5BT – Implantação UHE Batalha	18.116	Empreendimento outorgado por meio do Leilão Aneel 002/2006, não contemplado no PDG 2006 e na Lei nº 11.306/2006. A suplementação considera o investimento inicial necessário à implantação do empreendimento de forma a cumprir o cronograma e demais exigências estabelecidas no Contrato de Concessão firmado com a Aneel

5CA – Implantação Ciclo Combinado UTE Roberto Silveira	0	Sem variação
5GM – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	(4.038)	Investimento ajustado por conta da redução do limite destinado a FURNAS e à necessidade de acomodar os novos empreendimentos de expansão obtidos nos leilões de 2005 e não previstos no PDG 2006. Com isso, alguns eventos de melhorias e adequação de instalações de geração tiveram que ser reprogramados para 2007
5LC – Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	8.380	Investimento aprovado pela Lei nº 11.306/2006 abaixo das expectativas de avanço da obra, conforme cronograma previsto na Cláusula 6ª do Contrato. Estimado um deslizamento de 60 dias no início da modernização da primeira máquina, de forma a se adequar ao orçamento aprovado, gerando, também, adiamento de eventos para os exercícios seguintes. O valor adicional restabelece, em parte, os cronogramas da modernização, visando mantê-los dentro de sua condução normal
5MC – Implantação do Sistema de Transmissão LT Macaé – Campos III	(3.381)	Cancelamento ocorreu devido ao atraso na emissão da Licença Prévia para implantação da linha de transmissão, pelo órgão ambiental
5MF – Modernização da UHE Furnas (1.200 MW)	(33.566)	Investimento ajustado por conta da redução do limite destinado a FURNAS e à necessidade de acomodar os novos empreendimentos de expansão obtidos nos leilões de 2005 e não previstos no PDG 2006. O ajuste implica em reprogramação de eventos e na renegociação do contrato em vigor. Preservado o investimento necessário para atender ao cronograma de execução dos serviços relativos à modernização da UG 01, que se encontra em atraso
5MM – Modernização a UHE Mascarenhas de Moraes (600 MW) – Fase I	(156)	Fase I da modernização encontra-se em fase final de execução e o ajuste representa uma reprogramação na aceitação das UG modernizadas
5MS – Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes – Fase II	(22.139)	Empreendimento reprogramado em função da restrição orçamentária para 2006. Seu início está condicionado à adequação dos limites orçamentários previstos para os exercícios futuros
5PA – Preservação e Conservação Ambiental	7.485	Suplementação visa atender: convênios de assistência técnica rural, implantação de kit irrigação e aquisição de área destinada a reassentamentos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), das UHE Manso e Serra da Mesa
5RE – Reforços no Sistema de Transmissão RJ / ES	(54.222)	Redução devida, principalmente, à desconsideração dos reforços no sistema de transmissão que independem de autorização da Aneel, conforme Resolução Aneel 158/2005, cuja execução não foi aprovada em virtude da indefinição da RAP, pela Aneel Houve necessidade de realização de novo processo licitatório para a implantação dos reforços nas SE Santa Cruz e Jacarepaguá e na LT Santa Cruz – Jacarepaguá II, bem como de alteração do projeto (traçado) da LT Santa Cruz – ZIN
5SC – Implantação Ciclo Combinado UTE Santa Cruz	4.342	Suplementação necessária para efetuar pagamento de parte do valor adicional referente a compromissos do CT 13.959, em fase final, oriundos da postergação do prazo de conclusão do empreendimento, com previsão de R\$ 21 milhões e cuja diferença deverá ser considerada nos orçamentos futuros
5SG – Implantação Ciclo Combinado UTE São Gonçalo	(16)	Empreendimento depende de formação de nova parceria para a sua implementação
5SI – Implantação UHE Simplício	32.238	Empreendimento outorgado a FURNAS por meio do Leilão Aneel 002/2006, não contemplado no PDG 2006 e na Lei nº 11.306/2006. A suplementação considera o investimento inicial necessário à implantação do empreendimento de forma a cumprir o cronograma e exigências estabelecidas no Contrato de Concessão firmado com a Aneel

5SP – Reforços no Sistema de Transmissão SP / MG	(31.778)	<p>Redução devida, principalmente, à desconsideração dos reforços no sistema de transmissão que independem de autorização da Aneel, conforme Resolução Aneel 158/2005, cuja execução não foi aprovada em virtude da indefinição da RAP, pela Aneel</p> <p>Não aprovados, com cronogramas adiados, os reforços nas SE Campinas (implantação do 5º banco de autotransformadores 345/138 kV – 150 MVA) e Ibiúna (banco de reatores 500 kV – 180 MVA), ambos autorizados pela Resolução Aneel 493/2006, que estabeleceu RAP abaixo do limite mínimo estabelecido, por FURNAS, para remuneração dos seus investimentos</p>
5TM – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	(60.557)	<p>Investimento ajustado por conta da redução do limite destinado a FURNAS e à necessidade de acomodar os novos empreendimentos de expansão adquiridos nos leilões de 2005 e não previstos no PDG 2006</p> <p>Várias obras foram reprogramadas, a saber: Sistema de Proteção Contra Incêndio (SPCI), para as SE Jacarepaguá e Vitória; cortina atirantada, na SE Angra; dique de captação de água para o resfriamento das válvulas conversoras, na SE Ibiúna; e equipamentos para a modernização de diversas subestações</p> <p>Os processos de aquisição, referentes aos sistemas auxiliares mecânicos (SPCI, Sistema de Ar Condicionado e GDE), de diversas subestações em operação, sofreram atrasos por problemas nas licitações, o que provocou impactos na realização orçamentária</p> <p>Ocorreram outros atrasos importantes, em marcos contratuais, em função da entrega de componentes importados</p>
5TN – Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste	28.829	<p>Empreendimento outorgado a FURNAS por meio do Leilão Aneel 001/2006, não contemplado no PDG 2006 e na Lei 11.306/2006. A suplementação considera o investimento inicial necessário à implantação do empreendimento de forma a cumprir o cronograma e demais exigências estabelecidas no Contrato de Concessão firmado com a Aneel</p>
6GO – Reforços no Sistema de Transmissão GO / MT / DF	(42.146)	<p>Redução devida à reprogramação dos reforços na SE Itumbiara (banco de capacitores 230 kV, com 33,9 Mvar) e Rio Verde (2 bancos de capacitores 230 kV, com 33,9 Mvar e 37,2 Mvar, respectivamente) que precisaram ser submetidos a novo processo licitatório para aquisição dos equipamentos</p> <p>Desconsiderados os reforços no sistema de transmissão que independem de autorização da Aneel, conforme Resolução Aneel 158/2005, cuja execução não foi aprovada em virtude da indefinição da RAP, pela Aneel</p>
Redução Global dos Investimentos	(148.167)	

Investimento Realizado por Programa nos Últimos Três Anos

Descrição	Programa	Valor Realizado			R\$ Mil
		2004	2005	2006	Total
Estudos de Viabilidade Econômica de Usinas e Sistemas de Transmissão na Bolívia	1BO	25	0	0	25
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica	1EH	25.882	24.622	16.672	67.175
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica	1ER	354	701	545	1.600
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	2BI	2.821	5.572	6.478	14.871

Descrição	Programa	Valor Realizado			Total
		2004	2005	2006	
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2BM	37.564	17.152	20.955	75.671
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	2IE	43.620	28.248	42.015	113.883
Obras Complementares do Aproveitamento Múltiplo de Manso	3MA	7.343	4.432	0	11.775
Sistema Transmissão Itaipu (PR) - São Paulo (SP)	4IT	0	0	638	638
Implantação UHE Batalha	5BT	0	0	9.763	9.763
Implantação do Ciclo Combinado UTE Roberto Silveira	5CA	7	1	0	8
Implantação de Sistema de Transmissão de Cachoeira Paulista (SP) - Adrianópolis (RJ), 3º Circuito	5CP	34.435	10.600	0	45.035
Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	5GM	12.750	17.946	18.987	49.683
Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	5LC	17	38.859	157.496	196.372
Implantação de Sistema de Transmissão LT Macaé – Campos III	5MC	0	20.718	24.615	45.333
Modernização da UHE Furnas (1.200 MW)	5MF	105.957	97.142	72.186	275.285
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes (600 MW) – Fase I	5MM	36.786	28.202	23.459	88.447
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes – Fase II	5MS	0	0	0	0
Implantação de Sistema de Transmissão Ouro Preto – Vitória	5OV	115.526	49.011	0	164.537
Preservação e Conservação Ambiental (Instalações em Operação)	5PA	10.939	18.329	24.304	53.572
Modernização da UHE Porto Colômbia (320 MW)	5PC	1	1	0	2
Reforços no Sistema de Transmissão RJ / ES	5RE	44.972	200.119	93.397	338.488
Implantação do Ciclo Combinado na UTE Santa Cruz	5SC	74.434	45.843	39.102	159.379
Implantação do Ciclo Combinado na UTE São Gonçalo	5SG	0	0	0	0
Implantação UHE Simplício	5SI	0	0	11.425	11.425
Reforços no Sistema de Transmissão SP / MG	5SP	121.715	191.409	97.636	410.760
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	5TM	96.654	69.937	75.676	242.267
Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste	5TN	0	0	20.444	20.444
Reforços no Sistema de Transmissão GO / MT / DF	6GO	18.174	49.877	125.506	193.557
Total		789.976	918.720	881.299	2.589.995

2.4. Compromissos de Longo Prazo

Investimento Plurianual

Descrição	Programa	Valor Orçado Anual					R\$ Milhões
		2007	2008	2009	2010	2011	Total
		Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica	1EH	15	26	16	6
Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica	1ER	1	1	1	1	1	5
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	2BI	6	8	9	8	4	35
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2BM	17	34	38	36	29	154
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	2IE	49	53	46	47	13	208
Sistema Transmissão Itaipu (PR) - São Paulo (SP)	4IT	12	11	0	0	1	24
Implantação UHE Batalha	5BT	132	189	30	7	0	358
Implantação do Ciclo Combinado UTE Roberto Silveira	5CA	0	11	158	27	2	198
Modernização da UHE Funil (216 MW)	5FL	0	0	23	28	10	61
Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica	5GM	32	199	104	37	27	399
Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	5LC	20	193	170	101	12	496
Implantação de Sistema de Transmissão LT Macaé – Campos III	5MC	28	0	0	0	0	28
Modernização da UHE Furnas (1200 MW)	5MF	12	87	100	56	3	258
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes (600 MW) – Fase I	5MM	3	9	0	0	1	13
Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes – Fase II	5MS	0	18	54	36	6	114
Preservação e Conservação Ambiental	5PA	18	132	89	48	13	300
Modernização da UHE Porto Colômbia (320 MW)	5PC	0	0	0	28	74	102
Reforços no Sistema de Transmissão RJ / ES	5RE	78	312	186	312	20	908
Implantação do Ciclo Combinado UTE Santa Cruz	5SC	37	0	0	0	0	37
Implantação do Ciclo Combinado UTE São Gonçalo	5SG	0	11	117	131	1	260
Implantação UHE Símplicio	5SI	484	479	183	12	3	1.161
Reforços no Sistema de Transmissão SP / MG	5SP	53	320	426	377	36	1.212

Descrição	Programa	Valor Orçado Anual					Total
		2007	2008	2009	2010	2011	
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	5TM	77	156	158	162	68	621
Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste	5TN	46	0	0	0	0	46
Reforços no Sistema de Transmissão GO / MT / DF	6GO	80	209	164	185	24	662
Total		1.200	2.458	2.072	1.645	354	7.729

2.5. Contratação de Materiais e Equipamentos

A seguir, apresentamos a evolução do volume total de contratações de materiais e equipamentos, nos últimos dois anos.

Modalidade de Contratação	R\$ Mil	
	2005	2006
Concorrência	931	10.175
Tomada de Preços	13.062	1.936
Pregão	60.569	74.490
Convite	5.027	2.064
Inexigibilidade	1.561	7.444
Dispensa de Licitação (*)	46.314	92.083
Pequeno Vulto (**)	18.993	10.954
Total	146.457	199.146

(*) Dispensa de Licitação – O fornecimento de peças sobressalentes para os dois turbogeradores a gás, para a UTE Santa Cruz, contribuíram com, aproximadamente, 87% do total dessa modalidade, em 2006.

(**) Pequeno Vulto – refere-se ao inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, ou seja, dispensa de licitação para compras de valor inferior ao limite previsto na legislação.

2.6. Melhoria Contínua e Inovação

2.6.1. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O programa de P&D visa implementar uma política mais abrangente de inovação tecnológica (de produto, de processo e de gestão). Dessa forma, participa da formação de uma rede de trocas entre os diferentes agentes do Setor Elétrico Brasileiro, universidades, institutos de pesquisa, governo e fornecedores, com vistas a assegurar sua sustentabilidade. Assim, contribui para o fortalecimento da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico na indústria do País, no desenvolvimento das instituições de ensino brasileiras, ao mesmo tempo em que exerce responsabilidade social de Empresa cidadã, ou seja, entrega energia com maior qualidade e menor preço.

FURNAS atua em prol do compartilhamento de experiências entre as empresas subsidiárias do Grupo Eletrobrás, na certeza de que tais medidas possam reduzir custos de operação e participa da força tarefa Gestão da Tecnologia e da Inovação, do Cicop.

Conforme estabelecido pelas Leis nº 9.991/2000 e 10.848/2004, a Empresa destina, anualmente, 0,4% de sua receita operacional líquida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/CT-Energ) e outros 0,4%, para o desenvolvimento de projetos de P&D internos, segundo procedimentos estabelecidos pela Aneel. Além disso, contribui, institucionalmente, para a manutenção do Cepel, recebendo, como contrapartida, direito de participação em sua carteira de projetos de pesquisa.

As linhas de pesquisa consideradas estratégicas foram: gestão ambiental (balanço de carbono nos reservatórios), garantia de confiabilidade dos parques gerador e transmissor, tecnologia da engenharia (concreto, solos e equipamentos), hidráulica experimental e fontes alternativas de energia.

Nos últimos seis anos, foram investidos cerca de R\$ 130 milhões em 191 projetos de P&D, além de seis projetos cooperativados com as demais empresas do Grupo Eletrobrás, seguindo a regulamentação da Aneel, dos quais 66 foram concluídos.

Projetos de FURNAS em P&D – Programa Aneel

Ciclo	Projeto (Quantidade)				Investimento (R\$ Milhões)
	Novo	Concluído	Cancelado	Em Andamento	
2000/2001	36	35	1	0	10,56
2001/2002	31	22	0	9	22,67
2002/2003	36	8	3	25	29,73
2003/2004	19	1	1	17	20,96
2004/2005	30	0	2	28	20,11
2005/2006 (*)	39	-	-	-	26,10
Total	191				130,13

(*) Projetos estimados, em avaliação.

Obs.: Considerado o Segmento Transmissão do Ciclo 2001/2002, como parte integrante do Programa de P&D de FURNAS – Ciclo 2002/2003.

2.6.2. Patentes, Licenças de Uso e Transferências de Tecnologia

Inovações e Patentes

Os inventos da Empresa, individuais ou em parcerias, são depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em duas modalidades: Patente de Invenção (PI), para inovações, com prazo de validade de 20 anos; e Modelo de Utilidade (MU), para disposição ou forma nova obtida ou introduzida em objetos conhecidos, com prazo de 15 anos, contados da data do depósito.

Até 2006, foram expedidas, ao todo, 9 cartas patentes (incluindo 2 internacionais); 3 pedidos de patentes encontram-se aguardando exame pelo INPI.

Lista de Patentes

Número	Título	Situação da Patente
Patente Expedida		
US 6,894,216	<i>Signalization Spheres</i>	Depósito: 12.2004 Expedição: 2005
US 6,729,021	<i>Method for the Installation of Signalization Sphere on Lightning Rod Cables of Transmission Lines</i>	Depósito: 10.2002 Expedição: 02.2004
PI 9602641-3	Dispositivo para Permitir a Medição de Tempo Operacional	Depósito: 06.1996 Expedição: 06.2004
PI 9408710-5	Placa Multivídeo e Sistema Multivídeo para Microcomputadores PC Compatíveis	Depósito: 02.1994 Expedição: 09.2002
MU 7601533-5	Mangueira Condutiva	Depósito: 06.1996 Expedição: 03.2004
MU 7500223-5	Condensador para Tratamento Termovácuo de Transformadores	Depósito: 02.1995 Expedição: 06.2000
MU 7400093-4	Disparador de Martelo	Depósito: 02.1994 Expedição: 02.2000

Número	Título	Situação da Patente
Patente Expedida		
MU 7302540-2	Dispositivo Magnético Controlador de Deslocamentos não Convencionais	Depósito: 12.1993 Expedição: 07.1999
MU 7702388-9	Dispositivo para Deslocamento de Reservatório de Fluido de Mancal em Hidrogeradores	Depósito: 07.1997 Expedição: 11.2006
Pedido de Patente		
PI 0604003-9	Equipamento para Medições de Tensões e Processo para Obtenção de Dados de Tensores	Depósito: 10.2006
PI 0103416-2	Dispositivo para Instalação de Esferas de Sinalização em Cabos Pára-Raios de Linhas de Transmissão Utilizando Referido Dispositivo	Depósito: 04.2001
PI 9603167-0	Indicador de Condensação de Vapor de Água em Amostra Gasosa	Depósito: 07.1996

Obs.: Excluído da lista o pedido de patente PI 0408581-7 – Método para Estudo de Corredor de Passagem Utilizando Imagens Fotográficas de Alta Resolução e Uso de Cartas Digitalizadas em Corrente de Passagem, porque foi indeferido pelo INPI.

2.6.3. Desenvolvimento da Excelência da Gestão

Premiações Estaduais e Federais

No sentido de estimular a adoção de tecnologias representativas da modernidade em gestão, a Empresa participa, há vários anos, de diversos processos de avaliações externas. Tais ações contribuem para o alcance e a sustentabilidade dos resultados de seu negócio. Na tabela a seguir, é apresentada a quantidade de premiações obtidas.

Premiação	2002	2003	2004	2005	2006
Prêmio Qualidade Rio (PQRio)	3	3	3	(*)	(*)
Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão (PPQG)	3	2	3	(*)	0
Prêmio Mineiro da Qualidade (PMQ) (**)	-	(*)	1	1	(*)
Prêmio Qualidade Espírito Santo (PQES) (***)	-	-	1	(*)	(*)
Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF)	1	(*)	1	1	(*)
Prêmio Qualidade do Distrito Federal (PQDF) (***)	-	-	(*)	1	(*)

(*) Não houve participação de Unidades de FURNAS.

(**) O primeiro ciclo de premiação aconteceu em 2003.

(***) O primeiro ciclo de premiação aconteceu em 2004.

Aproveitamento em Prêmios de Gestão da Qualidade

Na tabela a seguir, são apresentadas as médias, em termos percentuais, das pontuações obtidas pelas suas Unidades, em cada ciclo de premiação, relativamente ao seu limite máximo. Esse limite é de 500 pontos para Premiações Estaduais, e de 1.000 pontos para as demais premiações.

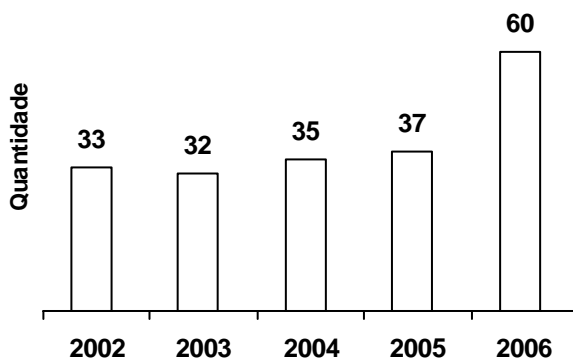
Prêmio de Gestão (%)	2002	2003	2004	2005	2006
Premiações Estaduais	56	49	57	68	53
Projeto Setorial de Excelência na Pesquisa Tecnológica	35	50	50	(**)	(**)
Prêmio Nacional da Gestão Pública	(*)	(**)	(*)	55	(**)
Prêmio Nacional da Qualidade	(**)	(**)	(**)	45	(**)

(*) Não disponível.

(**) Não participou.

Unidades com Sistemas de Gestão Certificadas

Atualmente, a Empresa possui 60 unidades com sistemas de gestão certificadas, envolvendo 1.654 empregados, nas normas NBR ISO 9001:2000 (Qualidade), NBR ISO 14001:2004 (Ambiental) e OHSAS 18001:1999 (Segurança e Saúde Ocupacional), conforme apresentado no gráfico a seguir. O crescimento apresentado, em relação ao ano anterior, evidencia o comprometimento da Empresa com o processo de melhoria contínua.



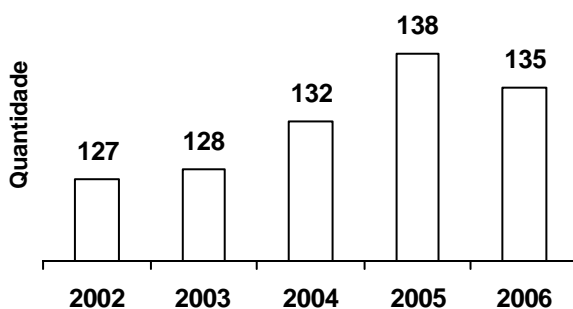
Laboratórios Acreditados

O termo Acreditação foi adotado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), em substituição ao Credenciamento. Confere o reconhecimento formal da competência de um laboratório ou organização para desenvolver tarefas específicas, segundo requisitos estabelecidos na norma NBR ISO/IEC 17025:2005 – Requisitos Gerais para Competências de Laboratórios de Ensaio e de Calibração.

A Empresa possui laboratórios participantes da Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE) e da Rede Brasileira de Calibração (RBC), do Inmetro, tendo conquistado 8 reconhecimentos de competência, correspondentes a 9 áreas de acreditação (dimensional; força, torque e dureza; massa; pressão; tempo e frequência; temperatura; eletricidade; solo; e concreto), que podem realizar 135 tipos de serviços acreditados (48 tipos de calibrações e 87 tipos de ensaios).

Apresentamos, a seguir, a evolução do número de ensaios e de calibrações acreditadas.

Ensaio e Calibrações Acreditadas



Relacionamento com Instituições de Gestão da Qualidade

FURNAS mantém parceria na área de gestão com as seguintes instituições:

- Assessoria de Desenvolvimento e Comércio Exterior (Adecex) – Programa de Qualidade do Distrito Federal (PQDF);

- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) / Comitê Brasileiro da Qualidade (CB25);
- Centro para Inovação e Competitividade (CIC);
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan);
- Fundação Nacional da Qualidade (FNQ);
- Grupo Executivo de Qualidade (Gequal);
- Instituto Nacional de Desenvolvimento e Excelência (INDE);
- Instituto Paulista de Excelência da Gestão (IPEG) – Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão (PPQG);
- Instituto Qualidade Minas (IQM) – Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade (PMQP);
- Movimento Brasil Competitivo (MBC);
- Ministério do Planejamento – Secretaria de Gestão – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespublica) – Prêmio Nacional da Gestão Pública (PNGP);
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Turismo do Espírito Santo (Sedetur) – Prêmio Qualidade Espírito Santo (PQES);
- Secretaria de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo (Seinpe) – Programa Qualidade Rio (PQR);
- União Brasileira para a Qualidade (UBQ).

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1. Estrutura Societária

Participações Societárias no Capital Social

O Governo Federal possui 52,45% das ações ordinárias e preferenciais da Eletrobrás, empresa de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), de Madri, na Espanha (índice *Latibex*, segmento de mercado que reúne as ações de empresas latino-americanas, negociadas em Euros), e de Nova Iorque, nos Estados Unidos (programas de ADR nível 1).

FURNAS, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobrás, atende os requisitos da SOX e presta informações para listagem das ações da *holding* no ISE, da Bovespa e no DJSI, da Bolsa de Nova Iorque.

O capital social de FURNAS é de R\$ 3.194.000.000,00 (três bilhões, cento e noventa e quatro milhões de reais), com a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobrás	50.618.949.529	99,82	14.088.223.014	98,56
Outros	91.699.471	0,18	205.174.986	1,44
Total	50.710.649.000	100,00	14.293.398.000	100,00

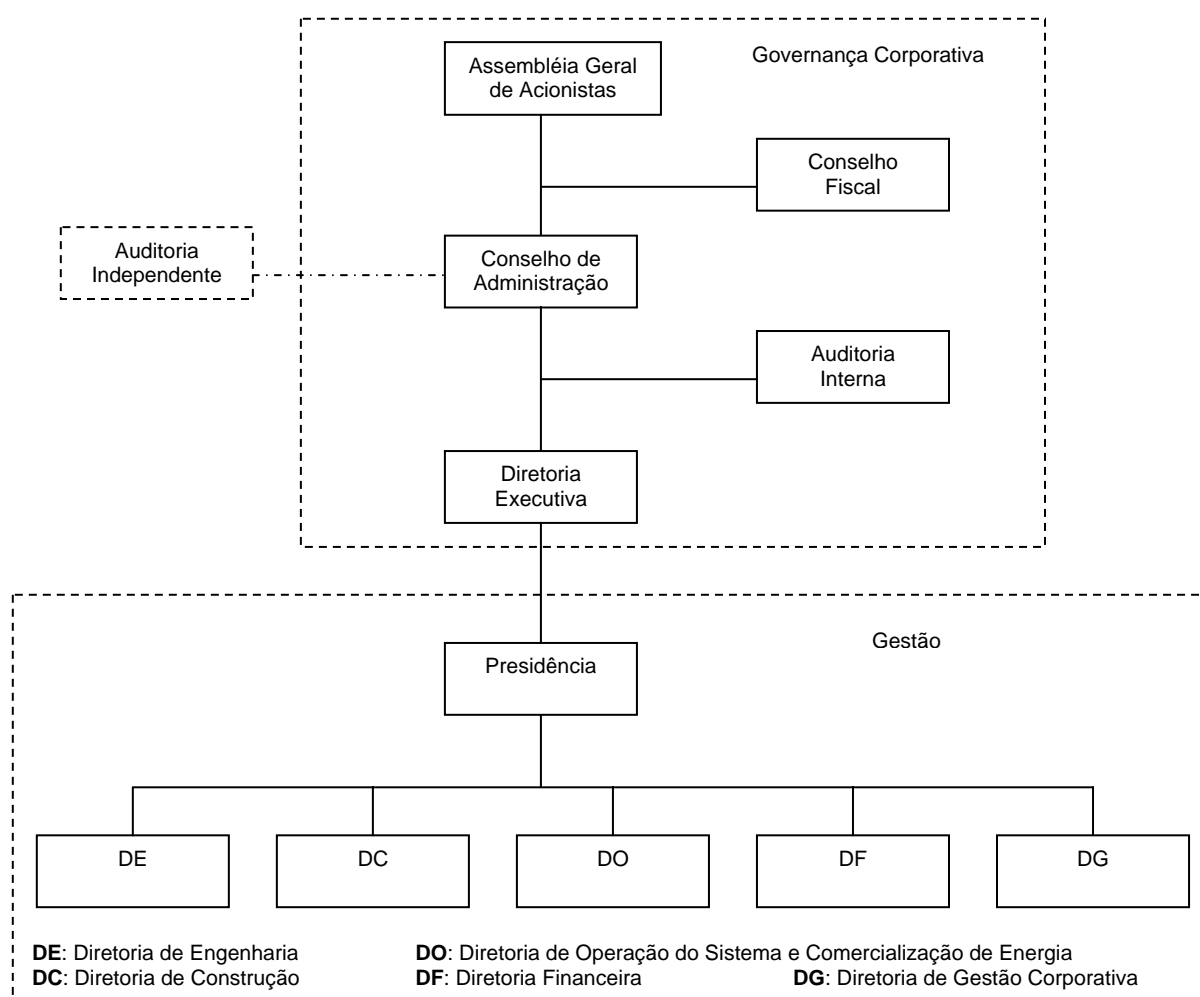
3.2. Sistema de Governança Corporativa

A Empresa, desde 2003, aprimora seu processo de adesão às práticas de governança corporativa, exigidas ou recomendadas por entidades do Poder Público Federal, da sociedade civil e do mercado, expressas nos seguintes documentos, todos publicados no Manual de Organização, e disponíveis na Intranet: Estatuto Social e os Regimentos Internos da Empresa, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, bem como as políticas de gestão.

A cada início de mandato, os Diretores, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais recebem o Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Política de Negociação de Valores Mobiliários, de emissão da Eletrobrás, acompanhado de termo de adesão, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras.

Estrutura de Governança Corporativa

É representada pelos relacionamentos da Administração Superior, constituída pela Assembléia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna, com a Auditoria Independente Externa, conforme organograma a seguir:



Assembléia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembléia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que o Conselho de Administração o achar conveniente e, em especial para: alienar, no todo ou em parte, ações do Capital Social; proceder abertura de capital; aumentar o capital social por subscrição de novas ações; emitir debêntures conversíveis em ações ou vendê-las, se em tesouraria; ou, ainda, emitir quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior; promover cisão, fusão ou incorporação societária; e permutar ações ou outros valores mobiliários.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de FURNAS, órgão colegiado constituído de um presidente e cinco conselheiros, todos acionistas, com mandato de três anos, eleitos por Assembléia-Geral Ordinária (AGO), podendo ser reeleitos. Um representante é indicado pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os demais, pelo Ministro de Minas Energia, cabendo a um deles a presidência do colegiado, observando-se a prévia aprovação, pelo Presidente da República, de todos os nomes indicados.

Diretoria Executiva

Constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, que exercem suas funções em regime de tempo integral.

O Diretor-Presidente e os demais Diretores, além dos deveres e responsabilidades próprios, são os gestores nas áreas de atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração. A estrutura organizacional da Empresa é estabelecida com base nas seguintes áreas de atividades, além da Presidência: Gestão Corporativa; Financeira; Engenharia; Construção; e Operação do Sistema e Comercialização de Energia.

Conselho Fiscal

Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, com mandato de um ano, eleitos por AGO, podendo ser reeleitos. Um dos seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministro da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, com prévia aprovação do Presidente da República.

Auditoria Interna

Examina a gestão das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais da Empresa, com inteira liberdade de acesso, verificando os procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, bem como o fiel cumprimento das diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

3.3. Práticas de Governança Corporativa

3.3.1. Processo Deliberativo

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas, em reunião semanal, e constituem o Processo Deliberativo, onde as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas à aprovação daquele colegiado.

As seguintes estruturas de apoio ao processo deliberativo são comunicadas por Circular Geral e encontram-se disponíveis na Intranet:

- Normas Internas: definidas a partir do trabalho dos representantes normativos, designados por cada Diretoria e aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Grupos de Trabalho transitórios e Comitês de atuação permanente: criados por decisão da Diretoria Executiva, analisam e definem ações em relação às matérias em que conflitos de interesses estejam presentes;
- Políticas Corporativas de Gestão: utilizadas como instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva. São elas: Política Ambiental; de Recursos Humanos; de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; de Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social; de Informática; de Segurança da Informação; de Segurança Empresarial; de Segurança Patrimonial; de Transportes; e de Estoques;
- Colegiados Permanentes: compostos por representantes de cada Diretoria, apóiam a Diretoria Executiva no suporte ao cumprimento das políticas corporativas de gestão. São constituídos de: Comitê Coordenador de Planejamento; de Qualidade e Produtividade; de Informática; de Normalização Técnica; o de Recursos Humanos; Pró-Memória de FURNAS; de Pesquisa e Desenvolvimento; de Seguros; de Comercialização de Energia; de Segurança da Informação; de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; de Coordenação e Controle de Parcerias Empresariais; e Comissão de Ética.

No que diz respeito aos controles de riscos, a Empresa adota as seguintes práticas:

- Risco de Crédito: controle, mantido pela Diretoria Financeira, que acompanha a avaliação da Empresa pelas agências classificadoras de risco, inclusive pelo *rating* dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), lastreados por recebíveis de FURNAS;
- Risco de Mercado: controle mantido pela Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia, pelo Comitê de Comercialização de Energia;
- Risco Operacional: controle de riscos relevantes, mitigados por meio de contratação de seguros, ou por auto-seguro, conforme critérios definidos pelo Comitê de Seguros, baseados na probabilidade de ocorrência de perdas, determinada com base no histórico de contingências de FURNAS, e na viabilidade econômica e de mercado destas duas modalidades alternativas de proteção dos seus ativos. No caso específico das instalações, processos e pessoas da função corporativa de tecnologia da informação, o plano de contingências está em fase de elaboração.

Um sistema formal de Gestão de Riscos está em fase de implantação, a partir dos requisitos impostos pelo Projeto SOX, da Eletrobrás, em alinhamento com o processo de qualificação para listagem das ações do Grupo Eletrobrás na Bolsa de Nova Iorque.

3.3.2. Processo de Relatórios Corporativos Oficiais de Prestação de Contas

O processo de emissão dos Relatórios Corporativos Oficiais, do exercício de 2006, constitui-se das seguintes práticas:

- Aprovação simultânea da Prestação de Contas aos Acionistas e à União, pela Administração Superior;
- Compartilhamento da mesma estrutura pelo Relatório da Administração (componente da Prestação de Contas aos Acionistas), e Relatório de Gestão para a CGU (componente da Prestação de Contas à União);
- Estruturação do conteúdo do Relatório da Administração e do Relatório de Gestão para a CGU, a partir dos requisitos de informação referidos no marco regulatório do Setor de Energia Elétrica e nos principais normativos afetos aos acionistas, organismos externos de fiscalização pelo Poder Público, organismos de fomento do desenvolvimento e do mercado de capitais. Destaca-se o processo de adequação dos controles internos da Empresa à SOX, para atender à Eletrobrás;
- Emissão do Relatório Anual, em português, inglês e espanhol, com o mesmo conteúdo do Relatório da Administração, para prestação de contas à sociedade civil;
- Emissão do Relatório Mensal para os Conselhos de Administração e Fiscal, como apoio à reunião mensal desses colegiados;
- Emissão do Relatório Mensal para a Diretoria Executiva (RMDE), como balizador de conteúdo de todos os relatórios corporativos oficiais. Seu objetivo é apoiar a Administração Superior na comunicação mensal do planejamento e na avaliação da evolução do desempenho corporativo da Empresa, por meio da análise da variação dos principais indicadores, nas perspectivas financeira, de clientes e mercado, de desenvolvimento sustentável, dos processos internos e da aprendizagem.

3.3.3. Processo de Divulgação de Informações Corporativas

Página na Internet

Nela encontram-se os Relatórios Corporativos Oficiais – Anual (em português, inglês e espanhol) e da Administração (em português e inglês) – e publicações institucionais como: Anuário Estatístico, Resenhas do Mercado de Energia Elétrica, Informativos Gerenciais de Mercado e Economia, Balanço Social e Revista FURNAS. Dentre as novas publicações, cujo número de notícias e destaques aumentou 352%, em relação ao ano anterior, destacou-se o Canal Denúncia.

A implantação de ferramenta de Gestão de Acessos resultou em redução de 53% de questionamentos, em relação a 2005.

Revista FURNAS

Apresenta matérias relativas à atuação da Empresa e sua distribuição gratuita, de 10.000 exemplares, destina-se internamente a todos os empregados e, externamente, às autoridades federais, estaduais e municipais, jornalistas, universidades, centros de pesquisa, empresas do setor elétrico e pessoas físicas cadastradas. É disponibilizada em locais de visitação da Empresa, feiras, congressos e seminários.

Publicidade Institucional

Com o intuito de dar visibilidade à marca FURNAS e fortalecer sua imagem junto à sociedade e formadores de opinião, a Empresa fez investimentos em publicidade institucional, em 2006, em jornais e revistas de grande circulação e rádios das principais capitais brasileiras. Todas as peças publicitárias foram, previamente, aprovadas pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República (Secom/SG-PR).

Vídeos Corporativos

A Empresa possui um acervo de 1.500 vídeos institucionais que abordam, desde sua criação, ações nas áreas de geração, transmissão, meio ambiente e responsabilidade social, com o intuito de divulgar a sua imagem corporativa.

3.3.4. Código de Ética

O Código de Ética e Padrões de Conduta Profissional da Empresa, aprovado em julho de 2005, tem por objetivo afirmar os princípios e os valores que norteiam as suas ações e assegurar lisura e transparência na condução das atividades institucionais. O Código também foi concebido para:

- Proteger o patrimônio físico e intelectual de FURNAS;
- Prevenir e administrar situações de conflito de interesses;
- Preservar a imagem e reputação da Empresa;
- Contribuir para um clima de harmonia nos relacionamentos internos e externos;
- Servir de base para a atuação da Comissão Permanente de Ética.

A Comissão de Ética é responsável por zelar e revisar o Código de Ética, assessorando a Diretoria Executiva e emitindo pareceres para sua apreciação. A partir da aprovação do seu Regimento Interno em janeiro de 2006, recebe e apura as denúncias recebidas, no tocante aos possíveis desvios éticos. Atua também, no âmbito da Administração Pública Federal, como elo de ligação entre FURNAS e a Comissão de Ética Pública.

A Empresa promoveu, em 2006, a divulgação e distribuição do Código de Ética a todos os seus colaboradores.

3.4. Premiações

Os prêmios, abaixo relacionados, vêm coroar a atuação da Administração de FURNAS, nas suas práticas de Governança Corporativa:

- Vencedora do Troféu Transparência, na categoria empresas de capital fechado, prêmio instituído pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e Serasa, por sua prestação de contas de 2005 (Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração);
- Classificada no TOP3 Prêmio iBest 2006, na categoria Indústria – Minas e Energia, que contempla os melhores *sites* do Brasil;

- Ganhadora do Prêmio Destaque no *Marketing* 2006, na categoria Indústria de Energia, conferido pela Associação Brasileira de *Marketing* e Negócios, devido a trabalho de comunicação e divulgação, junto à população do Estado do Espírito Santo sobre os investimentos realizados para o suprimento de energia daquela região, levando mais qualidade de vida e oportunidade para todos.

4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

4.1. Demonstrativo do Valor Adicionado

Constitui uma importante fonte de informações à medida que apresenta elementos que permitem a análise do desempenho econômico de uma empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como dos efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza.

	R\$ Milhões				
	2002	2003	2004	2005	2006
1. Geração do Valor Adicionado					
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	10.771	4.973	4.952	5.486	5.738
Receitas não Operacionais	3	2	1	3	3
Menos:					
Insumos					
Custo de Energia Comprada	(7.366)	(1.926)	(1.981)	(2.099)	(2.111)
Materiais	(30)	(36)	(45)	(49)	(47)
Serviços de Terceiros	(237)	(303)	(329)	(376)	(389)
Outros Custos Operacionais	(282)	(321)	(428)	(560)	(789)
Outros Custos não Operacionais	(23)	(18)	(11)	(30)	(15)
2. Valor Adicionado Bruto	2.836	2.371	2.159	2.375	2.391
Quotas de Reintegração	(472)	(484)	(496)	(509)	(517)
Constituição / Reversão de Provisões	(269)	275	(28)	(8)	(235)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	2.095	2.162	1.635	1.858	1.639
Receitas Financeiras (Transferências)	1.048	539	477	649	354
4. Valor Adicionado a Distribuir	3.143	2.701	2.112	2.507	1.993
5. Distribuição do Valor Adicionado					
Remuneração do Trabalho	386	263	323	427	487
Governo (Impostos e Contribuições)	456	552	436	585	362
Encargos Financeiros e Variação Monetária	1.563	600	538	447	544
Participações dos Empregados nos Lucros	31	34	41	48	55
Remuneração aos Acionistas	158	334	185	241	108
Outros	167	133	137	140	162
Lucros Retidos	382	785	452	619	275
Total	3.143	2.701	2.112	2.507	1.993

4.2. Relacionamento com Empregados, Comunidades e Meio Ambiente

4.2.1. Participação dos Empregados nos Lucros

A política de FURNAS relativa à participação dos empregados nos lucros, após o encerramento de cada exercício financeiro, prevê que os empregados tenham direito à participação quando os lucros alcançarem 6% do capital social integralizado. A Diretoria Executiva fixa diretrizes para a distribuição da participação, que não poderá ser superior a 50% da remuneração anual do empregado. Essas diretrizes levam em conta fatores tais como: salário, tempo de serviço, assiduidade, responsabilidade, encargos de família, eficiência, interesse e zelo pelo serviço.

4.2.2. Política de Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social

Essa política, respaldada em 12 princípios, visa consolidar o conceito de excelência da Empresa no campo da cidadania empresarial, comprometida com o combate à pobreza e a promoção da cidadania, bem como incorporando a nova concepção de Responsabilidade Social Corporativa à sua cultura organizacional.

O Compromisso Social de FURNAS é contribuir, de forma inovadora, para melhorar a condição humana, por meio da articulação entre empregados, consumidores, comunidades, acionistas, fornecedores, Setor Elétrico e Governo, em torno de ações e iniciativas que promovam a cidadania e o desenvolvimento humano, para uma sociedade justa, em equilíbrio com a natureza, sustentável e solidária.

4.2.3. Política Ambiental

A Política Ambiental formal foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Empresa em março de 1998, conforme a seguir:

Como Empresa de geração e transmissão de energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento econômico e social, FURNAS reconhece que suas atividades podem levar a interferência ambiental, sendo seu compromisso conduzir as ações da Empresa respeitando o meio ambiente, com base nos seguintes princípios: integração da Política Ambiental às demais políticas da Empresa; incorporação da componente ambiental às etapas de planejamento, projeto, construção e operação de seus empreendimentos; atendimento à legislação ambiental e aos compromissos ambientais assumidos; tornar públicas as informações ambientais associadas aos seus empreendimentos; diálogo com empregados, comunidades e demais partes interessadas, tendo em vista a troca de informações e a busca de soluções participativas; promoção de treinamento e participação em ações de educação ambiental, no que se refere às atividades da Empresa; aperfeiçoamento de processos e incorporação de novas tecnologias visando à melhoria contínua do desempenho ambiental; racionalização do uso de recursos naturais e combate ao desperdício de energia elétrica.

A implantação dessa Política tem proporcionado benefícios em relação ao desenvolvimento sustentável, não só pelo compromisso formalmente assumido pela Diretoria Colegiada, como pela internalização da questão ambiental nas atividades da Empresa, pela divulgação no plano externo, pela adequação à norma NBR ISO 14.001 e pela compatibilização com a Política Ambiental do Grupo Eletrobrás e com as demandas da sociedade.

4.3. Compromisso Social

Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial

FURNAS acredita no desenvolvimento que tem como objetivos a valorização da pessoa, a inclusão social e a qualidade de vida das comunidades no País. Investe em alternativas de intervenção territorial que visam à promoção da educação, da cidadania e da cultura, à melhoria das condições de saúde e à geração de renda, com a participação das comunidades locais e do voluntariado corporativo.

Com o objetivo de fomentar projetos sociais que sejam sustentáveis sob os pontos de vista econômico, sociocultural e ambiental, a Empresa prioriza a implantação daqueles que promovam um desenvolvimento que seja:

- Politicamente horizontal, respeitando as comunidades e suas realidades;
- Economicamente distributivo, com iniciativas de geração e renda;
- Socialmente inclusivo, promovendo a cidadania para milhares de brasileiros.

Em 2006 foram realizados 117 projetos sociais, com cerca de 134 mil beneficiados.

De forma inovadora, a Empresa passou a disponibilizar em seu *site* as ações sociais e culturais que apóia, visando dar transparência às suas ações de responsabilidade social.

Dentre as atividades desenvolvidas nesse período, destacaram-se: instituição das “Diretrizes Para Mulheres”; criação do Grupo Gênero; lançamento do “FURNAS Geração Musical II”; edição da “Coleção FURNAS Social”, com os cadernos temáticos “Construindo em FURNAS um Olhar Coletivo sobre a Mulher” e “Voluntários FURNAS em Ação Gerando Cidadania”; e o jogo executivo “FURNAS e os Desafios do Milênio”, criado para ampliar e valorizar as ações voluntárias dos empregados, que contou com a participação de mais de 450 voluntários, durante 11 meses.

Acrescentam-se, ainda, as seguintes ações:

- Prosseguimento do “Projeto FURNAS e os Desafios do Milênio”, com o objetivo de identificar potenciais e construir um processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural em comunidades localizadas no entorno das 44 bases geográficas da atuação da Empresa, percorrendo mais 16 bases;
- Participação no projeto do Complexo do Rio Madeira (RO), por meio de iniciativas de capacitação para as comunidades de Embaúba e Cachoeira do Teotônio e de geração de trabalho e renda para as comunidades ribeirinhas, como parte da estratégia de participação em novos empreendimentos;
- Continuação do Acordo de Cooperação, firmado entre FURNAS e o Ministério da Educação, que garantiu a alfabetização de mais de cinco mil jovens e adultos;
- Articulação, enquanto responsável pela Secretaria Executiva do Comitê de Entidades de Combate à Fome e pela Vida (Coep), com mais de mil entidades associadas, distribuídas em 27 comitês estaduais e 25 comitês municipais, em todo o Brasil, para mobilização e apoio a projetos de desenvolvimento humano e social;
- Participação da Secretaria Executiva do Coep no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).

Programas Sociais Desenvolvidos

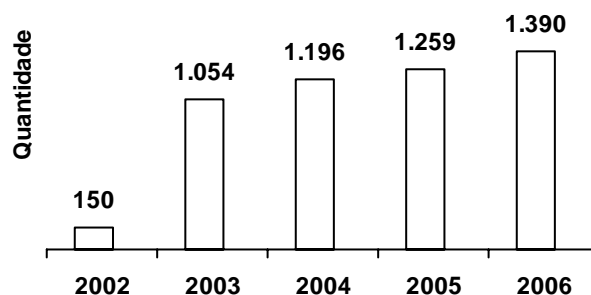
Os indicadores de 2006 refletem um crescimento substancial no número de beneficiados.

Programa	Público Beneficiado				Projeto por Programa			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
FURNAS Educação e Formação	1.808	6.510	16.769	31.185	20	39	50	53
FURNAS Cidadania e Direitos	2.690	29.681	53.306	82.626	2	10	37	37
FURNAS Saúde e Nutrição	819	19.203	17.949	19.875	1	18	12	22
FURNAS Trabalho e Renda	1.600	175	2.924	406	2	4	9	5
Total	6.917	55.569	90.948	134.092	25	71	108	117

Programa de Mobilização Interna – Voluntariado

O indicador “Voluntários Cadastrados” considera o número de empregados inscritos como voluntários, representando cerca de 20% da força de trabalho da Empresa. Em 2006, houve crescimento de 10,4%, em relação ao ano anterior, o que reflete sua crescente mobilização. Os empregados cadastrados no Programa de Ação Voluntária de FURNAS participam da Rede Social Coep, com acesso aos diversos recursos de capacitação, comunicação e integração disponibilizados.

Evolução dos Voluntários Cadastrados



Projetos de Patrocínio Cultural

Em 2006, a Empresa patrocinou 38 projetos sob os auspícios da Lei *Rouanet*. Apreciados por uma comissão de avaliação, constituída por especialistas, os projetos patrocinados, constituem práticas de democratização dos bens culturais.

Área Cultural	2004	2005	2006
Artes Cênicas	3	7	3
Artes Integradas	1	3	1
Artes Plásticas	1	3	2
Audiovisual	4	9	13
Humanidades	-	6	6
Música	3	4	9
Patrimônio Cultural	2	5	4
Total	14	37	38

Espaço FURNAS Cultural

O Espaço FURNAS Cultural, criado com a finalidade de promover novos talentos e a aproximação com a comunidade, atraiu, em 2006, um público superior a 12 mil pessoas, nas 16 exposições realizadas e nos projetos voltados à inclusão cultural.

O projeto “FURNAS Geração Musical I” propiciou curso de aperfeiçoamento aos jovens selecionados e teve sua continuidade garantida com o lançamento de sua segunda edição. Foi produzido um CD, a ser lançado em 2007, do qual participaram 19 jovens músicos, em comemoração aos 50 anos da Empresa.

Prêmios

Os seguintes reconhecimentos foram concedidos à Empresa, por sua vinculação às ações de compromisso social:

- Selo “Programa Pró-Eqüidade de Gênero”, concedido pelo Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, por seu desempenho no compromisso da promoção da igualdade entre homens e mulheres;
- “Guia Exame Boa Cidadania Corporativa 2006”, menção de destaque para as três práticas: “Um Olhar Coletivo Sobre a Mulher numa Perspectiva de Gênero”, “FURNAS e as Comunidades do Milênio” e “Núcleo de Integração – Uma Proposta para o Desenvolvimento Comunitário”;
- “Prêmio Balanço Social” – Setor Indústria, classificação entre os cinco melhores balanços publicados por empresas brasileiras. O prêmio é concedido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), Instituto Ethos, Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase);
- “Certificado de Empresa Cidadã”, concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ) às empresas que elaboram o Balanço Social em conformidade com as normas estabelecidas por aquele Conselho, pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ).

4.4. Uso Racional de Energia e Água

Conservação de Energia

No que se refere aos estudos e programas de conservação de energia, foram elaborados 60 projetos com seus respectivos indicadores e metas, desenvolvidos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e no Distrito Federal, sendo realizadas parcerias com a Eletrobrás, secretarias de educação, de energia, de meio ambiente e cultura, órgãos da Defesa Civil, parques públicos, concessionárias de energia elétrica, jornais de grande circulação, associações comerciais, indústrias, Sociedade de Zoológicos do Brasil e universidades, abrangendo as esferas federal, estadual e municipal.

Foram realizadas atividades educativas sobre o uso racional da energia elétrica e água, envolvendo cerca de 267 mil pessoas, onde se destacaram os seguintes projetos:

- “FURNAS / Procel nas Escolas – A Turma da Mônica e a Energia Elétrica”, que promoveu o treinamento de 42.309 jovens e adultos;
- “A Natureza da Paisagem – Energia: Recurso da Vida”, capacitando, no tema combate ao desperdício de energia, 1.236 professores e 112 mil alunos de 46 municípios atingidos pelos empreendimentos de FURNAS;
- “Educação para Conservação”, mobilizando, por meio de parcerias com parques públicos, 7.968 pessoas para o uso racional da energia elétrica e água, por meio de palestras e trilhas ecológicas;
- Realização de 62 eventos de sensibilização de estudantes e público em geral, envolvendo 156 mil pessoas, que participaram de atividades lúdico-pedagógicas, teatros, jogos, mostrando que ações individuais e coletivas podem influenciar e mobilizar a sociedade, em relação às questões de combate ao desperdício de energia elétrica e água;
- “Circuito da Energia”, que atingiu 22.386 estudantes e contou com a participação de 751 professores, visando levar os alunos a construir conceitos de energia elétrica e seu uso racional, de forma lúdica, a partir de experiências educativas interativas e diversificadas;
- Veiculação do tema “Conservação de Energia”, sendo 53 inserções em boletins internos e 37 inserções na mídia externa – rádio, televisão, internet e jornal.

Além disso, foram desenvolvidas as seguintes atividades técnicas:

- Realização de 85 estudos de efficientização energética em escolas e prédios públicos, nos estados onde a Empresa possui suas instalações, com um potencial de economia de 20,21 GWh/ano;
- Implantação de projetos de iluminação no Teatro Villa-Lobos e no Museu da República, Rio de Janeiro (RJ).

Vale ressaltar, também, o trabalho de sensibilização para o combate ao desperdício de água que continuou sendo desenvolvido em diversas instalações de FURNAS.

4.5. Meio Ambiente

Visando demonstrar a complexidade ambiental associada à regularização, implantação e operação de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, foram eleitos cinco indicadores ambientais, por meio dos quais é possível verificar a evolução da atuação da Empresa nesse campo, considerando o período acumulado até 2002 e, a partir daí, até o ano de 2006.

Licenciamento Ambiental

Considerou-se como licenciado o empreendimento que já dispunha de pelo menos uma das três modalidades de licenças ambientais previstas no Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama): licença prévia, de instalação ou de operação.

O indicador representa a capacidade nominal instalada das usinas hidrelétricas e termelétricas licenciadas (4.960 MW) e a potência natural das linhas de transmissão da Empresa, também licenciadas (15.274 MW), com tensão variando de 138 a 750 kV, resultando num total acumulado, até o ano de 2006, de 20.234 MW nessa situação. O acréscimo na capacidade nominal instalada, em 2006, resultou da inclusão das UHE Serra do Facão, Foz do Chapecó, Retiro Baixo e Baguari, que estão sendo construídas em parceria com a iniciativa privada.

Número de MW Licenciados		
Acumulado até o Ano	Geração (G) MW	Transmissão (T) MW
2002	2.490	14.322
2003	2.490	14.732
2004	3.292	15.146
2005	3.673	15.274
2006	1.287	15.274
Subtotal	4.960	15.274
Total (G + T)	20.234	

Área de Espelho D'Água Monitorada

Considera-se a área dos reservatórios das 11 usinas hidrelétricas em operação, que são monitoradas em termos de parâmetros limnológicos e de qualidade da água e de composição ictiofaunística. Essa área é de 5.695 km² de espelho d'água, monitorada temporalmente.

A alteração na área monitorada, em relação ao período anterior a 2006, decorre da entrada em operação da UHE Peixe Angical, construída em parceria com a iniciativa privada.

Hectares de Áreas Protegidas

Como compensação ambiental pela implantação de seus empreendimentos FURNAS tem investido, conforme quadro a seguir, na consolidação de unidades de conservação instituídas pelo Poder Público, tais como parques nacionais, estaduais e municipais, reservas biológicas, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, bem como em reservas indígenas. Trata-se de expressivo investimento para a conservação da biodiversidade dos ecossistemas brasileiros nos quais a Empresa tem atuado (Mata Atlântica e Cerrado), cobrindo uma área de cerca de 1.230 mil hectares (ha).

Acumulado Até o Ano	Área Protegida (ha)
2002	1.193.179
2003	1.193.179
2004	1.193.232
2005	1.226.577
2006	1.226.577
Total Consolidado	1.226.577

A legislação ambiental brasileira relativa à compensação ambiental de empreendimentos está em vigor desde 1987. FURNAS foi uma das empresas pioneiras no seu cumprimento, quando da implantação das UHE Serra da Mesa e Corumbá, cuja construção iniciou-se em meados da década de 1980. Desde então, a Empresa tem contribuído sobremaneira na conservação ambiental. Em 2006, manteve entendimentos junto ao Ibama para o estabelecimento de novo mecanismo contratual padrão visando à aplicação dos recursos financeiros advindos da compensação ambiental, bem como para a eventual adesão ao Fundo de Compensação Ambiental administrado pela Caixa Econômica Federal.

Ações de Educação Ambiental

A partir de 2000, FURNAS começou a investir, não só na comunicação social junto às populações interferidas por seus empreendimentos, mas, também, formalmente, em educação ambiental, em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação e com organizações não governamentais. No período de 2002-2006, 110.337 alunos foram contemplados com programas de educação ambiental, distribuídos em 122 municípios situados na área sob influência de linhas de transmissão da Empresa e da UHE Manso, conforme mostra o quadro a seguir:

Acumulado Até o Ano	Nº de Alunos Educados	Nº de Municípios Atendidos
2002	4.280	13
2003	38.247	52
2004	61.266	92
2005	109.857	122
2006	110.337	122
Total Acumulado	110.337	122

Sítios Arqueológicos Identificados e Estudados

O indicador em foco considera o número de sítios arqueológicos pré-históricos e históricos identificados/prospectados/levantados e estudados/resgatados/ pesquisados durante a implantação de empreendimentos de geração e transmissão de energia, totalizando 1.292 sítios.

Em 2006, não foram identificados novos sítios. Encontram-se em estudo 12, remanescentes de anos anteriores.

Acumulado Até o Ano	Nº de Sítios Identificados	Nº de Sítios Estudados
2002	584	523
2003	602	556
2004	657	580
2005	674	606
2006	674	618
Total Acumulado	674	618
Total Global Acumulado		1.292

4.6. Corpo Funcional

4.6.1. Gestão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR)

Em 2006, foi iniciada a revisão de critérios e conceitos do PCCR, implantado em 2005, a partir das oportunidades de melhoria reconhecidas quando de sua aplicação no dia-a-dia da Empresa.

O processo de avaliação de desempenho, que tem como objetivo principal identificar as necessidades de desenvolvimento dos profissionais da Empresa e buscar facilitar e apoiar a Gestão de Pessoas, teve o 1º ciclo encerrado em 2006, com a finalização das fases de *feedback* e de validação dos resultados, pelos gerentes e empregados.

4.6.2. Força de Trabalho

Quadro de Pessoal Efetivo

O decréscimo observado, em 2006, de 56 empregados, deveu-se à diferença entre as 156 admissões (151, por concurso público e 5 por contratação de assessores externos) e as 212 demissões. Não houve aposentadoria concedida no ano.

Cargo	2002	2003	2004	2005 (*)	2006
Gerencial	190	309	327	350	359
Nível Superior	941	821	1.132	1.329	1.314
Nível Técnico Operacional	1.601	1.584	1.845	-	-
Nível Técnico	-	-	-	1.777	1.781
Nível Apoio Administrativo	721	711	933	-	-
Nível Médio Suporte	-	-	-	772	744
Nível Fundamental	-	-	-	353	327
Total	3.453	3.425	4.237	4.581	4.525

(*) A partir de janeiro de 2005, a denominação dos cargos foi alterada em decorrência do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração.

Quantitativo de Pessoal Discriminado por Tipo de Área (Posição em 31.12.2006)

Tipo de Área		Empregados	Estagiários	Terceirizados	Total
Escritório Central	Área Meio (DP + DF + DG)	969	192	587	1.748
	Área Fim (DE + DC + DO)	765	151	261	1.177
Áreas Regionais	Área Meio (DP + DF + DG)	262	12	171	445
	Área Fim (DE + DC + DO)	2.529	164	904	3.597
Total		4.525	519	1.923	6.967

Nota: DP: Diretoria da Presidência; DF: Diretoria Financeira; DG: Diretoria de Gestão Corporativa; DE: Diretoria de Engenharia; DC: Diretoria de Construção; DO: Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia

Cargos Comissionados Distribuídos por Tipo de Área (Posição em 31.12.2006)

Tipo de Área		Gerentes
Escritório Central	Área Meio (DP + DF + DG)	119
	Área Fim (DE + DC + DO)	100
Áreas Regionais	Área Meio (DP + DF + DG)	7
	Área Fim (DE + DC + DO)	133
Total		359

Empregados de Outras Empresas Cedidos a FURNAS (Posição em 31.12.2006)

Cessionária	Quantitativo
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)	1
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel)	1
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	1
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB)	1
Itaipu Binacional	1
Total	5

Nota: O quadro refere-se a empregados cedidos, com ônus para FURNAS.

Empregados de FURNAS Cedidos para Outras Empresas (Posição em 31.12.2006)

Cessionária	Empregados	Sem Ônus	Com Ônus
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)	8	8	-
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte)	1	1	-
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel)	1	1	-
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)	1	1	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.(Eletrosul)	1	1	-
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	4	4	-
Fundação Real Grandeza (FRG)	2	2	-
Governo do Estado de Goiás	1	1	-
Ministério da Defesa	1	-	1
Ministério de Minas e Energia (MME)	1	-	1
Presidência da República (PR)	1	-	1
Total	22	19	3

Cessionárias em Débito, Valores Pendentes de Ressarcimento e Providências Adotadas (Posição em 31.12.2006)

Cessionária	Valor Pendente (R\$)	Providência Adotada
Agência Reguladora de Serviços Públicos	3.149	Inscrição no Cadin
Câmara Legislativa do Distrito Federal	12.275	Inscrição no Cadin
Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae)	22.775	Inscrição no Cadin
Total	38.199	

Nota: Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

Diárias Pagas em Viagens no País e no Exterior (Posição em 31.12.2006)

Diária Paga	Valor (R\$)
Viagem no País	11.531.843
Viagem ao Exterior	436.128
Total	11.967.971

4.6.3. Concurso Público

Em 2006, FURNAS convocou 233 novos empregados, oriundos do Concurso Público 01/2002, para os diversos cargos e pólos em que houve carência de pessoal, observando, rigorosamente, a ordem de classificação e as necessidades internas da Empresa.

Do total de concursados convocados, 151 foram admitidos no quadro de pessoal e os demais foram desclassificados por não atenderem ao edital, por ausência na convocação, por reprovação no exame médico ou por desistência do concurso.

4.6.4. Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal

Em 2006, as ações de desenvolvimento e treinamento propiciaram uma carga horária *per capita* média de 17h de treinamento, por ano, para 69% da força de trabalho da Empresa.

A Empresa implantou um novo Plano de Desenvolvimento Corporativo (PDC), baseado no PCCR, que estabelece as competências, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes desejadas para as trajetórias de carreira dos empregados.

Priorizou a realização de treinamentos internos voltados para as competências básicas, utilizando equipes de instrutores próprios, de forma a abranger o maior número possível de empregados. Foram ministrados os seguintes cursos: Gerenciamento do Tempo, Participação e Condução de Reuniões, Atendimento ao Público, Desenvolvimento de Equipes, Relacionamento Interpessoal, Análise e Melhoria de Processos e Informática Básica (*Word, Excel e Power Point*).

O Programa Crescer, por meio da oferta de cursos de idiomas em espanhol e inglês, teve continuidade em 2006, com benefício para cerca de 950 empregados por mês, distribuídos em 109 turmas, em 11 áreas da Empresa.

No Programa Leitura e Releitura foram realizadas nove palestras no auditório do Escritório Central, com transmissão simultânea, via Intranet, a fim de atender o maior número de empregados, nas diversas áreas da Empresa.

O Programa de Gestão Empresarial (PGE), teve continuidade, em 2006, envolvendo a participação de 120 empregados que concluíram o curso. Esse Programa, desenvolvido em parceria com a Universidade Cândido Mendes e o Instituto DataBrasil, por meio de um *Master Business Administration* (MBA), visa capacitar gestores, a partir da instrumentação de modernas técnicas de gestão, além de estimular o aperfeiçoamento e o auto-desenvolvimento.

Com o objetivo de aperfeiçoar as suas competências próprias, especialmente no que se refere à Orientação Estratégica e à Antecipação e Adaptação à Mudança, FURNAS patrocinou, para cerca de 50 gerentes, o treinamento APG-Amana-Key.

Adicionalmente, foram iniciados, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), os MBA de Políticas Públicas e Gerenciamento de Projetos, propiciando o treinamento de 70 empregados.

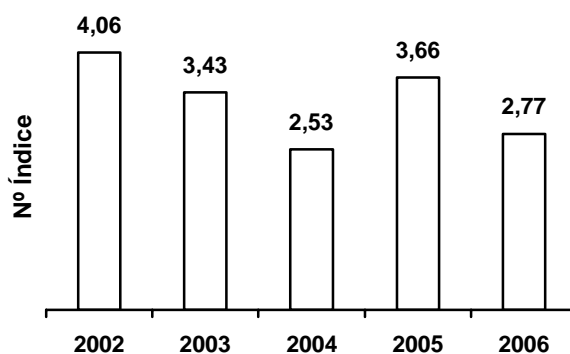
Destacou-se, também, a atuação da Empresa no treinamento de gerentes e técnicos da Empresa Eletricidade de Moçambique (EDM), realizado em Maputo.

FURNAS apresentou, em Madrid, na sede da Associação Espanhola da Indústria Elétrica (Unesa), o projeto “Prisma – Universidade Corporativa de FURNAS”, que obteve, em 2005, o Prêmio Fundação Coge – Comitê de Gestão Empresarial, na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas.

4.6.5. Taxa de Freqüência de Acidentes do Trabalho

Como resultado das ações de segurança do trabalho e higiene industrial, nos últimos anos, a Empresa vem alcançando uma redução sistemática na Taxa de Freqüência de Acidentes do Trabalho, conforme ilustrado pelo gráfico a seguir. Em 2006, houve uma redução de 24%, devido à intensificação dos trabalhos preventivos nas diversas áreas de operação da Empresa.

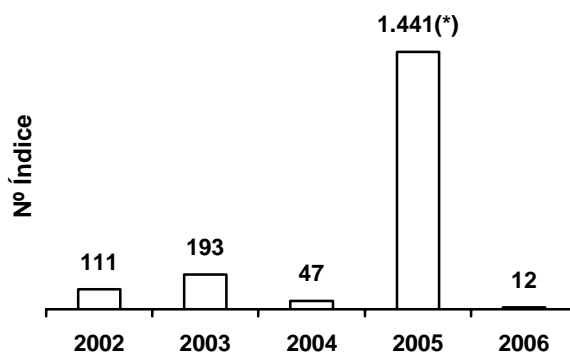
Este indicador é obtido dividindo-se o número de acidentes pelo total de milhão de homens-hora em exposição à situação de risco.



4.6.6. Taxa de Gravidade de Acidentes do Trabalho

A Taxa de Gravidade de Acidentes do Trabalho vinha apresentando valores baixos, até 2004. Em 2005, houve um aumento significativo, em função de dois acidentes com vítimas fatais, o que não ocorreu em 2006, propiciando a queda acentuada desse indicador no período.

Este indicador é obtido dividindo-se o número de dias perdidos pelo total de milhão de homens-hora em exposição à situação de risco.



(*) A taxa informada no relatório de 2005 foi 1.420. A alteração ocorreu porque as informações não estavam disponíveis por ocasião do fechamento do relatório daquele ano.

4.6.7. atendimentos Ambulatoriais

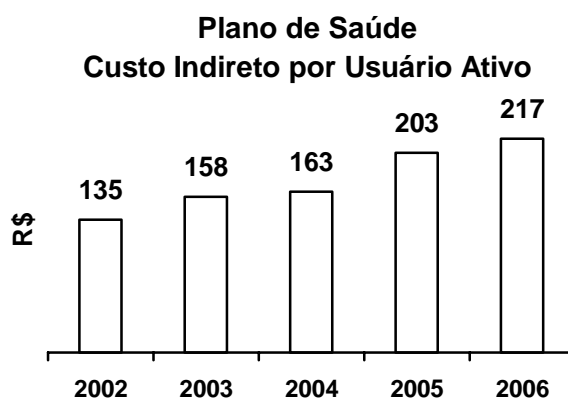
A assistência direta, nos 24 ambulatórios, consultórios e postos médicos de FURNAS, tem por objetivo dar apoio à saúde e à medicina ocupacional de seus empregados e familiares, e garantir o cumprimento à legislação vigente nas áreas de atuação da Empresa.

Em 2006, foram priorizadas ações de vacinação contra a gripe, no total de 6.231 empregados, que não constam da tabela abaixo.

Modalidade de Atendimento	Quantidade
Exames	4.711
Admissionais – Empregados e Estagiários	725
Periódicos – Empregados	3.682
Especiais – Empregados	194
Demissionais – Empregados	110
Atendimentos Vinculados a Acidentes do Trabalho	93
Típico	59
Trajeto	34
Consultas Médicas	48.415
Procedimentos de Enfermagem	169.870
Vacinação	4.824
Serviços Odontológicos	702
Exames Laboratoriais	40.369
Serviço Social	3.201
Psicologia	745
Nutrição	809
Total	273.739

4.6.8. Evolução do Custo do Plano de Saúde por Usuário

No gráfico a seguir, observamos a evolução do custo médio por usuário do plano de saúde, que, em 2006, superou em 6,9% o de 2005. Este aumento decorre, principalmente, do reajuste do valor dos Coeficientes de Honorários Médicos e Odontológicos (CH e CHO) e da introdução de novas técnicas de diagnóstico e tratamento.

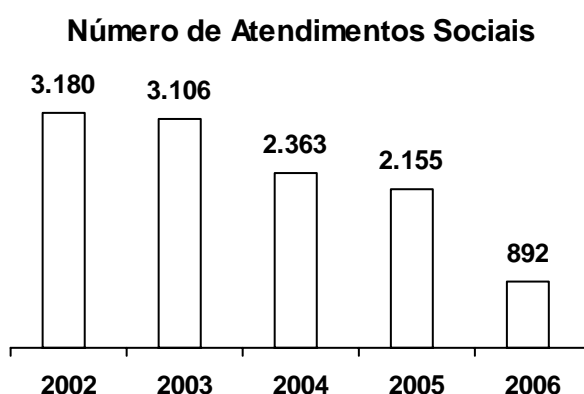


4.6.9. Atendimentos Sociais

FURNAS oferece, a seus empregados, assistência e orientação em questões funcionais, sociais, financeiras e de saúde.

Com base nos atendimentos sociais, são desenvolvidos programas e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de sensibilizar os empregados para a adoção de um estilo de vida mais participativo, resultando na promoção da saúde, na auto-realização e, conseqüentemente, no aumento da produtividade.

Entende-se que a diminuição da demanda por atendimentos sociais está associada ao aumento do nível de bem-estar dos empregados e seus familiares. No ano de 2006, houve uma redução na ordem de 59% na demanda por atendimentos sociais, em relação a 2005, como mostra o gráfico a seguir.



4.6.10. Objetivos Sociais

No ano de 2006, a área de Recursos Humanos de FURNAS, estabeleceu objetivos, visando oferecer condições para a melhoria da qualidade de vida profissional e pessoal dos colaboradores. Encontram-se abaixo listados os objetivos e suas principais ações:

Objetivo: Promover ações que concorram para melhoria da qualidade de vida e das relações humanas no trabalho

Ação: Realização de reuniões, por setor, visando promover a reflexão e oferecer informação para a melhoria das relações de trabalho

Objetivo: Assessorar os gestores no monitoramento da qualidade das relações de trabalho

Ação: Utilização do estudo social como ferramenta de orientação para a melhoria dos processos e relações de trabalho

Objetivo: Reconhecer e valorizar o potencial profissional

Ação: Realização de eventos para valorizar e homenagear os colaboradores que contribuem com a Empresa

Objetivo: Promover ações que concorram para a redução do nível de estresse

Ação: Realização de atividades socioculturais e esportivas

Objetivo: Possibilitar o acesso à cultura, lazer e ao entretenimento

Ação: Formação de grupos artísticos, oficinas e aulas de arte, realização de shows, exposições e concursos culturais

Objetivo: Oferecer informação e promover a reflexão para a melhoria da qualidade de vida

Ação: Realização de ciclos de palestras e campanhas socioeducativas

- Objetivo:** Motivar o empregado a refletir sobre o futuro e traçar seus projetos pessoais
Ação: Realização do projeto “Melhoria Contínua de Vida – Trabalho”, que visa minimizar situações de desconforto com a aproximação da aposentadoria
- Objetivo:** Assessorar aos empregados na elaboração do projeto de vida
Ação: Segunda etapa do projeto “Melhoria Contínua Vida – Trabalho”, que possibilita a reflexão sobre o futuro do empregado e proporciona o desenvolvimento de seu projeto de vida
- Objetivo:** Desenvolver atividades culturais em comunidades internas e externas
Ação: Realização de atividades socioculturais e esportivas, de acordo com as necessidades das diversas áreas da Empresa
- Objetivo:** Desenvolver ações que concorram para a melhoria da condição física dos empregados
Ação: Realização de aulas de ginástica, de musculação e de treinamento esportivo
- Objetivo:** Contribuir para a diminuição do quadro de sedentarismo e obesidade
Ação: Oferecer atividades que despertem os empregados para a adoção de um estilo de vida mais saudável, estimulando a prática regular de atividades físicas, socioemocionais e intelectuais
-

4.7. Informações de Natureza Social e Ambiental

	2006			2005		
1. Geração e Distribuição de Riqueza	R\$ Mil			R\$ Mil		
Valor Adicionado Total	1.993.257			2.507.234		
Distribuição do Valor Adicionado	18,2% governo	27,2% empregados	23% governo	19% empregados		
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	5,4% acionistas	49,2% financiadores	10% acionistas	48% financiadores		
2. RECURSOS HUMANOS						
2.1. Remuneração						
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	617.371			532.723		
- Empregados	613.770			530.316		
- Administradores	3.601			2.407		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	17,10			17,99		
- Administradores	1			1		
2.2. Benefício Concedido	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	182.665	29,59	3,43	165.257	31,02	3,27
Alimentação	31.982	5,18	0,60	29.548	5,55	0,58
Transporte	2.960	0,48	0,06	2.252	0,42	0,04
Previdência privada	62.014	10,04	1,16	49.939	9,37	0,99
Saúde	64.052	10,37	1,20	58.228	10,93	1,15
Segurança e medicina do trabalho	14.946	2,42	0,28	9.976	1,87	0,20
Educação	1.325	0,21	0,02	1.635	0,31	0,03
Cultura	2.032	0,33	0,04	2.870	0,54	0,06
Capacitação e desenvolvimento profissional	17.300	2,80	0,32	17.265	3,24	0,34
Creches ou auxílio creche	675	0,11	0,01	603	0,11	0,01
Participação nos lucros ou resultados	55.289	8,96	1,04	48.587	9,12	0,96
Total	435.240	70,50	8,17	386.160	72,49	7,64
2.3. Composição do Corpo Funcional	2006		2005			
Nº de empregados no final do exercício	4.525		4.581			
Nº de admissões	156		446			
Nº de demissões	212		103			
Nº de estagiários no final do exercício	519		435			
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	230		134			
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	1.923		2.010			
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	3.925		3.972			
- Feminino	600		609			
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0		0			
- De 18 a 35 anos	855		884			
- De 36 a 60 anos	3.573		3.622			
- Acima de 60 anos	97		75			
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0		0			
- Com ensino fundamental	327		353			
- Com ensino médio	755		779			
- Com ensino técnico	1.791		1.781			
- Com ensino superior	956		1.011			
- Pós-graduados	696		657			
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	88,90		89,43			
- Feminino	11,10		10,57			

2.4. Contingências e Passivos Trabalhistas	2006		2005	
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade (*)	907		995	
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes (**)	1		3	
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes (***)	73		80	
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (****)	15.223		28.088	

3. Interação da Entidade com o Ambiente Externo	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL
3.1. Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	6.464	1,16	0,12	10.159	0,83	0,20
Cultura	11.170	2,00	0,21	3.974	0,32	0,08
Saúde e infra-estrutura	12.047	2,15	0,23	31.163	2,54	0,62
Esporte e lazer	-	0,00	0,00	344	0,03	0,01
Alimentação	2.023	0,36	0,04	3.736	0,30	0,07
Geração de trabalho e renda	269	0,05	0,01	-	0,00	0,00
Reassentamento de famílias	669	0,12	0,01	-	0,00	0,00
Total dos investimentos	32.642	5,83	0,61	49.376	4,03	0,98
Tributos (excluídos encargos sociais)	368.536	65,87	6,92	607.046	49,5	12,01
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	158.849	28,39	2,98	136.106	11,10	2,69
Total – Relacionamento com a Comunidade	560.027	100,10	10,52	792.528	64,61	15,69

3.2. Interação com os Fornecedores É exigida declaração dos fornecedores de que os mesmos não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menores de dezesseis anos. É, ainda, exigida ressalva no caso de menores, a partir de quatorze anos, empregados na condição de aprendiz.

4. Interação com o Meio Ambiente	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	5.154	0,92	0,10	4.599	0,37	0,09
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	17.374	3,11	0,33	18.528	1,51	0,37
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	15	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	1.347	0,24	0,03	1.881	0,15	0,04
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	1.018	0,18	0,02	144	0,01	0,00
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Passivos e contingências ambientais	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Total da Interação com o meio ambiente	24.908	4,45	0,47	25.152	2,05	0,50

5. Outras Informações	2006		2005	
Receita Líquida (RL)	5.324.565		5.052.559	
Resultado Operacional (RO)	559.448		1.226.610	

Obs.: Elaborado conforme orientação da Eletrobrás, com base na Resolução nº 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade. Em decorrência da adoção do novo modelo de divulgação, as informações referentes ao exercício de 2005 foram alteradas nas seguintes rubricas: Previdência Privada, alteração de valor; Saúde e Saneamento, alterações de valor e de denominação, que passou a ser Saúde e Infra-Estrutura; Tributos (excluídos encargos sociais), alteração de percentual sobre RO; e Outros, rubricas suprimidas.

(*) Número de processos iniciados nos anos de 2005 e 2006.

(**) Número de processos julgados procedentes independentemente do ano em que se iniciaram.

(***) Número de processos julgados improcedentes independentemente do ano em que iniciaram.

(****) Valores relativos às indenizações e multas pagas nos anos de 2005 e 2006, independentemente do ano em que os processos se iniciaram.

II – CONTROLE INTERNO

O Controle Interno, na Administração Pública, conforme a conceituação utilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), constitui-se de um conjunto de planos, atividades, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizados para assegurar a conformidade dos atos administrativos e para que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados.

O processo de prestação de contas anual de FURNAS segue as instruções normativas emanadas do TCU/CGU, evidenciando a mitigação dos possíveis riscos a que a Empresa possa estar submetida, a identificação da materialidade dos elementos objetivos relacionados aos seus bens patrimoniais e a transparência da conformidade dos seus atos e desempenho, em consonância com a sua relevância enquanto empresa líder do Setor Elétrico.

1. Análise dos Controles e Procedimentos pela Auditoria Interna

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, atua, de forma preventiva, em assuntos relacionados aos controles internos, os quais são reforçados pelas reuniões mensais dos Conselhos de Administração e Fiscal, e pela reunião semanal da Diretoria Executiva.

Em 2006, foram realizados 107 trabalhos de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), propiciando, dentre outros ganhos, o aprimoramento das normas internas e o fortalecimento dos controles internos, assim como o cumprimento da legislação vigente e a recuperação de valores.

O PAINT, desenvolvido a partir da matriz de riscos, identifica os processos que devem ter monitoramento contínuo e análise dos controles internos associados.

Na elaboração da matriz de risco, são consideradas as características operacionais de FURNAS, com ênfase nos seguintes indicadores: materialidade, relevância, vulnerabilidade, risco, criticidade pretérita, legislação e imagem.

Como previsto no PAINT, a Auditoria Interna participou do processo de adequação às exigências da SOX, disponibilizando empregados, em tempo integral, para realização dos trabalhos. Atuou como facilitadora na realização dos trabalhos da consultoria e auditoria externa, intermediando as suas solicitações junto às áreas da Empresa e prestando esclarecimentos necessários àquela. A referida adequação faz-se necessária para que a Eletrobrás possa negociar seus ADR, em nível 2, no mercado norte-americano. Foram mapeados e testados 39 processos, por serem os mais relevantes para as Demonstrações Contábeis de FURNAS e para o Balanço Consolidado da Eletrobrás.

Participou em grupos de trabalho, em especial na revisão e elaboração das normas internas relacionadas às matérias previdenciária, tributária e segurança empresarial da Empresa.

Na busca da adoção das melhores práticas de mercado, a Auditoria Interna participou de seminários e congressos relacionados à gestão de riscos, à governança corporativa, incluindo a SOX, à sustentabilidade, a controles e outros assuntos inerentes ao desempenho e tendências das atividades de auditoria.

Participou, também, de intercâmbio com outras auditorias internas, por meio de encontros promovidos pela Fundação Coge, que organiza os seminários de auditoria interna das empresas do Setor Elétrico, e dos congressos promovidos pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra).

2. Pareceres do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu quatro pareceres no ano de 2006. O primeiro, após análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2005; o segundo, referente ao orçamento da Empresa para o exercício de 2006; o terceiro referente ao aumento do Capital Social, por meio de incorporação parcial de Reservas de Lucros; e o quarto referente à captação de recursos, na modalidade “Garantia Firme”. Todos os pareceres foram favoráveis, com recomendações de aprovação por parte dos Acionistas nas Assembléias Gerais pertinentes.

3. Ações junto a Órgãos Externos de Fiscalização e Controle

Controladoria-Geral da União (CGU) da Presidência da República

Como previsto na legislação, o PAINT, referente ao ano de 2007, foi submetido à CGU, em 2006.

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) foi encaminhado à CGU, com as seguintes informações básicas: ações realizadas pela Auditoria Interna e informações adicionais; recomendações implementadas; relato gerencial; fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna; capacitação dos auditores; e ações de fortalecimento da unidade de Auditoria Interna.

A Auditoria Interna, como coordenadora dos trabalhos da Comissão de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF), atuou como facilitadora na realização dos trabalhos da CGU, intermediando as suas solicitações junto às áreas de FURNAS, bem como prestando esclarecimentos.

Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais Federais (Dest)

Esse Departamento, pertencente à Secretaria – Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é responsável pela elaboração do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e da proposta do Orçamento de Investimentos (OI) das empresas em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Durante o exercício de 2006, FURNAS cumpriu o cronograma de envio das informações econômicas e financeiras do Programa de Dispêndios Globais (PDG), junto ao Dest e à Eletrobrás, sendo que para esta, visando a consolidação do grupo.

Tribunal de Contas da União (TCU)

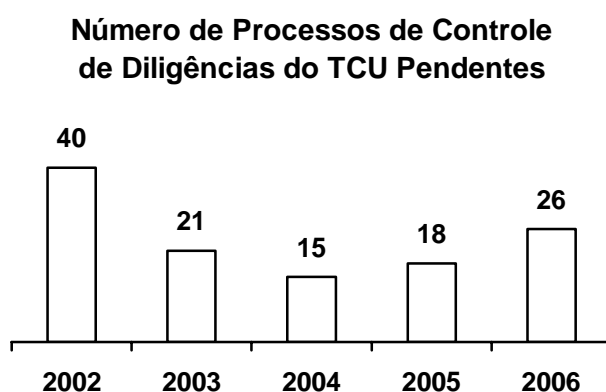
A Auditoria Interna atuou como facilitadora na realização dos trabalhos do TCU, intermediando as suas solicitações junto às áreas de FURNAS, bem como prestando esclarecimentos. Acompanhou o andamento dos processos auditados pelo TCU e a implementação, pelos órgãos da Empresa, das recomendações daquele tribunal.

Os assuntos mais relevantes, contidos nos nove Acórdãos do TCU, atendidos por FURNAS, que resultaram nas principais determinações, encontram-se resumidos a seguir:

- Promover audiências de vários gestores;
- Condicionar a abertura de processo licitatório, de obras e serviços, à existência de projeto básico e de orçamento detalhado em planilha, que expresse a composição de todos os seus custos unitários;
- Juntar todos os documentos referentes às licitações, ao processo administrativo, autuado e protocolado, inclusive o edital e respectivos anexos, constituídos, dentre outros elementos, de projeto básico e de orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários, todos numerados seqüencialmente;
- Ajustar contratos para evitar a incursão em riscos de natureza trabalhista;
- Atender o disposto no Artigo 42, da Lei nº 8.443/1992, que determina que nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao Tribunal em inspeções ou auditorias, sob qualquer pretexto, sob pena de aplicação de multa prevista no Artigo 58, inciso VI, da mencionada Lei;
- Atentar para a necessidade de formalização das prorrogações contratuais porventura acordadas, abstendo-se de fazê-las com efeitos retroativos;
- Abster-se de lançar mão de Dispensa de Licitação, sempre que o objeto almejado depender de estudos preliminares, cujo tempo necessário para conclusão descaracterize a urgência da contratação;

Pendências de Diligências

A atuação direta junto ao TCU permitiu a redução do número de processos em aberto, em relação a 2002, como demonstrado a seguir:



Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência Social

Em atendimento ao disposto nos subitens 7.2.7 e 7.2.8, do anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81, de 06.12.2006, que trata da FRG, informamos que no processo de adequação à *Sarbanes-Oxley*, em consonância a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, a Auditoria Interna identificou a necessidade de inclusão de nova atribuição para a Empresa. Essa atribuição consiste em acompanhar o desenvolvimento das atividades da Fundação Real Grandeza, com foco no cumprimento de suas obrigações legais perante os órgãos de fiscalização interna e externa, bem como das determinações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

O acompanhamento do cumprimento da legislação, principalmente no que se refere às matérias relacionadas à SPC, bem como suas alterações, incluem a verificação dos seguintes documentos:

- Demonstrações Contábeis, da FRG, auditadas, e respectivos pareceres dos auditores externos;
- Acompanhamento da política de investimento por meio das deliberações do Comitê de Investimentos da FRG;
- Relatórios enviados à SPC;
- Atas do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- Parecer do Atuário externo e acompanhamento do déficit técnico, quando ocorrer;
- Relatório Anual da Fundação;
- Relatórios das Auditorias Internas da FRG e/ou Auditoria Interna de FURNAS na FRG. Esse acompanhamento é formalizado por meio da emissão de Relatório Mensal ao Diretor de Gestão Corporativa de FURNAS.

Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República (Secom/SG-PR)

FURNAS realizou, em 2006, investimentos em mídia supervisionados e controlados pela Secom. Os valores estão discriminados na tabela, a seguir:

Publicidade Institucional		R\$ Mil
Agência	Vigência	Valor
Agência D&M	28.01.2006 a 28.01.2007	4.776
Agência MacCann	28.01.2006 a 28.01.2007	3.337
Publicidade Legal		
Agência	Programa	Valor
Radiobrás	Editais, Balanços Anuais, Convocação de Acionistas	4.200

4. Outras Ações Relevantes

Assembléias Gerais de Acionistas, Reuniões da Administração e Relatórios de Prestação de Contas

Evento	Quantidade
Assembléia Geral Ordinária	1
Assembléia Geral Extraordinária	4
Reunião do Conselho de Administração	13
Reunião do Conselho Fiscal	8
Reunião da Diretoria Executiva	50
Relatório Mensal para os Conselhos de Administração e Fiscal	(*)
Relatório Mensal para a Diretoria Executiva	12

(*) Enviados 11 Relatórios para o Conselho de Administração e 9 para o Conselho Fiscal.

Processos Judiciais e Administrativos em Andamento

(Processos relevantes de valor igual ou acima de R\$ 3 milhões)

Processos Judiciais	R\$ Milhões	
	2005	2006
Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Senge)	63	(****) 73
Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Senge) (***)		9
Adalberto Berreta e Outros	13	13
Ações trabalhistas contra a Fundação Real Grandeza	3	3
Adicional de Periculosidade dos Eletricitários	36,3	22,6
Enesa Engenharia S.A.	8,6	(**)
Blue Cards Alimentação Coletiva (***)	(*)	4,5
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas – RJ (****)	9	11
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica – DF	3	6
Angela Bernadete Sandalo Fantato e Outros	3	3
Rita de Cassia Werdine Lima e Outros	5,2	(**)
Construtora e Comércio Camargo Corrêa	(*)	(**)
Anédia Arlotta Ocariz	(**)	(**)
Tractbel Energia S.A. (***)		16,5
AES Tietê S.A. (***)		18
Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense (***)		3
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Energia no Rio de Janeiro (Sintergia) (***)		4,5
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Energia no Rio de Janeiro (Sintergia) (***)		3,2
Sergio Victoria da Cunha e Outros (***)		3,2

(*) Os valores não foram apresentados, em razão de haver grande possibilidade de FURNAS obter êxito.

(**) Encerrado.

(***) Passou a ser classificado como provável.

(****) R\$ 10 milhões são de responsabilidade da Eletronuclear.

Os processos administrativos em andamento não foram apresentados, em razão de haver grande possibilidade de FURNAS obter êxito.

5. Remuneração de Conselheiros de Administração e Diretores

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, aprovada em Assembléia Geral Ordinária em abril de 2006, refere-se a 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, percebidos pela Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292/96, o que correspondeu, em dezembro de 2006, a R\$ 2.572,67, não computados os benefícios relativos ao seguro de vida em grupo, ao seguro funeral, às despesas médicas, à ajuda de custo de transferência, ao auxílio-refeição, à participação nos lucros e resultados e ao auxílio moradia.

Os membros da Diretoria Executiva tiveram sua remuneração fixada pelo Conselho de Administração, no valor nominal dos seus honorários em um montante que, após o reajuste definido no Acordo Coletivo de Trabalho, realizado em maio de 2006, resultou em R\$ 25.726,78.

6. Remuneração e Serviços da Auditoria Independente

Contratação, Remuneração, Retenção e Destituição de Auditores Independentes

Contrato de serviços de auditoria, com a *PriceWaterhouseCoopers* Auditores Independentes, no valor de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais) para a execução de serviços regulares.

José Pedro Rodrigues de Oliveira
Diretor-Presidente